

AS RELAÇÕES ENTRE OS GRUPOS RURAIS DE CRUZ ALTA - RS,
NUM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

ATÍLIO ALÉSSIO

AS RELAÇÕES ENTRE OS GRUPOS RURAIS DE CRUZ ALTA - RS,
NUM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

ATÍLIO ALÉSSIO

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Eliezer Schneider

137

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Psicologia da Educação

1981

AGRADECIMENTOS

Ao professor Eliezer Schneider,
pela serenidade e dedicação demonstrada ao orientar esta dis
ssertação;

ao professor Cândido Grzybowski,
pela sua orientação inicial na parte sociológica;

aos professores Gaudêncio Frigotto, Adelino Massarollo e José Fa
gundes, pelas contribuições e apoio demonstrado;

à Maria Carmen Velloso Aléssio,
fundo e figura na elaboração desta pesquisa.

Rio de Janeiro, abril de 1981

ATÍLIO ALÉSSIO

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
01. Problema	1
02. Perspectiva teórica	4
03. Procedimentos técnicos	12
CAPÍTULO I - FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA DE CRUZ ALTA	16
1.1. Os agentes sociais da conquista e ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul	18
1.1.1. Os índios: sua contribuição e desagregação	18
1.1.2. A conquista portuguesa do campo	23
1.1.3. A participação do negro escravo	26
1.1.4. A ocupação da mata pelo colono	30
1.1.5. As relações e lutas entre os diferentes grupos de agentes sociais	33
1.2. Cruz Alta: formação dos latifúndios pastoris e dos minufúndios agrícolas	36
1.2.1. A exploração da erva-mate	41
1.2.2. A criação e exportação de muares	42
1.2.3. Economia da pecuária bovina	43
1.2.4. A estagnação da economia agrícola dos colonos	45
CAPÍTULO II - O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM CRUZ ALTA: SUAS INFLUÊNCIAS NAS RELAÇÕES ENTRE OS GRUPOS AGRÁRIOS	53
2.1. A modernização da agricultura	54

	Página
2.1.1. A especialização da lavoura de trigo e soja	62
2.1.2. As transformações ocorridas	71
2.2. Condições sociais da modernização	83
2.2.1. A cooperativa	83
2.2.2. O sindicato dos empregadores rurais	89
2.2.3. O sindicato dos trabalhadores rurais	91
2.3. Recomposição na estrutura de relações entre os grupos e suas consequências	95
2.3.1. Acontecimentos relevantes na história da modernização para os agentes sociais rurais	95
2.3.2. Caracterização geral dos grupos rurais	98
2.3.3. As consequências da modernização para a região e grupos rurais	106
CAPÍTULO III - PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO ESTRUTURAL PELOS GRUPOS RURAIS	115
3.1. Caracterização e desempenho de granjeiros e fazendeiros .	120
3.2. Caracterização e desempenho dos colonos	125
3.3. Caracterização e desempenho dos assalariados rurais	133
3.4. Como os diferentes grupos percebem os conflitos e tensões	143
CAPÍTULO IV - O SIGNIFICADO DA ESCOLA NUM CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA PARA OS GRUPOS RURAIS	153
4.1. O desempenho do ensino formal num contexto de reestruturação agrária e a situação da escola rural em Cruz Alta ...	156
4.2. Valores e expectativas dos diferentes grupos em relação à escola	165
4.2.1. O significado da escola para os diferentes grupos: a) Granjeiros e Fazendeiros; b) Colonos; c) Assalariados	165
4.2.2. As mudanças na escola relacionadas com as mudanças tecnológicas	169
4.2.3. Adequação da escola no meio rural	172

	Página
4.2.4. Igualdade da escola em relação aos diferentes grupos	174
4.3. Considerações finais	176
CONCLUSÕES FINAIS	182
BIBLIOGRAFIA	188

LISTA DE TABELAS

	Página
TABELA 1 - Evolução da população do Rio Grande do Sul segundo a condição 1814/1872	27
TABELA 2 - População urbana e rural residente no município e distritos de Cruz Alta - 1970	40
TABELA 3 - Evolução do rebanho de 1940 a 1950 em Cruz Alta ..	45
TABELA 4 - Médias anuais e crescimento da produção de soja no Rio Grande do Sul, 1948/75	68
TABELA 5 - Evolução da produção e área de plantio de trigo e soja no município de Cruz Alta e Pejuçara ²⁵	69
TABELA 6 - Produção dos principais produtos agrícolas de 1940 a 1975 em Cruz Alta e Pejuçara	69
TABELA 7 - Evolução do número de estabelecimentos distribuídos por grupo de área, e área total de cada grupo em Cruz Alta e Pejuçara de 1960 a 1975	75
TABELA 8 - Evolução média do preço da terra por hectare no município de Cruz Alta de 1960 a 1980	77
TABELA 9 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, distribuídos pelas condições de utilização em 1940, 50, 60, 70 e 75 em Cruz Alta	78

Página

TABELA 10 - Evolução do número de tratores no município de Cruz Alta de 1975	80
TABELA 11 - Evolução do quadro social e da produção de trigo e soja recebida na COTRICRUZ de 1957 a 1977	85
TABELA 12 - Número de professores, alunos e escolas no meio rural de Cruz Alta de 1977 a 1979	162

LISTA DE MAPAS

	Página
- O município de CRUZ ALTA no Estado do Rio Grande do Sul e na região do Planalto Médio	38
- O Município de CRUZ ALTA e Distritos	39

RESUMO

O tema central deste trabalho aborda as relações entre os diferentes grupos rurais do município de Cruz Alta, antes, durante e depois de ocorrer profundas transformações no sistema produtivo. É abordado o papel da escola no contexto de reestruturação da economia agrícola e no seu significado para os diferentes grupos.

Pretendo mais precisamente neste trabalho, analisar como no meio rural de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, em processo acelerado de inovações tecnológicas, capitalização e modernização da estrutura produtiva, a população se compõe, se diferencia e se relaciona e quais as espectativas dos diferentes grupos em relação à escola.

Parto do pressuposto que o sistema produtivo determina as formas de atuação dos grupos na estrutura social, mais precisamente, numa organização capitalista dependente.

O problema em foco, implica no estudo do meio agrário em momentos históricos distintos. Procura-se inicialmente fornecer uma visão de como se estruturava a sociedade agrária em seus diferentes grupos, desde a ocupação do Estado até o início do processo de inovações tecnológicas no meio rural.

A partir daí, passa-se a abordar o avanço do capitalismo no campo em seus diferentes aspectos. A adoção de um modelo técnico na agricultura traz profundas consequências em todas as camadas da população.

Dá-se então uma nova conformação na estrutura agrária e nas relações sociais. Os conflitos e tensões daí gerados, bem como as percepções pelos diferentes grupos de sua situação e de seu desempenho constitue a parte central deste estudo. Dentro deste contexto, a escola é situada, isto é: como a reestruturação no meio rural repercute no sistema escolar e quais os valores e expectativas dos diferentes grupos em relação à escola.

RESUMÉ

Le thème central de ce travail étudie les relations entre les différents groupes de la commune de Cruz Alta dans l'état du Rio Grande do Sul, avant, pendant et après l'occurrence des profondes transformations dans le système productif. Le rôle de l'école est analysé dans le changement du contexte de l'économie agricole et dans son sens pour les différents groupes.

Ce que je prétends c'est analyser dans le milieu rural de Cruz Alta - en procès accéléré d'innovations technologiques, accumulation de capital et modernisation de la structure productive - la composition de la population, ses différences, ses relations et les attentes des différents groupes à l'égard de l'école..

Je pars de la présupposition que le système productif détermine les formes d'action des groupes dans la structure sociale, bref, dans une organisation capitaliste dépendante.

Le problème en question, implique l'étude du milieu agraire en moments historiques distincts. Je veux, tout d'abord, fournir une idée comment la société agraire se structurait en des différents groupes à partir de l'occupation de l'état du Rio Grande do Sul jusqu'au début du procès d'innovations technologiques dans le milieu rural.

Ensuite je fais l'abordage sur les différents aspects de l'avance du capitalisme dans le milieu rural. L'adoption d'un modèle technique dans l'agriculture porte des profondes conséquences pour toutes les couches de la population, en donnant une neuve configuration à la structure agraire et aux relations sociales. Les conflits et les tensions engendrés, ainsi que les perceptions par les différents groupes sur leur situation et sur leur rôle, constituent le noyau de cet'étude.

Pour finir on se pose la question sur la repercussion du changement du milieu rural dans le système scolaire et dans les valeurs et attentes des différents groupes à l'égard de l'école.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa descrever e analisar as transformações ocorridas no meio rural de Cruz Alta e suas implicações. Tal análise tem em vista explicar o modo como se relacionam, se organizam, vivem e percebem a sua situação, as diferentes frações de classes sociais presentes no contexto agrário de Cruz Alta.

Com base nesta análise pretende-se caracterizar a instituição escolar, destacando as funções e papéis a ela atribuídos pelas diferentes classes sociais.

01. Problema

Com esta pesquisa me associo aos estudos que procuram abordar a "realidade agrária", não de forma homogênea, mas organizada em classes distintas e até antagônicas. Para precisar estas classes procedi a um estudo de sua constituição e inter-relações. O estudo das determinações da estrutura agrária e as formas como elas são percebidas e vividas pelos diferentes agentes sociais, constitui o cerne deste trabalho. A partir deste ângulo específico de abordagem, a realidade agrária é vista como um todo único e heterogêneo. Isto possibilitou um maior aprofundamento na análise, quanto às perspectivas, aspirações e

impasses vividos e percebidos por cada classe. O estudo parte desta heterogeneidade interna da estrutura agrária, procurando destacar o significado da escola para cada conjunto social componente desta estrutura. Como a escola é percebida? Ela é vista como alternativa de solução aos novos problemas encontrados pelos colonos e assalariados?

Tal maneira de enfocar o problema deve-se ao fato que reconheço no processo do desenvolvimento da agricultura no Estado, como ponto fundamental e central, que origina todo um corolário de outros problemas, o seu caráter de expansão capitalista. Trata-se de um processo que submete e organiza os agentes sociais do meio rural de tal modo que produzam com as condições técnicas e as relações sociais adequadas à criação, distribuição e apropriação do valor determinadas pela acumulação capitalista, cujo móvel é o lucro.

Atualmente, a expansão capitalista na região assume a forma de um processo de modernização. Por modernização agrícola entendo uma forma de expansão que potencializa a acumulação capitalista através da transformação no modelo técnico e da intensificação da produção, e que se vale da estrutura de propriedade e da distribuição da terra e meios de produção já existentes.

Evidentemente tal processo provoca transformações na estrutura agrária. A capitalização, exprimida na mecanização e uso de insumos "modernos", aguça as contradições internas da estrutura agrária, pela concentração ainda maior dos meios de produção, pela ampliação das relações de trabalho tipo salarial, pela diferenciação e reestruturação das relações entre as classes agrárias.

A determinação mais geral do que chamo de processo de modernização agrícola deve ser buscada num modelo dominante de acumulação na economia do país, acentado na indústria e nas relações de dependência estrutural da economia brasileira no conjunto do sistema capitalista mundial. Portanto, este conceito, inserido no modo capitalista de produção, encontra na dependência seu traço peculiar. Daí, embora acarrete

inovações e melhorias técnicas, não se constitui num processo endógeno e auto-sustentável.

A atualidade do assunto pode ser constatada nos jornais e periódicos que constantemente abordam aspectos a ele relacionados. A realização da pesquisa situa-se num tempo em que foi possível acompanhar a implantação da modernização agrícola, assistir ao período de euforia e analisar as consequências do modelo produtivo, em especial após algumas frustrações de safras. Assim neste estudo está presente a preocupação em possibilitar a compreensão das transformações ocorridas. Desta forma o estudo procura uma abordagem global, situando o problema dentro de um quadro amplo de relações. Assim, sendo a realidade uma "síntese de múltiplas determinações", pode-se abordá-la de forma mais complexa.

Neste quadro, os agentes sociais diretamente envolvidos são vistos como os atores fundamentais. Sua constituição e motivação suas relações e impasses são analisadas antes e no decorrer do processo da modernização. Os conflitos e tensões decorrentes da forma de acumulação capitalista revelam o modo específico de dominação existente e a mudança de atitudes sociais e relações interpessoais.

Como é interiorizado nas e pelas classes agrárias todo este processo, constitui o problema específico da presente pesquisa. Ou, mais precisamente, qual o perfil social e ideológico das classes que participam do processo de modernização? Nas indagações sobre a vivência e a percepção do processo pelos diferentes agentes sociais envolvidos, devido a minha prática como profissional na área da educação, tenho uma preocupação particular: o que representa a escola para eles? Que funções são percebidas e/ou atribuídas a esta instituição social num meio em modernização acelerada?

Neste contexto e com estas preocupações, as classes sociais são analisadas na sua constituição própria dentro de uma realidade específica: o município de Cruz Alta. Por ser uma área delimitada, se configurando numa amostra do conjunto da região que sofreu o impacto da moder

nização, neste estudo prefiro denominar grupos de agentes sociais, ou grupos sociais ou ainda grupos rurais aos componentes locais das classes agrárias.

A opção pela investigação do meio rural de Cruz Alta, justifica-se:

a) por ser um dos primeiros municípios a aderir a mecanização agrícola em larga escala para o cultivo de trigo e soja;

b) por ser um local onde se configura a aproximação de dois grupos distintos: o dos fazendeiros e dos colonos;

c) pelas facilidades em realizar a pesquisa em vista do conhecimento da área.

02. Perspectiva teórica

Para análise do processo de modernização agrícola e suas condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas, não são os teóricos da modernização, enquanto escola sociológica, que me fornecem o instrumental adequado. Tais teóricos, como McClelland, Hagen e Lerner, fazem uma proposta inversa às relações estruturais do sistema capitalista quando centram suas análises nas atitudes psicossocioculturais das pessoas procurando explicar como se dá a passagem da sociedade tradicional para a moderna, através da aquisição e difusão social de novos valores de eficiência e sucesso profissional, econômico e social ¹.

Dado a maneira como defino o processo da modernização, em termos mais gerais, baseio-me no modelo de análise em consonância com a teoria da dependência proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto ².

A opção pela teoria da dependência, enquanto quadro interpretativo da presente análise, se deve à sua contribuição no sentido de reconhecer o desenvolvimento brasileiro como processo determinado pelo modo capitalista de produção, mas organizado internamente e integrado externamente pela situação de dependência. Neste sentido as relações entre

trabalho e capital, relações de exploração, são vistas como a base de todo o sistema social, da constituição e existência de classes antagônicas, da estrutura de poder do Estado, da representação ideológica e da legitimação das formas históricas de dominação social.

Em decorrência da perspectiva teórica adotada é indispensável uma abordagem histórica para acompanhar a estrutura e o processo do desenvolvimento.

"Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico" ³.

Pelo estudo dos interesses distintos, as mudanças ocorridas não se apresentam como independentes em si mesmas, mas como resultantes das tensões entre classes divergentes. Estes interesses vistos em diferentes momentos históricos podem ser de natureza interna ao país e/ou natureza externa. Neste contexto, é importante compreender como se configura o modo de dominação adotado, uma vez que é por seu intermédio que se compreende as relações de classe ⁴.

As estruturas de dominação, implicam nas conexões que ocorrem entre os fatores internos e externos. O conceito de dependência, possibilita a compreensão de diferentes situações em função das relações que se estabelecem entre estas estruturas.

"A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto ao que se refere ao plano interno dos países como ao externo" ⁵.

É oportuno ressaltar que, se a dependência tem explicações externas à nação, a relação interna entre as classes não lhe é estranha, ao contrário, a torna possível e confere à dependência sua fisionomia própria ⁶.

Uma sociedade pode sofrer profundas transformações no seu siste

ma produtivo, sem que isto implique em autonomia em relação a outros centros de decisão.

"As noções de "centro" e "periferia" por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial, sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência" 7.

Por sua vez o sistema capitalista fundamenta-se na propriedade privada, na livre concorrência em função do lucro. Isto oportuniza uma sociedade de classes com interesses divergentes e antagônicos.

Nesta sociedade, a estrutura econômica compreendida pela produção, distribuição e consumo, está em função da acumulação de capital. Tendo como norma de funcionamento a livre concorrência entre capitais de diferentes tamanhos e diferente composição orgânica, que visam se valorizar a uma taxa determinada de lucro, a estrutura econômica se constitui historicamente sobre a extração da mais-valia, isto é, a exploração, distribuição e apropriação pelo capital da diferença do valor produzido pelo trabalho em relação ao valor da força de trabalho. Tal sistema possibilita a exploração desenfreada, o que gera a opressão econômica e o acirramento das tensões no interior da estrutura de classes: produção crescente de riquezas mas com reprodução ampliada de desigualdades, suscitando frustrações, contestações, humilhações, ansiedades e resistências em escala coletiva.

A intensidade, a extensão e as formas históricas deste processo, dependem das forças produtivas (energias humanas associadas às técnicas utilizadas no processo de trabalho) e das relações sociais de produção (as relações de dominação e subordinação que se estabelecem entre os agentes sociais com base na propriedade dos meios de produção). As forças produtivas e as relações de produção, determinam um tipo de sociedade concreta e um comportamento social conflituoso.

No sistema capitalista, a posse efetiva, isto é, a capacidade que tem os possuidores dos meios de produção para colocá-los em ação

faz com que os produtores diretos se encontrem separados desses meios. Tornam-se estes, os não proprietários, os que não tem domínio sobre os meios com os quais trabalham. O capital, materializado em meios de produção, valoriza-se, aumenta, cresce, na medida em que se apropria do resultado do trabalho dos produtores diretos com base na relação social de propriedade privada dos meios de produção. Aos produtores cabe uma retribuição - o salário - pela venda de sua força de trabalho aos capitalistas. A força de trabalho adquirida no mercado torna-se capital ao nível de produção, submete-se às necessidades do capital. As necessidades do vendedor da força de trabalho, do produtor de fato, ficam desvinculadas da produção imediata. Elas são satisfeitas através do mercado, pelo poder de compra do salário recebido enquanto retribuição à venda da força de trabalho. Assim, a separação ao nível da produção se manifesta na distribuição do produto social global. O conjunto de bens produzidos numa sociedade, dominada pelo modo capitalista de produção, não reverte equitativamente para os geradores deste produto. A posse e domínio dos meios de produção (matérias-primas, instrumentos, terra, etc) é condição da apropriação do produto final. E esta apropriação se faz de modo a garantir a obtenção de parcela do excedente social gerado, que se incorpora ao capital em novo ciclo produtivo ⁸.

Neste sistema insere-se a economia agrícola. Produzindo para o mercado e determinada também pela acumulação, esta economia contribui para a expansão e concentração capitalista.

Dado a hegemonia da acumulação urbano-industrial, no Brasil, a economia agrícola se insere num quadro de relações em que o excedente social gerado é apropriado predominantemente por outros setores sociais. Mas os interesses econômicos sociais e políticos não são unicamente explicados pela relação polar, de sentido único entre campo e cidade. O processo é mais complexo, amplo e contínuo ⁹. Embora a cidade imponha ao campo seus interesses econômicos e altere a dinâmica da economia agrária, outros aspectos mais abrangentes como o caráter dependente da

economia brasileira impedem que essa evolução engendre um padrão auto sustentado e autopropelido de desenvolvimento econômico ¹⁰.

A importância da economia agrária para a acumulação do capital foi objeto de muitos estudos e enfoques. No presente trabalho não pretendo retomar todos os problemas já tratados por diferentes pesquisadores. Trata-se de um intento teórico limitado que se propõe a ventilar questões básicas do capitalismo agrário na região de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, e suas influências na sociedade de classes. Procurarei pois, vincular os componentes econômicos do desenvolvimento com as condições materiais e a atuação de grupos sociais no meio rural.

Como já salientei, a atual forma de expansão da economia agrária da região pode ser caracterizada como um processo modernizador. Há influências estruturais que transparecem no impacto modernizador possibilitando o desenvolvimento do sistema capitalista no setor rural. Com base em Florestan Fernandes destaco assim algumas influências básicas:

a) A primeira dessas influências é abrangente. "Privado de outras fontes de apropriação de riquezas, o Brasil dependeu e ainda depende da economia agrária como recurso ou técnica de acumulação originária de capital" ¹¹. Assim, o excedente econômico que se transfere do campo para outros centros, alimenta o mercado capitalista moderno com sua tendência à intensificar a divisão social do trabalho. O setor rural origina uma evolução econômica mais complexa que "redefine as bases do desenvolvimento interno do capitalismo" ¹².

b) A segunda influência, embora indireta, refere-se ao surgimento de uma nova mentalidade e um novo comportamento econômico exigido pelo capitalismo. Numa economia de mercado capitalista, a acumulação converte-se em trampolim para novos negócios. O entesouramento possibilita alvos econômicos mais ambiciosos. Assim os imigrantes puderam fazer da poupança um meio de ajustamento econômico ativo. Nesta perspectiva, "a ação econômica, torna-se especificamente capitalista, orientando-se para 'ganhar mais e mais dinheiro' e para a 'aquisição como o último

fim desta vida'" 13.

c) A terceira influência, é determinada pela estratificação do meio rural, onde coexistem diferentes formas capitalistas de mercantilização e de produção, de forma não ocasional mas necessária para os interesses de acumulação do excedente econômico. Neste contexto,

"somente os agentes econômicos em condições de participar, de um modo ou de outro, do excedente econômico gerado pela economia agrária, e de vender o trabalho como mercadoria, são afetados no meio rural pelas funções classificadoras do mercado interno e pelas funções estratificadoras dos modos vigentes" 14.

Desta forma, três categorias de indivíduos ou grupos inserem-se no processo de formação de classes sociais na economia agrária: 1.^o - Os agentes econômicos privilegiados que atuam diretamente na expropriação capitalista. 2.^o - Os agentes econômicos que comercializam o excedente da produção doméstica e servem-se da poupança para competir econômica e socialmente. 3.^o - Os que participam de alguma forma de assalariamento e que, mesmo reduzidos à pobreza permanente, transformam o trabalho em mercadoria, através das relações de mercado.

Devido as diferenças de ocupações e as vinculações e desempenhos que isto possibilita na economia agrária, esta classificação torna-se importante. Ela revela a emergência e crescimento de grupos sociais distintos. Revela que o maior contingente da população rural fica parcial ou totalmente à margem dos benefícios do capitalismo. São os que arcam com os maiores ônus decorrentes da existência de uma sociedade de classes.

Neste quadro estrutural, o processo de modernização, exprimido na maior mercantilização da produção agrícola (maior inserção nas relações de mercado), na sua intensificação e tecnificação (maior uso da terra, com insumos modernos e mecanização), é um processo de crescimento que reforça a estrutura agrária existente e aguça as contradições básicas entre os diferentes grupos agrários.

Neste contexto, cabe analisar o papel da ideologia que compreende o conjunto das representações mentais e das atitudes veiculadas pelos componentes sociais de uma determinada sociedade. Ela abrange a super-estrutura, dispondo-a de maneira a fortalecer a infra-estrutura. Esta comporta o sistema econômico de uma sociedade. Por sua vez, a super-estrutura é composta pela organização jurídico-política, escola, família, religião, etc, que tendem a inculcar uma percepção da realidade de forma harmônica e integrada.

Embora a ideologia encontre na economia seu principal suporte, e o "fio condutor" para a explicação dos fenômenos sociais, não se pretende reduzi-la à estrutura econômica. "O nível ideológico tem seu conteúdo próprio e suas próprias leis de funcionamento e desenvolvimento" ¹⁵. Goza pois de uma autonomia relativa. Na prática, a ideologia se articula e se faz presente em todas as atividades humanas, destacando-se a econômica como determinante em última instância.

Quanto ao conteúdo, o nível ideológico forma dois sistemas:

a) o conjunto das representações mentais ou sistema simbólico, compreende as representações sociais, ou seja, "as idéias políticas, jurídicas, morais, estéticas e filosóficas de determinada sociedade" ¹⁶.

b) o conjunto de atitudes que cumpre a função de adaptar os indivíduos à determinada realidade. Neste sentido a ideologia pode ser vista como "o conjunto de hábitos, costumes e tendências de reagir de uma determinada maneira" ¹⁷, perante o meio onde os indivíduos atuam.

De forma genérica, as ideologias expressam crenças, desejos, esperanças e nostalgias que impulsionam as pessoas a um determinado modo de agir. Em muitos casos não há correspondência entre diferentes níveis de significado, dissimulando e ocultando a realidade segundo conveniências específicas. A própria elite, não raro, é vítima de suas ideologias.

Mas a ideologia dominante não deve ser apreendida somente como

conjunto de representações falseadoras da realidade. Ela tem uma função ativa na organização e evolução da sociedade. A ideologia é vista como direção e hegemonia. Nesta concepção a hegemonia é condição para a conquista do poder e o exercício da dominação de classe. A ideologia dominante percebida como hegemonia, legitima a dominação e sua base material. Trata-se da capacidade de persuasão da classe dominante sobre as classes subalternas, fazendo-as viver e aceitar a sua situação como necessária, justa e natural. Assim, a ideologia dominante é o "cimento" do edifício social ¹⁸. Numa interação concreta com a sociedade a percepção, a vivência das relações de classe são vistas como fundadas na "vontade de Deus", no "dever moral", na "natureza", no "mérito" etc. São indicações da interiorização da ideologia dominante.

Para a eficácia de certas mensagens é indispensável que a sociedade se organiza sob um fundo ideológico comum e assim dê coerência a uma determinada visão de mundo e de sociedade. Assim, as mensagens transmitidas pela escola, pela família e instituições religiosas não são independentes entre si mas se fortalecem nas explicações e justificações que dão à realidade. Por exemplo, na família a mãe é um anjo de bondade e os pais são os primeiros mestres; a escola é quartel, segundo lar, templo do saber; os mestres são os segundo pais, a Pátria é nossa mãe. Deus é nosso pai, mestre supremo, a Virgem nossa mãe ¹⁹.

Após estas análises pode-se introduzir a escola, uma vez que esta só pode ser entendida considerando-se sua articulação com a estrutura econômica e social global, em cujo contexto as classes sociais atuam e articulam-se conforme a ideologia dominante, que não raro se choca com outras ideologias. Desta forma é meu propósito analisar o desempenho da escola em relação aos grupos rurais e, inversamente, as expectativas destes grupos frente a escola.

Quanto ao desempenho da escola frente aos grupos rurais, parto do ponto de vista de que a escola numa sociedade de classes está a serviço da classe dominante. Como superestrutura e como "aparelho ideológico

co número um" ²⁰, a escola não pode ser vista a partir dela própria, mas do contexto em que se insere, isto é, o sistema educativo se organiza com seus enunciados, representações e ideologia conforme os interesses do grupo dominante. Em sua missão de reforçar e reproduzir o modelo capitalista, mascara seus fins e funções manifestas. As contradições da escola neste modelo não são erros ocasionais, mas são necessárias. Assim, por exemplo, de um lado, precisa expulsar da escola o excesso da força de trabalho. Por outro lado, necessita que as pessoas frequentem a escola para a inculcação da ideologia dominante e para o aprendizado da subordinação. Ao mesmo tempo que é discriminatória, ela, pela ideologia, deve se apresentar aos destinatários como igualitarista. Assim a escola não expulsa; são os alunos que se evadem. Além disso, a escola rural, reproduzindo a estrutura da escola urbana, exacerba suas deficiências, para prejuízo dos usuários rurais que não são atendidos em suas necessidades.

Quanto às diferentes visões e percepções da escola pelos grupos rurais, parto do ponto de vista que estas percepções são consistentes com a posição econômica e de classe desses grupos.

03. Procedimentos técnicos

Para a realização da pesquisa foram realizadas entrevistas junto às pessoas representativas dos diferentes grupos sociais e recorreu-se à observação participante. As entrevistas foram úteis para a coleta de dados. Possibilitaram informações sobre o passado, o comportamento íntimo e atitudes das pessoas ²¹.

Além das técnicas de observação assistemática e sistemática, como a observação participante e entrevista, foram utilizados tanto documentos escritos, como dados encontrados em fontes especializadas, livros, periódicos e jornais. Os dados citados e não referidos em notas de rodapé devem-se a coleta direta de informações.

A coleta de dados ocorreu em diversos momentos. Foi iniciada de forma experimental em dezembro e janeiro de 1978. Em dezembro e janeiro de 1979 foi desenvolvida de forma sistemática. Neste período permaneci por 14 dias no meio rural observando e convivendo com os problemas da área. Em julho e agosto de 1979, foram concluídas as entrevistas. Além de serem entrevistadas pessoas representativas de cada grupo, foram realizadas outras com pessoas da cooperativa, sindicatos, prefeitura, secretaria de educação municipal, agrônomos, sociólogos, políticos, pais e professores.

Optei neste trabalho, pela abordagem integrada do tema em questão. Isto possibilita destacar o surgimento e a caracterização dos agentes sociais. As influências dos grupos na história agrícola foram cronologicamente desenvolvidas.

A abordagem global, embora carecendo de maior aprofundamento em alguns aspectos, facilita a compreensão do problema.

NOTAS

- 1 E.E. HAGEN. On the Theory of Social Change, Homewood, III., The Donsey Press, 1962. Maclelland, D.C., The Achieving Society. Princeton, Nova Iorque, D. Van Nostrand Co., Inc., 1961. Lerner, The Passing of Traditional Society. Nova Iorque, The Free Press, 1958.
- 2 Fernando H. CARDOSO e Enzo FALETTO, Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1970. Florestan FERNANDES, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1968. Florestan FERNANDES, Educação e Sociedade no Brasil. Dominus Ed./Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966. Manfredo BERGER, Educação e Dependência. Difel, Porto Alegre, 1976.
- 3 Fernando H. CARDOSO e Enzo FALETTO, op. cit. p. 22.
- 4 Ibid., p. 22
- 5 Ibid., p. 27
- 6 Ibid., p. 36
- 7 Ibid., p. 27
- 8 Estas indicações sobre o modo capitalista de produção são buscadas na obra de Marx e Engels, A ideologia Alemã, e na obra de Marx, O Capital.
- 9 Florestan FERNANDES, Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, p. 189.
- 10 Ibid., p. 189
- 11 Ibid., p. 191
- 12 Ibid., p. 191
- 13 Ibid., p. 192
- 14 Ibid., p. 193
- 15 Marta HARNECKER, Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico. (snt) p. 108
- 16 Ibid., p. 100

- 17 Ibid., p. 101
- 18 Karl MARX e F. ENGELS, A Ideologia Alemã (Primeira Parte) R.J. Zahar Ed. 1966. p. 45
- 19 A. BOGGIO, et alii, Questa Arriba o Questa Abajo Desco, Campodonico ediciones, Lima, 1973. p. 85
- 20 L. ALTHUSSER, in: J.D. SOBRINHO, Universidade e Classes Médias: Aspectos do Caso Brasileiro. Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez e Moraes/Cades Ano I n.4 set. 1979 p. 111
- 21 Os pesquisadores Selltiz e Buford abordam as vantagens e desvantagens da entrevista e da observação participante. Isto influenciou na condução da presente pesquisa.
Buford H. JUNKER, A Importância do Trabalho do Campo. Rio de Janeiro, Lidador, 1971 p. 1-2 e 8.
Claire SELLTIZ, et alii, Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo, Herder, 1976. p. 225.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA DE CRUZ ALTA

Neste capítulo, pretendo inicialmente apresentar um quadro amplo do processo histórico de formação de Cruz Alta, com destaque aos agentes sociais que dele participaram no Estado e região, seus interesses, sua capacidade e sua contribuição. Esta visão será suscintamente apresentada já que a problemática principal é a modernização da agricultura após 1950. Embora o campo de estudo seja a região do Planalto Médio, a formação desta região não pode ser entendida fora de um contexto mais amplo que a determina.

O projeto português e espanhol na América Latina consistiu na conquista para a exploração comercial, através da formação de colônias integradas à expansão mercantil europeia.

A ocupação da América e, nela, a ocupação da região Sul do Brasil por parte dos europeus, insere-se no movimento de Revolução Mercantil ou Revolução Comercial. O desenvolvimento do comércio é o resultado da aliança entre a burguesia mercantil e as monarquias europeias. As descobertas foram basicamente acontecimentos comerciais e a sua determinação deve ser buscada na necessidade de acelerar a acumulação de capital mercantil através da ampliação do mercado, e da formação de colônias integradas às metrópoles. Nos territórios descobertos, onde havia produtos de valor comercial para os europeus, bastava criar mecanismos de apropriação desses produtos. Onde não havia produtos comerciáveis, a região era abandonada até ser introduzida alguma produção de caráter mer

cantil. Foi o caso do Brasil, que ficou abandonado pelos portugueses até 1530 quando se definiu um projeto de colonização, através da organização da produção escravista de cana-de-açúcar ¹.

A atual região Sul do Brasil, por longo tempo, não despertou maior interesse aos portugueses devido a alguns fatores, tais como:

- a) A falta de interesse comercial pela área, uma vez que os nativos, como no resto do Brasil, não produziam excedentes.
- b) A inexistência de indícios claros sobre os recursos minerais.
- c) A dificuldade de acesso pelo litoral ².

Estas dificuldades retardaram a penetração de Portugal no Sul. O tratado de Tordesilhas nem o incluía como território português. A partir do século XVII, porém, a região passa a ser palco de lutas entre portugueses e espanhóis, que estão na origem da atual estrutura agrária.

1.1. Os agentes sociais da conquista e ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul

As condições históricas em que se dão a conquista e ocupação do território do Rio Grande do Sul, constitui a preocupação central deste capítulo. Os portugueses, impulsionados por interesses comerciais e apoiados no Estado português, não são os únicos agentes do processo. A sua expansão em direção ao Sul envolveu outros agentes e teve que fazer face à oposição de índios e espanhóis.

1.1.1. Os índios: sua contribuição e desagregação

O atual território do Rio Grande do Sul não era um deserto. Há mais de 6.000 anos era habitado por índios que perfaziam um total de 500.000 no início do século XVII, quando o território começou a ser incorporado ao domínio português ³. Os três grupos básicos - Gê, Guarani e Pampeano - distribuíam-se pelo território e áreas circunvizinhas, organi

zados material, social e politicamente de forma própria. Viviam em estado rudimentar de cultura ⁴.

Na região do Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul, habitavam o Gê antigo, ancestral do Kaingang, e os Guaranis, subdivididos em Tapes (futuro índio das Missões Jusuítas) e Carijós (estes sobretudo no litoral marítimo).

Para os Kaingangs, o trabalho agrícola era quase que exclusivo das mulheres e feito pelo sistema de derrubada e queimada do mato no que eram auxiliadas pelos homens. A alimentação tinha por base os produtos de caça, pesca, coleta e da pequena agricultura. Além de milho, cultivavam feijão, abóbora e batata-doce ⁵.

O índio Guaraní desenvolvia uma agricultura rudimentar, constituída de milho, feijão, abóbora, batata-doce, amendoim, algodão e fumo. O trabalho agrícola era realizado pelas mulheres, utilizando-se do sistema de coivara ⁶, sendo ajudadas pelos homens na derrubada da mata. Os Guaranís, afora a agricultura, dedicavam-se à pesca, caça e extração vegetal. A extração da erva-mate, encontrada nativa, era importante na feitura de chás e bebidas. Estas eram também fermentadas com milho, mandioca ou frutas silvestres. A falta de caça e pesca e o enfraquecimento da terra para a produção, determinava a procura de outro lugar, o que ocorria entre três e seis anos. Não retornavam ao sítio primitivo.

Salvo poucos Guaranís, remanescentes das Reduções Jesuíticas que se aculturaram e foram incorporados na produção pecuária ou ainda fugiram para as matas, a maior parte foi exterminada pelas incursões dos Bandeirantes e pelas Guerras.

Um outro grupo denominado Pampeano (conhecidos também como Charruas e Minuanos) ocupava o pampa Gaúcho e Uruguai e parte da região de Entre-Rios, na Argentina..

"Como inimigo dos índios Guaranís das Missões foi, consequentemente, amigo dos portugueses, com quem comerciavam gado agregando-se, mais

tarde, às suas estâncias" ⁷. O Pampeano detestava a pacatêz do Guaraní. Era exímio na arte de calvagar, no uso das boleadeiras, lanças e laços. Os primeiros cavalos conhecidos pelos Pampeanos procederam do navio de Juan Dias Sclis que penetrou no Paraguai, a pátria dos Guaranís, pela primeira vez em 1516 ⁸. Caracterizavam-se como guerreiros. O Pampeano não existe mais como tribo. Os remanescentes foram assimilados como peões nas estâncias portuguesas.

Antes do trabalho agrícola desenvolvido na região por portugueses, negros e imigrantes, é indispensável ressaltar a experiência dos Jesuítas de 1610 a 1768 quando organizaram, segundo Clóvis Lugon, "A República 'Comunista' Cristã dos Guaranís". Embora não seja propósito, faz-se mister citar as primeiras quatorze reduções (agrupamentos de índios vivendo em comunidades organizadas pelos padres Jusuítas) de Guaíra, fundadas de 1610 a 1626 e as primeiras reduções em número de 4 fundadas em solo gaúcho pelo Padre Roque Gonzalez entre 1626 a 1628. Todas essas reduções são arrasadas pelos bandeirantes entre 1630 a 1639 ⁹. Entretanto milhares de Guaranís guiados pelos Jesuítas conseguiram fugir. Empreenderam a grande migração comparada, por Clóvis Lugon, à "Retirada dos Dez Mil de Xenofontes". Dirigiram-se para a região de Entre-Rios, entre os rios Paraná e Uruguai, perto da atual Possadas, onde surgiram quinze reduções ¹⁰.

Em 1640 a autorização pelo Governo da Espanha para que os índios utilizassem armas para sua defesa, possibilitou que permanecessem por mais de cem anos sem serem molestados seriamente pelos portugueses ¹¹. Nestas condições surgiram sete reduções entre 1682 a 1707 no Brasil, Estado do Rio Grande do Sul. Estas reduções ocupavam uma faixa de terra que vindo da fronteira inclui o antigo município de Cruz Alta. É sobre o trabalho agropecuário destas reduções que vamos nos ater agora, por ser o primeiro trabalho deste gênero organizado na região em estudo.

Os índios Guaranís, logo que foram submetidos à tutela dos Jesuítas, abandonaram a vida nômade para se fixar nas reduções. Como diz um

missionário, assim como "por toda parte as terras são boas e dão tudo o que é necessário à vida" ¹², o território abrangido pelas reduções foi favorável. As terras não demandaram cuidados especiais nem adubos. Serviam-se da queimada, do afolhamento, do alqueive ¹³ e de canais de irrigação para levar a água. "Máquinas Hidráulicas", impulsionavam a água dos rios até as lavanderias comuns e os viveiros de hortigrangeiros de muitas reduções ¹⁴.

"Na ausência quase completa de metais antes de 1700, serviam-se de charruas com relha de uma madeira muito dura" ¹⁵, que eram afiadas por meio de machados e puxadas por cavalos e bois.

Como vimos, os Guaranís já cultivavam pequenas plantações de milho, mandicca, batata-doce e erva-mate, esta em estado selvagem. Os jesuítas introduziram a cultura do trigo, cevada, arroz, cana-de-açúcar, algodão e fumo. O cânhamo fornecia o pano necessário. Porém as secas, as geadas ou as enchurradas por vezes faziam escassear os alimentos e os índios fugiam para as matas. Para viabilizar seu projeto, os Jesuítas sentiram a necessidade de introduzir o gado. A idéia não poderia ser mais feliz pois, além de encontrar-se na região excelentes pastagens, o cuidado com o gado correspondia à índole do Tape, menos afeito a um trabalho sistemático na agricultura que a prazeirosas tropeadas.

"Em 1634 se dirigiam a Corrientes os Padres Cristovão de Mendonça e Romero; empenhando até as alfaias dos altares, compraram do fazendeiro português, Manoel Cabral Alpoin, 1.500 vacas e vários touros, introduzindo-os com imenso esforço no Rio Grande do Sul. Esses bovinos foram distribuídos entre as reduções" ¹⁶.

A produção pecuária revelou-se ser a melhor alternativa para fixar tribos nômades definitivamente às reduções.

Introduzindo e desenvolvendo técnicas mais aperfeiçoadas de cultivo, nas próprias reduções de acordo com as necessidades, e criando uma riqueza pecuária nas extensas pastagens nativas do sul, os padres Jusuítas foram os primeiros agentes da organização de uma economia agropecuária na região, capaz de gerar excedentes (erva-mate, couros) e integrada

no sistema colonial (os Guaranís passaram a contribuir para a metrópole espanhola através do pagamento de tributos).

Sem dúvida, os índios atingiram um desenvolvimento considerável para a época, sendo os primeiros a trabalhar as terras da região sob uma organização comunal.

Os índios que anteriormente não produziam excedentes, devido à organização econômica adotada pelos Jesuítas, passam a acumular, alterando assim o sistema produtivo. Embora organizados pelos Padres de forma a produzir coletivamente ¹⁷ a atuação dos Jesuítas ocasionou uma primeira mudança na organização econômica dos índios.

Nas condições econômicas da época, do ponto de vista dos agentes sociais interessados em se apoderar das riquezas dos territórios descobertos e transformá-las em produtos para o mercado europeu, merece destaque o desenvolvimento da pecuária com base nas reduções. Os rebanhos abriram uma nova perspectiva econômica que passam a interessar aos portugueses e espanhóis.

No entanto, o sistema de organização dos grupos indígenas não era inteiramente adequado à expansão mercantil colonial. Por isto, decidiu-se que devia ser destruído para dar lugar a um outro sistema de relações sociais de produção. No esforço de integração do território, sua população e seus rebanhos, ao sistema colonial, juntaram-se Portugal e Espanha e empreenderam a conquista das missões, consumada em 1756 com a derrota dos Guaranís na batalha de Caybaté. Os índios foram arrasados. Só lhes restaram duas alternativas: 1.^a - a fuga pelas matas, onde um reduzido contingente sobreviveu numa economia de subsistência; 2.^a - renunciar ao seu sistema de vida e integrar-se na nova organização econômica, atuando como peões de estância, aderindo assim a alguma forma de assalariamento.

De senhores de um território, passaram a servir aos conquistadores, transformados em proprietários das terras e rebanhos. Separados dos

meios de produção, os índios deixaram de ser índios e o seu trabalho passou a gerar excedentes, que serviram à constituição e expansão de uma classe de grandes proprietários e de integração da região no sistema colonial português.

1.1.2. A conquista portuguesa do campo

Portugal, com a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, organiza-se política, militar e economicamente no sentido de aumentar seus domínios até o Prata.

Os campos, com a riqueza do gado, passam a ser vistos com nova ótica.

"A partir de 1680 a exploração de couro e sebo se tornava um atrativo econômico para aventureiros espanhóis e portugueses, que o contrabandeavam com ingleses e franceses, sobretudo através do estuário do prata" 18.

Em 1686 é fundada Laguna com o objetivo de apoio à Colônia do Sacramento e a exploração de gado.

A partir de 1.700, o ouro em Minas Gerais rearticula a vida da colônia no Brasil: Milhares de portugueses vem ao Brasil. Vila Rica sobe a 100 mil habitantes. Surge um novo mercado. Do nordeste vem o açúcar, o arroz. De São Paulo, feijão, milho e mandioca. No Rio Grande do Sul, buscam-se tropas de gado e muares 19. Os bandeirantes foram os descobridores e donos das minas, mas perderam o controle de exploração para os Embobas (os forasteiros). Uma alternativa para os bandeirantes é buscar gado no Rio Grande do Sul.

O comércio de gado para São Paulo era feito inicialmente pelo litoral. Surgem novos caminhos: Morro dos Conventos e Lages em 1727 e Viação a Curitiba em 1731. Isto possibilitou a fundação das primeiras estâncias (1732) 20. Em 1732 tem início a distribuição de sesmarias. O Governo Português decide fixar pessoas na região sul. Doa sesmaria (13.068 ha) para quem já estivesse instalado com estabelecimentos de lavoura ou cria

ção. Esta instalação preliminar era condição "legal" para receber terras. Prevalece assim a força, o poder e o privilégio por ocasião da ocupação do solo. Em consequência, poucos conseguem a sesmaria. Da sesmaria, surge a estância que, em função das disputas com os castelhanos, tende a constituir-se numa vila fortificada. A penetração e conquista dos campos fez-se através de pontos fortificados, constituindo-se não raro em núcleos militares estáveis. Às vezes, no entender de Fernando H. Cardoso, os proprietários das estâncias assumiam a dupla característica de "saqueadores de gado militarizados" ²¹.

O Tratado de Madrid entre Portugal e Espanha, em 1750 legitimou a posse portuguesa da região. Por este tratado dá-se a troca dos Sete Povos pela colônia do Sacramento. Os índios Guaranis deveriam abandonar as Missões retirando-se para o território Espanhol. Com a legitimação do território, Portugal empenha-se pela posse efetiva. Envia famílias de Açorianos para ocupar a região dos Sete Povos ²². Os dois países iniciam as demarcações. São interrompidos em Bagé, na fazenda Santa Tecla, de propriedade dos índios Guaranis que enfrentam simultaneamente os exércitos de Portugal e Espanha. Em 1756 após alguns anos de resistência, os Guaranis são derrotados e as reduções inutilmente arrasadas, pois em 1761, pelo tratado de El Pardo, o tratado de Madrid é anulado.

Embora a Guerra Guaranítica tenha impedido aos casais Açorianos ocupar a região das missões, deve-se a eles a retomada da produção agrícola no território. Com isto, "inicia-se uma agricultura de subsistência mais tarde absorvida pelo latifúndio pastoral" ²³.

O ano de 1780, demarca o início da fundação das charqueadas ²⁴ em Pelotas. Cresce com isso a importância do gado. A economia gaúcha articula-se. É especialmente em função do charque e do couro que surge a exploração da mão-de-obra escrava.

Em 1801 dá-se a reconquista militar das Missões pelos portugueses e a celebração do tratado de Badajós, definindo a atual fronteira brasileira com o Uruguai. Como recompensa pela guerra, os soldados rece

bem sesmarias doadas pelos chefes militares. Os militares quer paulistas, lagunenses ou açorianos tornam-se estancieiros. Concretiza-se a ocupação do solo missioneiro.

Como a pecuária era valorizada pelos conquistadores, utilizou-se também a mão-de-obra branca nas estâncias. A utilização de escravos nas fazendas deu-se em menor escala que nas lavouras de trigo dos açorianos e nas charqueadas ²⁵.

Os açorianos encaminhados ao Rio Grande do Sul por volta de 1750, dedicaram-se em pequenas propriedades à agricultura. De fato esta prosperou, em especial o trigo que em 1770 produzia 7 mil alqueires e quase 400 mil alqueires em 1816 ²⁶. Desta forma "ao lado da pecuária crescia também o cultivo do trigo, base econômica das pequenas propriedades açorianas" ²⁷. Mas

"... por volta de 1820, a ferrugem atacando os trigais, o baixo preço, a requisição não paga pelos exércitos em guerra na Cisplatina e a importação de farinha americana, determinaram o desaparecimento das lavouras de trigo e a conseqüente liquidação das propriedades agrícolas absorvidas pelo latifúndio pasoril" ²⁸.

Os açorianos incorporados em outras atividades ou transformados em criadores latifundiários, passam a compor a classe dominante juntamente com bandeirantes, lagunenses, administradores e militares portugueses. Este grupo representa no Estado o poder constituído que se legitima pelo direito da força. Tendo por móvel o lucro, possibilitado basicamente pela comercialização dos produtos do gado, eles foram se radicando como proprietários na região sul, criando no Estado uma economia alicerçada na agropecuária. Representavam o poder dominante, legislando segundo seus interesses, que eram os da acumulação de capital pela exploração da mão-de-obra. Como o poder econômico vinculava-se ao poder político, este grupo manteve-se no poder não só no período colonial como também após a proclamação da república.

Após a Independência, o Governo Central, preferindo o charque platino ao nacional, provocaria a revolta dos estancieiros gaúchos que

apoiaram a Revolução Farroupilha.

Era simples a estratificação social: Proprietários de latifúndios ou de charqueadas, chefes militares, peões de estância e escravos ²⁹.

1.1.3. A participação do negro escravo

O ingresso do negro na região deveu-se à articulação econômica do Sul com outros centros do país ou do exterior. O negro foi utilizado de forma variada, de acordo com diferentes momentos históricos da economia, quer exportadora ou mercantil (quando ocorreu utilização regular do braço escravo), quer da economia de subsistência (quando a participação do escravo foi menor). A menor participação do negro na economia de subsistência explica-se pela sua menor rentabilidade. Daí a importância da compreensão histórica do desenvolvimento para o entendimento da participação do negro na formação do Rio Grande do Sul ³⁰.

Interessa, no momento, analisar a participação do negro em atividades rurais como a pecuária e a agricultura. Nestes setores, o escravo, tanto no início, isto é, primeira metade do século XVIII, como posteriormente, não foi utilizado em escala restrita como se apregoa.

O escravo tornou-se peça essencial na produção gaúcha, a partir do momento em que as lavouras de trigo dos açorianos criaram estímulos para a articulação mercantil com outros produtos. O papel do negro nas estâncias pioneiras, nas vilas fortificadas e na formação das lavouras pode ter sido ocasional no início, mas a partir do momento em que as condições de mercado permitiram uma maior rentabilidade, a utilização da mão-de-obra escrava generalizou-se.

Nas estâncias a quantidade de escravos não foi grande, em parte pela utilização concomitante de indígenas e em parte pela demanda sabidamente pequena de mão-de-obra.

Nas charqueadas o trabalho escravo foi fundamental. A economia urbana sustentada pela agricultura e pecuária, teve um aproveitamento regu

lar do elemento escravo nas mais variadas funções. Os serviços domésticos, tanto urbanos como rurais, contaram com a participação ampla de escravos. As lavouras de trigo, iniciadas sobretudo por agricultores açorianos, concentraram um maior número de mão-de-obra escrava. Tiveram seu apogeu entre o último quartel do século XVIII e os primeiros anos do século XIX. Os primeiros trigais gaúchos que provocaram um fluxo de trocas com outras regiões e exterior, foram trabalhados por escravos. Se é verdade que a população negra foi minoritária, a não ser em uma ou outra freguesia antiga, o número de cativos negros sempre foi considerável e a atividade econômica foi largamente beneficiada pelo trabalho escravo.

Os principais dados sobre a composição da população do Rio Grande do Sul segundo a condição são os seguintes:

TABELA 1 - Evolução da população do Rio Grande do Sul segundo a condição 1814/1872

Ano	Total	Escravos
1814	70.656	20.611
1858	282.547	70.880
1860	309.476	76.109
1861	344.227	77.588
1862	376.446	75.721
1863	392.725	77.419
1872	434.813	67.791

Fonte: Fernando H. Cardoso. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional - p. 81

Do contingente de população escrava, a agricultura foi beneficiada de um modo particular. O censo por profissão da população escrava, em 1872, demonstra que, de um total de 67.791 escravos no Estado, 48.736 foram registrados como lavradores 31.

Na região de Cruz Alta, o contingente escravo foi mais reduzido mas nem por isso sua contribuição foi menos significativa. Na região, era comum a utilização do serviço de negros cativos para toda a sorte de serviços braçais nas estâncias. Posteriormente, após a libertação, nas roças de subsistência da fazenda, era comum a utilização de negros ou mestiços. A sua integração na estrutura em formação se dá como caboclo: os agentes sociais da agricultura de subsistência, na periferia da produção dominante. Os caboclos eram, segundo Aristides de Moraes Gomes, geralmente casados e não se prestavam para as lidas de campo. Nas áreas a eles cedidas pelos grandes proprietários,

"... caçavam, pescavam, tinham vaca de leite, cavalo de montaria, sustento e ordenado da fazenda. Como muitos estancieiros procediam assim foi aumentando o número de roceiros que preferiam ficar por lá, trabalhando por conta própria, empreitando roçadas e tirando madeiras. Recebiam uma pequena área de terra para plantar o que era possível, após terminada a empreitada do contrato, e já tardiamente. O pouco que produziam era consumido antes da colheita. As mulheres muito raramente trabalhavam na roça, ou carpavam as suas plantas. Aquela gente foi aumentando, formando-se uma espécie de casta, os serranos. Criavam os filhos na miséria, eles próprios andavam descalços, de calças arregaçadas, com as dobras viradas para dentro até o joelho, um chapéu de palha e a espingarda na mão. Quando a miséria era muita, iam na velha estância pedir uma vaca para tirar leite, a qual morria de berne e carrapato, um matungo para ir na venda ou uma rêzinha aleijada para carnear. ... Com o decorrer do tempo, as serras foram sendo povoadas por emigrantes alemães e italianos e os serranos foram seus auxiliares preciosos por serem práticos e baratos. ... Com a organização das colônias foram sendo favorecidos com escolas, mais serviço e muitos tornaram-se bons agricultores" 32.

Dão início assim ao processo de caboclicização na região. Neste processo participaram também índios, peões e mestiços, aumentando assim este contingente.

Ao negro escravo, que foi utilizado como instrumento de produção e foi de todas as formas explorado, não lhe foram concedidas condições efetivas de integração na sociedade. "Em todos os sistemas de convivência social que os escravos participaram no Rio Grande do Sul, sua condição básica definiu-se pela alienação social das qualidades de pessoa hu

mana" 33.

O escravo visto como objeto de produção

"... torna-se um ser parcial, capaz apenas de executar as formas mais rudes de trabalho. Por isso a socialização parcial, inadequada para o desenvolvimento da personalidade humana e a violência constante constituem os mecanismos básicos de sustentação da ordem escravocrata" 34.

Isto após a abolição pouco mudou, pois no regime capitalista na medida em que ocorre a mercantilização da força de trabalho se dá também a mercantilização do próprio trabalhador.

O escravo serviu para consolidar uma estrutura social básica da sociedade rio-Grandense: A superposição da camada de senhores sobre a camada de escravos 35. Antes da escravidão, no período inicial da economia pastoril e no período da conquista territorial, a estrutura da sociedade era embasada na justaposição de grupos familiares complexos, liderados por chefes, cuja posição na sociedade era definida pelo seu poder econômico e político. Este poder só era inferior ao domínio imposto também pela violência, por parte dos funcionários do Estado Português. Aqueles dependiam do beneplácito destes para a posse legítima e efetiva dos meios de produção 36.

Quando se intensificaram as trocas entre o mercado sulino e outros centros ligados à exportação, foram criadas novas condições para atividades econômicas no sul. A produção reorganizou-se para atender a procura de trigo, charque e couro. Paralelamente ocorreu a utilização regular de escravos como força de trabalho para a produção de bens de exportação. "Essa solução impos-se diante da escassez de braços e da falta de condições sociais para o emprego de mão-de-obra assalariada" 37.

Com o enriquecimento progressivo das famílias que se utilizavam de escravos, redefiniu-se a estrutura de poder. Desfez-se o poder autônomo dos chefes de grupos que antes advinha das condições pessoais, da propriedade da terra e da força de trabalho dos próprios familiares. Surgiu em seu lugar, o senhor de escravos. "Lançaram-se dessa forma as bases da

dominação senhorial escravocrata: a posse de escravos tornou-se condição essencial para a produção de mercadorias e para o exercício do poder" 38.

1.1.4. A ocupação da mata pelo colono

No início do século XIX, com base na conquista efetiva do território, o Rio Grande do Sul ficava dividido em duas zonas: uma real, na campanha, cuja célula econômica e social era a estância, e outra, ainda virtual, a floresta, que em face de sua extensão, representava uma incognita. A vegetação original do Rio Grande do Sul era composta por campo (a maior parte) e mata 39. Com a entrada de imigrantes europeus, ocorreu a ocupação definitiva e completa da mata, até então praticamente despovoada do homem branco.

É o Governo Central quem encaminha para o Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes. As colônias oficiais no Estado, de 1824 a 1918, foram 51; um número menor se o contrapuzermos às 213 colônias privadas surgidas neste mesmo período 40. O que E. Willems procura demonstrar com estes números, é que para as companhias que faziam a colonização, esta representava um alto negócio. Isto é, o próprio projeto de colonização segue o esquema capitalista, como se verá mais pormenorizadamente no item 1.1.5.

Alguns aspectos favorecem a emigração de europeus. A revolução industrial iniciada na Inglaterra marginaliza grandes contingentes de homens, tanto na cidade como no campo. A indústria têxtil estimula a criação de ovelhas. Processa-se o acercamento das terras que eram coletivas na Idade Média e Moderna. As famílias despossuídas, devem abandonar as suas regiões de origem. As terras são valorizadas com novas técnicas e os arrendamentos aumentam. O êxodo rural é a consequência. A exemplo do que ocorreu na Inglaterra repete-se na Itália e Alemanha. Assim começa a migração para a América, motivada pela perspectiva de se tornarem proprietários. Além disso, as Guerras Napoleônicas, os governos despóticos que fazem perseguições políticas e religiosas, as lutas pela unificação da

Itália e Alemanha, somando a tudo o espírito de aventura, fazem com que grandes contingentes procurem outras terras.

As razões da imigração para o Brasil, inicialmente em 1822, eram de conseguir soldados para uma possível guerra com Portugal. Em 1824, chegaram os primeiros imigrantes, que foram enviados para o sul, onde estava a fronteira viva do império. Seria um exército em potencial em caso de guerra com o Uruguai ⁴¹.

A economia do Rio Grande do Sul assentava quase exclusivamente na pecuária. Carecia de outros produtos agrícolas. Fazia-se necessário uma classe média agrícola para a criação de um mercado interno. Além disso colonos livres e operosos serviriam de exemplo de que o trabalho não é só para escravos ⁴².

Após 1845, a razão básica da imigração foi a substituição do braço escravo pelo trabalho livre nas plantações de café em São Paulo. Outras regiões do Brasil, que possuíam vastas áreas de matas inexploradas, também se interessaram por imigrantes. O fim principal da imigração foi a agricultura ⁴³.

Os primeiros imigrantes alemães chegaram às margens do Rio dos Sinos em 1824, hoje São Leopoldo. Daí se expandiram criando novos núcleos, como Novo Hamburgo, Estrêla, Lageado, Venâncio Aires, Montenegro, Taquari e Santa Cruz.

Em 1874 novo surto migratório teve início no Rio Grande do Sul com a chegada de italianos. Dedicaram-se sobretudo à atividades agrícolas, destacando-se no cultivo da vinha. Introduziram costumes e integraram-se decididamente na nova organização sócio-econômica. Caxias, Bento Gonçalves, Veranópolis, Garibaldi, Antônio Prado, Encantado, Nova Palma e muitas outras cidades surgiram em meio a mata, em terras montanhosas, totalmente abandonadas na época.

O terceiro grupo étnico mais numeroso a imigrar foi constituído pelos polonêses a partir de 1886. Localizaram-se em quase todas as re

giões de colonização, destacando-se pelo seu número: Guaraní das Missões (9.500 famílias), Porto Alegre (2.000 famílias) e Ijuí (600 famílias).

Com o passar do tempo, após o recuo da floresta e esgotada a fertilidade do solo, a emigração das novas gerações (filhos de imigrantes) para regiões desconhecidas, foi denominada por Jean Roche, "a enxameação dos pioneiros". Devido a esta corrente migratória, na região de Cruz Alta são criadas colônias a partir de 1889: Ijuí, Ibirubá, Panambi, Não-Me-Toque, Pejuçara, 15 de Novembro, Fortaleza dos Valos, Selbach e outras.

As técnicas incompatíveis, (embora compatíveis com o modelo econômico), a qualidade dos solos e o tamanho das propriedades, mais que a natalidade e o esgotamento da terra, é que tornaram fatal o êxodo da população excedente. Porque eram proprietários, os descendentes foram condenados a deixar o lote desbravado pelos pais e voltar a ser pioneiros em novas áreas. Assim a viagem pela terra, em busca de terra, iniciada na Europa devido a industrialização que expulsou o homem do campo, ainda continua, pois das colônias velhas, após ocupar outras áreas do Rio Grande do Sul, deslocaram-se para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Amazonas.

A ocupação de Cruz Alta, parte integrante da ocupação de toda a região norte do Rio Grande do Sul, é diferente das "Colônias Velhas". O grosso dos imigrantes não vem diretamente da Europa. A ocupação das matas de Cruz Alta é, praticamente, obra dos descendentes dos primeiros imigrantes. Vem de uma situação mais razoável: vendem suas terras e compram uma área maior. Trazem uma família numerosa e já possuem experiência da nova realidade. Muitas destas colônias novas surgem independentemente da decisão oficial. Elas respondem às novas necessidades enfrentadas pelos grupos de imigrantes.

Ali chegados, desenvolvem inicialmente uma agricultura de subsistência. Numa segunda fase, de policultura e comercialização, os agricultores, superadas as primeiras dificuldades, podiam dispor de algum excedente para o comércio. Com a melhoria dos transportes este ciclo é melhor

explorado. A partir de 1894, a colonização e a economia agrícola da região, expandem-se rapidamente devido à construção da estrada de ferro, ligando Cruz Alta com os portos e os mercados consumidores. Com este incentivo ao escoamento dos produtos, a produção em 1912 aumentou 270% relativamente a de 1904, a exportação aumentou 370% e a importação 400%, em Ijuí ⁴⁴. Nesta época, a produção para a exportação já constituía o fim principal dos agricultores, que tinham no milho o principal produto.

Juntamente com esse desenvolvimento rápido da agricultura da região, desenvolvia-se um artesanato ou uma pequena indústria que se mantém dependente da agricultura: transforma os produtos agrícolas. Consta-se que não é uma indústria que se firma por si mesma como ocorreu em São Leopoldo; desaparece com a estagnação da agricultura. Cruz Alta "no ano de 1937, possuía nada menos de cento e cinquenta fábricas, ocupando mais de 1.000 operários e produzindo, com mil e cem HP, mercadorias no valor de desessete mil contos de réis" ⁴⁵. Posteriormente, os pequenos estabelecimentos industriais vão desaparecendo por fatores como concorrência de mercado e novas perspectivas agrícolas.

Pode-se perceber que "o imigrante foi bem aceito pelo estancieiro pois não lhe criava concorrência econômica. Criava antes, atividades paralelas e até complementares" ⁴⁶.

Apesar das condições, muitas vezes adversas, os imigrantes prosperaram. Preocuparam-se em entesourar as sobras, o que para muitos ensejou um aumento de capital que lhes propiciou tanto aquisição de novas áreas, como o acesso a outras atividades, como o comércio e a indústria. Em virtude desta acumulação muitos colonos mais recentemente capacitaram-se para ingressar num sistema agrícola mecanizado.

1.1.5. As relações e lutas entre os diferentes grupos de agentes sociais

Percebe-se que o móvel que orienta o desempenho dos diversos grupos é a produção de bens. Por falta de bens comerciáveis, a região sul,

no início, foi abandonada. "Onde não há produto comercial será necessário produzi-lo e com o produto se introduz também o escravo que irá fazer a produção" 47.

O projeto português no sul foi favorecido pela atuação dos Jesuítas, que introduziram um produto de valor comercial, o gado 48. Muitas lutas ali ocorridas poderiam ser cognominadas de lutas pela posse do gado.

Os portugueses que atuaram no Sul com o apoio oficial, constituíram-se no grupo dominante que implantou um sistema econômico em função do lucro mercantil. Para poder se impor de tal forma na região, precisaram destruir a organização econômica anterior dos nativos. Subjugados os índios, cuidaram de utilizar-se deles, explorando a mão-de-obra indígena onde foi possível.

No entanto o elemento escravo, quer provindo do Rio de Janeiro e São Paulo, quer mais remotamente da África 49, foi a força de trabalho mais comum e mais usada pelo português e o luso-brasileiro.

O uso de escravos no Rio Grande do Sul bem demonstra o empenho dos agentes sociais, que se tornaram grandes proprietários de terras e de gado (estancieiros) ou donos de charqueadas (charqueadores) ou simplesmente organizaram o comércio da região, com o conjunto da economia brasileira e a economia européia (comerciantes), em intensificar a produção visando a realização de lucros no mercado, através da maneira historicamente possível, que era a intensificação da força de trabalho escrava. Com isto estabelece-se as regras de funcionamento do regime escravocrata-capitalista 50.

O recurso à escravidão pode, pois, ser entendido como um empenho em responder às necessidades de intensificação da produção, em face a expansão do mercado interno e externo 51. É o caso do mercado de charque, couro e trigo. Como o trabalho pastoril propriamente dito era basicamente executado pelos peões, as estâncias necessitaram de poucos escravos. Mas a agricultura dos açorianos e a industrialização da carne nas char

queadas demandaram um maior contingente de mão-de-obra escrava ⁵².

Do ponto de vista econômico, a pecuária do Rio Grande do Sul em meados do século passado, estrutura-se com base nas estâncias e nas charqueadas. De um lado a criação do boi crioulo e de outro a sua transformação industrial em couro e charque. Nas estâncias, as relações sociais de produção separam o estancieiro dos peões. Nas charqueadas as relações fundamentais são as relações entre charqueador e escravo. Os dois polos da estrutura se assentam materialmente no boi. A viabilidade econômica desse sistema é dada pelo tipo de relações sociais e pela sua integração no sistema econômico maior.

A dificuldade no suprimento de escravos na segunda metade do século, provoca uma crise no sistema estância-charqueada. Não havendo condições de reproduzir as relações do tipo escravo nas charqueadas, de fato, se inviabiliza a reprodução das relações no interior da estância.

A grande propriedade entra em crise o que abre espaço para a política oficial visando a constituição da economia agrícola dos colonos imigrantes, baseada na pequena propriedade.

A colonização modificou a estrutura da sociedade vigente, alterando as relações de propriedade e dominação ⁵³. O imigrante geralmente carente de recursos econômicos, encontrou

"... a abertura de uma fenda na estrutura das relações sociais, que se fez pelo patrocínio e gerência dos próprios fazendeiros. O espaço novo para o pobre nascia do interesse velho do rico, era aberto pela própria classe dominante, intencionalmente. Para essa o referencial da ação era a preservação da então chamada grande lavoura e a preservação dos mecanismos, então vigentes, de reprodução ampliada do capital. O capital ditava as regras nem mais nem menos" ⁵⁴.

A política de colonização, alicerçada na pequena propriedade e implantada pelo próprio capital e pelos grandes proprietários, representou "uma concessão necessária dos grandes fazendeiros às presumíveis aspirações dos imigrantes" ⁵⁵. Nesta tarefa de atrair imigrantes atuavam politicamente os diplomatas dos países de origem, representando os diferentes interesses em jogo. Assim, era importante ao país de origem que o

emigrante retivesse parcela do excedente por ele produzido, quer para importar produtos de seu país, quer para ativar os lucros bancários através de remessas de fundos a parentes que permaneceram no além mar ⁵⁶.

Dado as dificuldades e a crise da mão-de-obra escrava, o trabalho livre dos colonos deveria substituí-la sem que isto implicasse em modificações mais significativas nas relações dos grupos. A criação de uma camada social de pequenos proprietários não resultou de transformações econômicas e sociais que dificultassem ou concorressem com o latifúndio. A pequena propriedade surgiu "como complemento deste, como a nova condição de reprodução da grande lavoura. A pequena lavoura emergiu geográficamente ou institucionalmente situada pela grande propriedade" ⁵⁷.

Neste esquema de atuação da estrutura econômica capitalista, surgiram, se desenvolveram e se relacionaram estes mesmos grupos sociais na região de Cruz Alta.

1.2. Cruz Alta: formação dos latifúndios pastoris e dos minifúndios agrícolas.

A história de Cruz Alta só pode ser compreendida segundo os parâmetros mais gerais que condicionam o povoamento do Rio Grande do Sul. Daí a importância das análises anteriores.

A economia extrativista do ouro, em Minas Gerais (1690 a 1800), teve influência marcante nesta região, em especial com a vinda de uma população de origem paulista, objetivando o escoamento de tropas de muare para São Paulo.

A população do Rio Grande do Sul afora a região marítima, era muito dispersa. A metrópole preocupada com um domínio efetivo da região das Missões, pretendeu encaminhar para alí os retirantes da colônia do Sacramento e casais açorianos, após o tratado de Madrid. Porém esta tentativa foi frustrada pela resistência dos índios das Missões. Esta população foi se estabelecendo ao longo do rio Jacuí originando os atuais municípios

de Rio Pardo e Cachoeira. Isto foi possível graças ao empenho do então general Gomes Freire. Alguns povoados e vilas nascem sob o resguardo de estabelecimentos militares localizados em pontos favoráveis ao tráfego de tropas. Constituem-se num ponto avançado em direção às Missões que, em 1801, são definitivamente conquistadas. Com a conquista militar portuguesa das Missões, o comando militar concedeu títulos de sesmarias a seus soldados no intuito de fixar o elemento português na defesa da região. O povoamento da zona de Cruz Alta se alicerça na grande propriedade, principalmente por volta de 1810.

A história da fundação de Cruz Alta relaciona-se intimamente ao rico comerciante de bestas, João José de Barros. Em 1815, trafegando animais da fronteira para Sorocaba, desviando o tradicional caminho por Vião, João José de Barros atalhou pelos campos desertos de Cruz Alta, atravessou o "Passo Fundo" e caiu nos campos de Vacaria, caminho natural a Vila Lages. Com este caminho, que encurtava a distância para Sorocaba, intensificou-se o comércio de bestas, via Cruz Alta. Converteu-se esta, no início, em pouso obrigatório dos tropeiros.

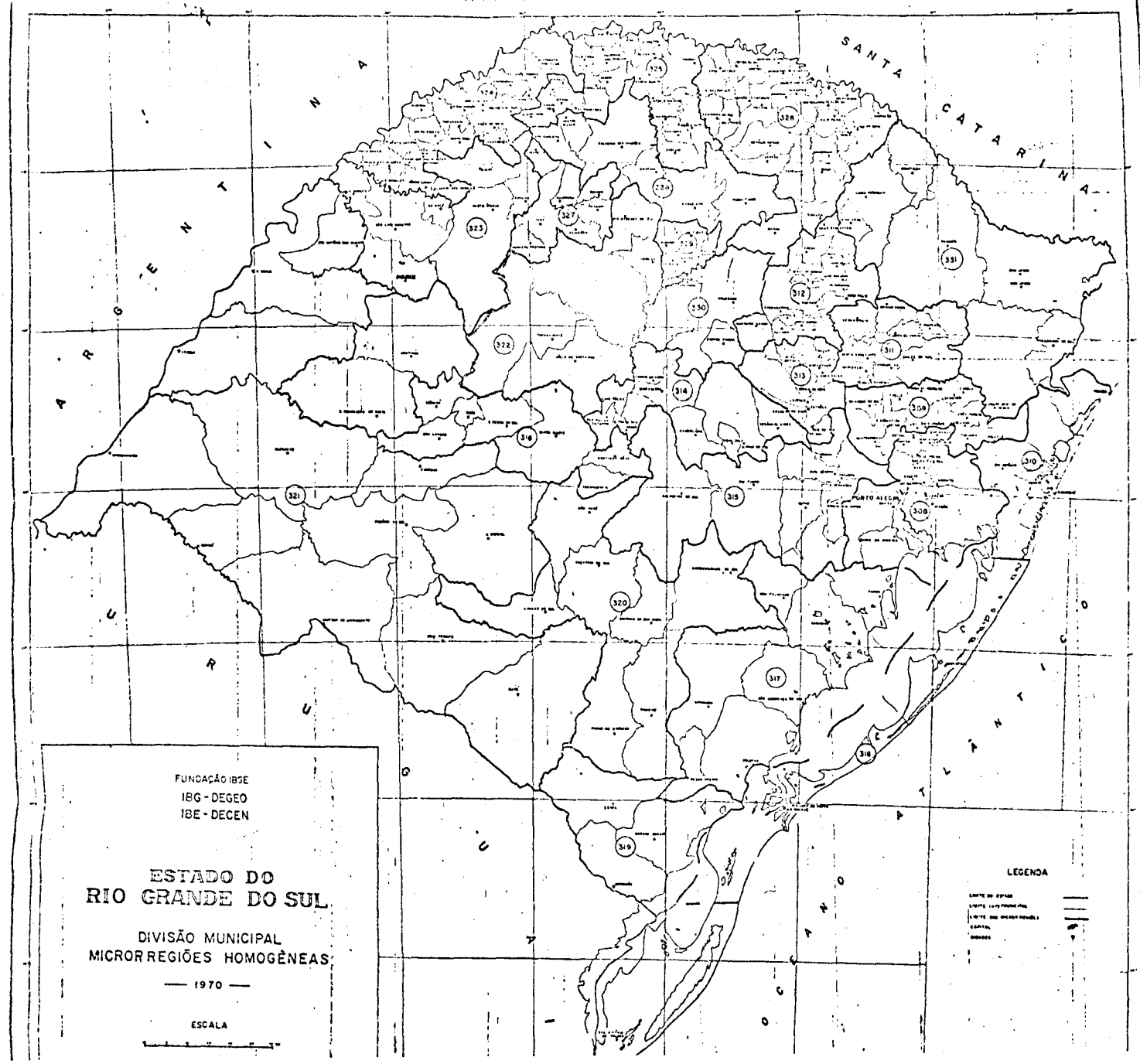
A 18 de agosto de 1821 ocorre a fundação oficial de Cruz Alta ⁵⁹, atraindo pessoas de posses que estabelecem-se em grandes latifúndios na região. Trazem consigo, como era comum na época, peões que plantavam e criavam para sua subsistência ⁶⁰.

Em 1879 Cruz Alta é elevada à condição de cidade. Ocorrem posteriormente desmembramentos sucessivos de novos municípios como Santa Maria, Passo Fundo, Palmeiras das Missões, Soledade, Santo Ângelo e Ijuí.

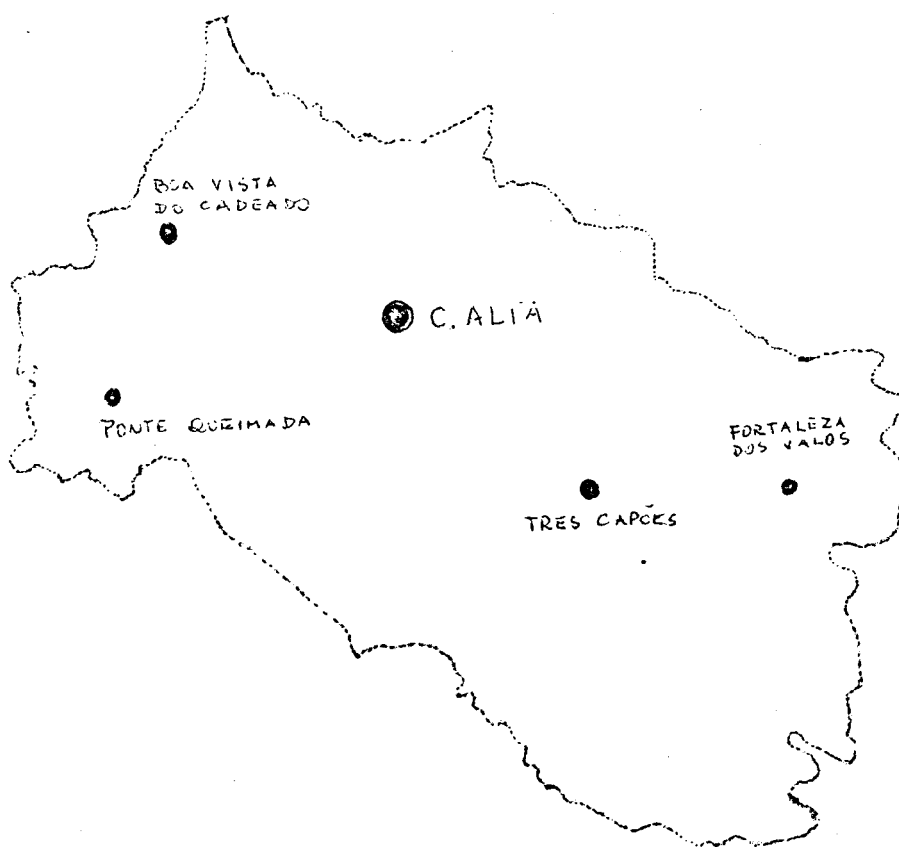
A chegada de colonos que participam da formação de novos núcleos, por iniciativa particular, possibilitou, já no final do século XIX, uma diferenciação na estrutura agrária da região, com a incorporação também de pequenas propriedades.

Quanto a caracterização da área, o município é fisiograficamente parte constituinte do Planalto Médio. A cidade está situada por entre vastos campos numa altitude de 473 m.

O município de
CRUZ ALTA no
Estado do Rio
Grande do Sul
e na região
do Planalto
Médio



O Município de CRUZ ALTA e Distritos



Os campos ali são ondulados e recortados por restingas e capões e cobertos de barba-de-bode. Mais tarde surgiram leguminosas como trêvos, pega-pegas e com o decorrer do tempo, sementes de grama forquilha foram se disseminando e cobrindo as coxilhas. Com a distribuição de sesmarias na Região Serrana, beneficiaram-se essencialmente famílias portuguesas. Surgiram fazendas de portugueses nos municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo, Palmeiras das Missões etc. Cruz Alta transformou-se num centro irradiador de onde derivou o povoamento da região, hoje Planalto Médio.

No que diz respeito à população temos os seguintes dados do censo de 1970:

TABELA 2 - População urbana e rural residente no município e distritos de Cruz Alta - 1970

Município e Distritos	População Residente		
	Total	Urbana	Rural
Cruz Alta	49.709	43.615	6.094
Distritos	8.221	840	7.381
Município	57.930	44.455	13.475

Fonte: IBGE - Censo Geral - 1970

Na evolução da economia agro-pastoril, no município de Cruz Alta, pode-se evidenciar e destacar diferentes produções, em diferentes períodos: a extração da erva-mate, a criação e exportação de muares, a economia da pecuária bovina, a economia agrícola dos colonos.

Destas diferentes produções, por razões econômicas sociais e técnicas, uma ou outra pode predominar num determinado período ou podem ocorrer simultaneamente, como ocorre com a exportação de muares que se dá quase concomitantemente com a erva-mate.

1.2.1. A exploração da erva-mate

Nos primórdios da civilização portuguesa no Estado, Cruz Alta está incluída no trajeto percorrido pelas carretas de erva-mate que abasteciam os "Sete Povos". Os ervais eram nativos desde tempos imemoriais ⁶¹. Constituíam uma fonte de riqueza para os índios, que faziam largo uso da erva-mate. Sua utilização era generalizada não só entre os Tapes, chamados Guaranís, mas entre os silvícolas de outras origens. "Não há rancho de índio em que ela não seja pão cotidiano e bebida" ⁶². A bebida que viria a ser destaque nos usos e costumes dos gaúchos, pelas suas qualidades, só aos poucos foi sendo aceita pelos Jesuítas, que passam a ocupar-se dos ervais a partir de 1660, conforme anota Temistocles Linhares ⁶³.

Os índios procuravam-na na serra de Botucatú, em Soledade, ou na região de Palmeiras para seu uso e para vendê-la em Buenos Aires.

Com o surgimento do povoado de Cruz Alta, e mais tarde município, a erva-mate constitui a principal renda de muitos dos seus habitantes. Como não requer capitais nem grandes técnicas para extraí-la, pequenos comerciantes, mercadores e caboclos, mais tarde também os colonos em época de entre-safra, dedicam-se a estas atividades. É extraída em Soledade, Entre-Ijuís, Campo Novo e Palmeiras. De Cruz Alta partiam caravanas de carretas, organizadas em função da erva-mate. Havia leis que regulamentavam a sua exploração. Nos primeiros orçamentos de Cruz Alta, por meados do século XIX, a erva-mate contribuía com aproximadamente 50% da arrecadação total. "Um século após a expulsão dos Jesuítas ainda se exportavam, aproximadamente, cinco mil toneladas de mate provenientes principalmente do território das Missões" ⁶⁴. Como atividade básica, para o município, vai até 1870. No entanto, de forma menos expressiva, devido em parte aos desmembramentos de municípios (como Palmeiras) e em parte à concorrência de outros centros (como o Paraguai), esta atividade persistiu até por volta de 1950, atendendo as necessidades de consumo do município.

Embora a erva-mate no Rio Grande do Sul represente uma produção complementar do Paraguai e Misiones da Argentina, representou na região

uma importante fonte de renda não só para os índios Guaranís como para os grupos já citados e os cofres do município. O cultivo da erva-mate foi uma opção econômica para Cruz Alta, cercada de grandes ervais remanescentes dos índios Guaranís. Representou uma opção de diversificação de atividades e renda.

1.2.2. A criação e exportação de muares

O tropeirismo, na região segundo M.P. Soares,

"... começa em 1816, precisamente a data da conhecida exploração dos caminhos das Missões Portuguesas de Alferes Atahnagildo Pinto Martins... e dura até o primeiro quartel deste século quando saíram de Palemira, rumo a São Paulo, as últimas grandes tropas de mulas" ⁶⁵.

Esta afirmação no entanto carece de maior embasamento uma vez que todo o século XVIII foi marcado, pela exportação de mulas do Rio Grande do Sul.

É no século XIX que se dá a passagem do bandeirantismo pastoril para a instalação e fixação definitiva no território. Obedece a uma motivação econômica da apropriação da gaderia, o que implica na apropriação privada da terra que a contém. Paralelamente há uma necessidade de assegurar a defesa do território das Missões e sua riqueza, após sua incorporação ao Brasil. Neste período surgem as primeiras fazendas e se fixam os primeiros núcleos urbanos. Neste ciclo também o gado bovino era deslocado para Sorocaba, São Paulo e Minas Gerais. Isto fez com que o novo caminho aberto em 1815, ligando a região das Missões a São Paulo, ficasse definitivamente consolidado. A ocupação das pastagens se completa por volta de 1970, quando, incontestavelmente a pecuária organizada em estâncias é a atividade dominante da região.

A exportação de muares foi importante economicamente para os fazendeiros, tropeiros e comerciantes. Tal comércio, anterior à própria incorporação da região ao domínio português, se estende por todo o período de formação da economia pecuária. Na primeira metade do século, a exportação de mulas representa uma renda certa aos fazendeiros. Mudanças ocor

ridas nos mercados do Brasil Central, sobretudo a partir de 1830, afetam a criação e exportação de muares de Cruz Alta. "A diminuição e extinção do comércio e criação de mulas, cuja safra era na primavera, garantida entre-safra que equilibrava as despesas do ano" ⁶⁶, acarretou uma redução das possibilidades econômicas dos fazendeiros. Com a diminuição lenta do mercado de mulas, passaram a viver só do boi cujo negócio realizava-se no fim do verão ⁶⁷.

A gradativa organização da atividade pastoril da região de Cruz Alta com a criação de muares, implicou numa maior utilização de mão-de-obra. Com a exportação de tropas, realizada não raro pelo próprio fazendeiro e seus peões, puderam estes perceber outras realidades, o que, presume-se, pode implicar em novas alternativas de trabalho. Mas o que importa reter aqui é a formação de uma estrutura agrária cujo núcleo sócio-econômico básico é a estância, contendo em seu interior o poder e o domínio do grande proprietário e os peões trabalhadores por ele explorados e dominados.

1.2.3. Economia da pecuária bovina

O gado vacum teve sua importância inicial no Estado enquanto possibilitava a exportação de couro, crina e sebo. Exemplo disto foi o aproveitamento do rio Pelotas por onde desciam muitas embarcações feitas de couro de boi, transportando este material. O rio foi denominado de "Pelotas" dado o número destas embarcações que por ali circulavam, afirma o escritor gaúcho Guilhermino César ⁶⁸.

A carne, neste período, era a base alimentar da população ao ponto de desestimular as atividades agrícolas. Contudo, juntamente com crina e sebo que eram exportados, foi o couro desde o início da ocupação portuguesa, um negócio rentável.

Os relatórios pesquisados não trazem referências à importância do gado vacum para a economia de Cruz Alta. Sabe-se que quando uma grande seca atingiu o nordeste, surgiu a necessidade de colocar o gado e muares

gaúchos no mercado consumidor de Minas, diminuindo a exportação de couro, crina e sebo. No início do século XIX leva-se o gado para as charqueadas de Cachoeira e Pelotas. Foi quando o gado passou a contribuir mais marcantemente na economia da região. No século XIX, o charque passa a ser o mais importante produto de exportação gaúcha.

"No Rio Grande do Sul coube o impulso dinâmico ao setor pecuário através de suas exportações para o mercado interno do país. Essas exportações - particularmente as do charque, que chegaram a constituir a metade das vendas totais do Estado para os mercados interno e externo no fim do século passado - reintegraram a pecuária rio-grandense na economia brasileira" ⁶⁹.

Ainda, após à revolução Farroupilha, em 1845, apesar dos desfalques causados, grandes rebanhos continuaram a existir nos campos. De 1889 a 1940 surgiram e desapareceram em Cruz Alta nada menos que sete charqueadas.

Pelo final do primeiro quartel do século XX

"foi exigida por lei federal a higienização das charqueadas que, coincidindo com a transitória queda de preços do charque, couro e outros produtos do boi, fez com que a maioria delas, não podendo enfrentar as elevadas despesas de reformas, fossem obrigadas a encerrar suas atividades, resistindo a esse impacto apenas as duas Cooperativas existentes na região" ⁷⁰.

Nas charqueadas as condições de trabalho exercido por escravos e posteriormente assalariados, em sua maioria negros, eram repulsivas assemelhando-se a estabelecimentos penitenciários ⁷¹.

Além do rebanho bovino equino e asinino, a região contou com um expressivo rebanho de ovinos. Devido o tipo de pastagens o rebanho de ovinos não encontrou as mesmas condições favoráveis existentes na região de fronteira com a Argentina ⁷². Desenvolveu-se e aumentou recentemente, como se verá na tabela a seguir, em decorrência da criação de pastagens artificiais adequadas.

A criação de porcos desenvolvida em pequena escala nas fazendas ⁷³, representou uma alternativa econômica para o colono.

A tabela a seguir dará uma visão de evolução ou diminuição dos rebanhos na região.

TABELA 3 - Evolução do rebanho de 1940 a 1950 em Cruz Alta

Ano	Bovinos	Equinos	Asininos e Muares	Suinos	Ovinos
1940	167.523	18.663	1.528	85.980	24.316
1950	173.570	6.839	478	79.850	34.839

Fonte: IBGE. Censos econômicos de 1940 e 1950.

Com a modernização da lavoura de trigo e soja, assunto que será abordado no 2º Cap., constata-se de um modo geral o decréscimo dos rebanhos. O rebanho bovino, por exemplo, em 1975 estava reduzido a 107.688 cabeças conforme dados do IBGE - Sinopse preliminar de 1975. É importante contudo destacar que o rebanho bovino foi e continua sendo fundamental para a economia da região. Devido ao boi, o fazendeiro se estabeleceu e tornou-se um grupo hegemônico frente aos demais. Concorreu para isto o sistema de dominação existente concedendo-lhe a posse de sesmarias e criando um sistema de relações de produção alicerçado na exploração da mão-de-obra.

1.2.4. A estagnação da economia agrícola dos colonos

Como vimos no item 1.1.4, os colonos ocuparam progressivamente a área de mato na região de Cruz Alta. Esta ocupação vinha diversificar a estrutura fundiária da região introduzindo ao lado das grandes propriedades as pequenas glebas de colonos. Mas as terras de mato já haviam sido ocupadas para fins agrícolas de forma e intensidade crescente, em diferentes fases, pelo índio, pelo fazendeiro e pelo imigrante. Tanto os índios quanto os fazendeiros preocuparam-se em auto-abastecer-se com produ

tos cultivados em pequenas lavouras de mato para o próprio consumo. Com isto, pretende-se ressaltar que não foram os colonos os únicos a trabalhar na agricultura em áreas de mato na região, embora sejam eles os que atuaram de forma mais significativa.

O primeiro aspecto a salientar é que a ocupação das matas pelos colonos transforma a agricultura, de atividade de subsistência (roças das fazendas ou dos caboclos), em uma produção também voltada para o mercado, passando a influir de maneira significativa no desenvolvimento de Cruz Alta, na primeira metade do século XX. Esta economia agrícola, porém, apresentou possibilidades e limites que devem ser buscados no próprio modo de integração dos colonos na estrutura agrária da região e no complexo de relações sócio-econômicas mais amplas, que a determinam.

A economia agrícola dos colonos não é resultado de uma transformação no sistema econômico dominante, mas se constituiu pela incorporação das terras que não afetavam a pecuária das fazendas. A própria estrutura de propriedade formada nas terras de mato, com base na pequena propriedade não apresentou ameaça ao tipo de propriedade já estabelecida nas terras de campo. A nível local, a subordinação dos colonos ao sistema de produção e de propriedade dominante, delimitou o espaço em que a economia agrícola podia se expandir. De fato, a agricultura em Cruz Alta, até meados deste século esteve condicionada à disponibilidade e qualidade das terras de mato, e esteve amarrada à pequena propriedade.

Por outro lado, os colonos como agentes sociais da produção agrícola de Cruz Alta, estabeleceram um tipo de organização econômica, que ao mesmo tempo os integrava na economia de mercado e lhes permitia uma variada produção de subsistência.

Os produtos de valor comercial são o eixo em torno do qual se organizou a produção, pois pela venda de tais produtos os colonos podiam adquirir um conjunto de bens indispensáveis à sua reprodução enquanto colonos. Os produtos comerciais variaram em função do mercado e das condições das terras utilizadas.

Aqui é possível identificar a determinação que pesava sobre a economia agrícola dos colonos. Como pequenos produtores mercantis, eles se integraram num sistema de relações onde os comerciantes ocupavam uma posição dominante tanto na compra como na venda de produtos. Neste sentido a economia agrícola que se desenvolve em Cruz Alta com os colonos é base de uma acumulação que se realiza de forma predominante no polo comercial. Sem dúvida são os comerciantes os que mais acumulam e diversificam suas atividades criando pequenos estabelecimentos industriais de transformação de produtos agrícolas além de manter também atividades de produção agrícola. Por isto em seu processo de desenvolvimento a economia agrícola dos colonos os diferencia socialmente.

No quadro das necessárias relações que se criaram e reproduziram constantemente em função do comércio dos produtos, os colonos organizaram a produção em suas pequenas propriedades. Os colonos que se estabeleceram na região desenvolveram inicialmente uma agricultura baseada na fertilidade natural do solo, no sistema de queimadas, na quase total ausência de adubos químicos. Apesar de algum avanço técnico ou de novas condições que revitalizavam esporadicamente a agricultura, como a estrada de ferro para o escoamento dos produtos, permanece esta de um modo geral dependente da extensão e qualidade das terras.

De início, as condições gerais favorecem o crescimento e evolução das colônias que atraíram maior contingente de pessoal. Foi um período de fixação, expansão e prosperidade. O sistema técnico de produção adotado, porém, levou a um esgotamento progressivo da fertilidade natural e portanto à queda da produção. Além disso, ele é incompatível com a pequena propriedade pois com o tempo acabam as terras virgens desta propriedade. Tal fato aliado ao aumento demográfico dos colonos provoca a busca constante de novas terras. Em seu desenvolvimento, portanto, a economia agrícola dos colonos tende a uma estagnação e, mesmo, ao declínio.

O aumento da produção ocorrido com a integração ferroviária de Cruz Alta a outros centros, continuou até 1920 incrementado pela primei

ra Grande Guerra. Após verifica-se um período de estagnação: de um índice 100 em 1920, cai para 74 em 1924, 81 em 1932 e 87 em 1936 ⁷⁴. A partir daí há um declínio acentuado na produção agrícola. As terras estavam "cansadas" de produzir as mesmas culturas, as forças produtivas sem horizontes. Dá-se o fenômeno da "mandioquização" ⁷⁵ que bem demonstra o esgotamento da terra a qual por volta de 1950, chega à exaustão. Um exemplo na colônia próxima de Ijuí bem demonstra este esgotamento: em 1939 - 43% da produção era milho e 18,9% mandioca. Em 1950 - 11% da produção era milho e 65,1% mandioca ⁷⁶. O milho embora mais rentável economicamente, decresce em relação a produção da mandioca que se adapta também em solos mais fracos.

Esta acentuada estagnação da colônia é atribuída a diversos fatores, sendo que o modo de integração dos colonos na estrutura sócio-econômica mais ampla é o principal determinante. As dificuldades econômicas impossibilitavam o aperfeiçoamento dos tratamentos culturais, a correção de solo e o uso de adubos para o aumento da produtividade. Interferiam também o retalhamento progressivo das propriedades originais ⁷⁷. Dentro do contexto de uma economia agrícola voltada para o mercado, a ausência de produtos de maior valor econômico que se impusessem comercialmente a ponto de intensificar as trocas entre o mercado do Sul com outros centros, é um limite estrutural básico. Alterações advindas mais tarde com a introdução de exploração agrícola de maior potencialidade comercial como trigo e soja, determinaram uma redefinição do tipo de agricultura, modificando a situação da produção agrícola.

NOTAS

- 1 Danilo LAZZAROTTO, Encomiendas e Povos das Missões. Apud Anais II Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa, RS, Faculdade de Filosofia, 1977, p. 43.
- 2 O litoral sul, apresenta três êncoradouros naturais: Baía da Laguna, Canal do Rio Grande e Estuário do Prata. O Canal do Rio Grande, o único situado no Estado do Rio Grande do Sul, apenas foi utilizado pelos portugueses em 1725 na expedição de João de Magalhães. Danilo LAZZAROTTO, História do Rio Grande do Sul, 3 ed., Porto Alegre, Sulina, 1971, p. 43.
- 3 Danilo LAZZAROTTO, História do Rio Grande do Sul. 3 ed. Porto Alegre, Sulina, 1971, p. 6.
- 4 Ibid., p. 8.
- 5 Ibid., p. 9-10.
- 6 Na formação de uma roça, as ramagens não extinguidas pelo fogo eram amontoadas e novamente incineradas. Esta operação denominava-se coivara.
- 7 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 14.
- 8 Clóvis LUGON, A República "Comunista" Cristã dos Guaranis. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 56.
- 9 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 21.
- 10 Clóvis LUGON, op. cit. p. 59.
- 11 Ibid., p. 61-62.
- 12 P.F. Xavier CHARLEVOIX, Histoire Du Paraguay. Paris, 1747, 6 vols. Tomo, p. 265.
- 13 Por afolhamento entende-se a alteração e rotação de culturas. Por alqueive entende-se o processo de lavração do solo em que o mesmo após arado permanece de pouso para ganhar força produtiva.
- 14 Clóvis LUGON, op. cit. p. 122.
- 15 Ibid., p. 124.
- 16 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 22.
- 17 Clóvis LUGON, op. cit. p. 2-3.

- 18 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 137.
- 19 Ibid., p. 137.
- 20 Ibid., p. 137.
- 21 Fernando Henrique CARDOSO e Enzo FALETTO, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 48.
- 22 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 137.
- 23 Ibid., p. 137.
- 24 As charqueadas representam um processo rudimentar de conservação da carne bovina. Por muitos anos o charque torna-se a base das exportações e da riqueza na região sul.
- 25 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 138.
- 26 Ibid., p. 55.
- 27 Ibid., p. 138.
- 28 Ibid., p. 138.
- 29 Ibid., p. 138.
- 30 Fernando H. CARDOSO, op. cit. p. 45-46.
- 31 Ibid., p. 80.
- 32 Aristides Moraes GOMES, op. cit. 250.
- 33 Fernando H. CARDOSO e Enzo FALETTO, op. cit. p. 276.
- 34 Ibid., p. 276.
- 35 Ibid., p. 276.
- 36 Ibid., p. 274
- 37 Ibid., p. 273.
- 38 Ibid., p. 274
- 39 Na região do Planalto Médio, de vegetação abundante, encontram-se campos cercados de matas que diferem dos campos abertos propriamente ditos. Os solos das matas que normalmente acompanham os rios são os mais férteis.

- 40 Emilio WILLEMS, A Aculturação dos Alemães no Brasil. São Paulo, Nacional, 1946. p. 71.
- 41 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 63.
- 42 Ibid., p. 63.
- 43 Ibid., p. 63-64.
- 44 Jean ROCHE, A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1962, 2 vol. p. 63.
- 45 Wolfgang Hoffmann HARNISCH, O Rio Grande do Sul e a Terra e o Homem. Porto Alegre, Globo, 1952, p. 288.
- 46 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 139.
- 47 Danilo LAZZAROTTO, Anais II Simpósio. op. cit. p. 43.
- 48 Salvo poucas exceções, os Jesuítas, quando não a Igreja, pactuaram com o regime colonial. Cf. Danilo LAZZAROTTO. Anais II Simpósio. op. cit. p. 47.
- 49 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 103.
- 50 Fernando H. CARDOSO, op. cit. p. 274.
- 51 Ibid., p. 274.
- 52 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 104.
- 53 J.V. Tavares SANTOS, Colonos do Vinho. São Paulo, Hucitec, 1978 p. X.
- 54 Ibid., p. X
- 55 Ibid., p. XI.
- 56 Ibid., p. XI.
- 57 Ibid., p. XV
- 58 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 55.
- 59 Ibid., p. 249.
- 61 Mozart Pereira SOARES, Santo Antônio da Palmeira. Palmeiras das Missões, Ed. Bels 1974, p. 84.

- 62 Ibid., p. 85.
- 63 Temistocles LINHARES, apud Mozart SOARES, op. cit. p. 85.
- 64 Clóvis LUGON, op. cit. p. 125.
- 65 Mozart P. SOARES, op. cit. p. 82.
- 66 Aristides M. GOMES, op. cit. p. 162.
- 67 Ibid., p. 161.
- 68 Guilhermino César fez esta afirmação em palestra proferida em jul. de 1979 na Fidene - Ijuí - RS.
- 69 Fernando H. CARDOSO, op. cit. p. 72.
- 70 Aristides M. GOMES, op. cit. p. 220.
- 71 Fernando H. CARDOSO, op. cit. p. 136.
- 72 Aristides M. GOMES, op. cit. p. 162.
- 73 Ibid., p. 167.
- 74 Mário Osório MARQUES, Capacitação de Recursos Humanos para o Setor Rural. Anais do I Seminário de Modernização da Empresa Rural. Minist. da Agric. SUPLAM - FGV - EIAP 2v. p. 261.
- 75 É um termo usado pelo Prof. Argemiro Jacob Brum para explicar a depauperação da terra em cujo estágio a mandioca, por exigir menos nutrientes do solo, ainda produz satisfatoriamente.
- 76 Jean ROCHE, op. cit. p. 280.
- 77 Em Ijuí em 1920 a propriedade média era de 41,5 hectares; em 1950 a propriedade média era de 30,4 hectares e em 1972 a propriedade média era de 22 hectares. Cf. Jean ROCHE, op. cit. p. 236 e BRASIL, Ministério da Agricultura; Estatísticas Cadastrais. Base: Recadastramento 1972. Brasília. INCRA, 1972, p. 483.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM CRUZ ALTA:
SUAS INFLUÊNCIAS NAS RELAÇÕES ENTRE OS GRUPOS AGRÁRIOS

A estrutura agrária de Cruz Alta apresenta-se hoje sensivelmente alterada em relação à primeira metade do século XX. A antiga polarização - minifúndios agrícolas e latifúndios pastoris - se redefiniu, dando lugar a uma estrutura que tem nas empresas agrícolas mecanizadas, inteiramente especializadas na produção mercantil do binômio trigo-soja, o seu eixo articulador. Mudaram-se as formas de utilização da terra e de sua apropriação. Estabeleceram-se novas relações como resultado do novo modo de integração-subordinação da população rural de Cruz Alta ao processo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul e no Brasil. Ao mesmo tempo, a constituição de empresas agrícolas, modificou a composição e importância dos diferentes grupos agrários de Cruz Alta, pelo aparecimento do grupo de granjeiros e pela expansão relativa do grupo de assalariados e novas características do grupo de colonos.

Neste capítulo procuro recuperar o processo que atuou como motor destas mudanças, ou as determinações mais gerais e suas influências. Trata-se, na verdade, de uma expansão capitalista na agricultura, sob a forma de um processo de modernização.

2.1. A modernização da agricultura

No contexto da década de 1950, quando se consolida a expansão da acumulação capitalista com base na produção urbana-industrial, no Rio Grande do Sul e especialmente em Cruz Alta, inicia-se um novo modelo de

desenvolvimento agrícola. Não se trata de uma reforma agrária, mas de um processo de modernização da estrutura existente, pela introdução de novos produtos e novas técnicas, e pela utilização de equipamentos e insumos de origem industrial que permitem intensificar a produção e integrar ainda mais a agricultura ao conjunto da estrutura econômica nacional, como fornecedora de matérias primas e produtos de exportação.

A nível do concreto, a modernização se manifesta na adoção de um modelo técnico de produção agrícola cujos indicadores básicos são:

- a) uso de máquinas e equipamentos (tratores, grades, arados, colhedoras, plantadeiras etc.);
- b) conservação do solo (curvas de nível, uso de calcário);
- c) sementes certificadas;
- d) uso intenso de fertilizantes químicos;
- e) controle de pragas e doenças (herbicidas, fungicidas, etc.).

A transformação do modelo técnico de produção não se faz de forma homogênea, pois depende da estrutura agrária existente e da capacidade de dos diferentes grupos em se beneficiar das condições econômicas e políticas criadas para o processo da modernização.

A determinação mais geral do que chamo de processo de modernização agrícola deve ser buscada no modelo dominante de acumulação na economia do país, acentado na indústria e nas relações de dependência estrutural da economia brasileira no conjunto do sistema capitalista mundial. Numa visão ampla da economia nacional, os programas creditícios e subsídios especiais dados à industrialização, transformam este setor no mais dinâmico, com maior capacidade de acumulação. Neste contexto, impõe-se a modernização agrícola. A modernização, que se esboça já nos anos cinquenta e que se torna a forma dominante de avanço do capitalismo na agricultura no final dos anos 60, é um processo de adequação da produção agrícola ao modelo de acumulação dominante. A subordinação da agricultura aos interesses ligados à acumulação industrial se concretiza na medida em que através do processo de modernização, ela passa a cumprir

as seguintes funções:

- a) oferecer matérias primas industriais;
- b) produzir alimentos para o consumo dos centros urbano-industriais;
- c) exportar de forma crescente para gerar divisas necessárias para as importações demandadas pela indústria e para cobrir o déficit da Balança de Pagamentos;
- d) ser mercado para a indústria de equipamentos e insumos agrícolas;
- e) transferência de capital do campo para a cidade ¹.

Dentro deste esquema que privilegia a acumulação industrial, "a participação da agricultura brasileira no total da Renda Interna, de 1947 até 1968 cai de 31,7%, em 1947, para 22,7%, em 1968, ou seja perde nove pontos de participação" ².

Na Região Sul, o setor agrícola obteve crescente participação no total da agricultura brasileira, entre 1947 e 1968, elevando-se de 23,2% a 28,7%. Contudo, se considerarmos a participação do setor agrícola no total da renda interna da região, perceberemos um decréscimo da participação agrícola de 44,0%, em 1947, para 36,8%, em 1968. Esta redução da participação da agricultura ocorreu em virtude do crescimento da participação da indústria, que aumentou a nível nacional de 16,6%, em 1947, para 24,5%, em 1968, tornando-se assim o setor dinâmico da economia ³. A aparente contradição da expansão capitalista da agricultura (modernização) e o decréscimo de sua importância no conjunto, deve-se às novas necessidades criadas pelo modelo de desenvolvimento o qual ao privilegiar a acumulação industrial precisou criar as condições favoráveis como maior produção e produtividade agrícola destinada a industrialização.

Com este encaminhamento da economia, se ajustam os interesses entre a burguesia nacional e as multinacionais, que passam a trabalhar consorciados. Estabelecem a nova divisão inter-regional do trabalho, on

de o centro do país se industrializa cada vez mais e as outras regiões passam a produzir e exportar matérias-primas e alimentos, além de comprar os produtos industrializados. Por isso são superadas formas anteriores de produção. Neste processo, mesmo os pequenos produtores rurais passam a abandonar as culturas para auto-abastecimento e se especializam nas culturas comerciais, integrando-se ainda mais na economia de mercado. Tornam-se mais produtores e consumidores de mercadorias.

De um ponto de vista estrutural, a modernização agrícola é inseparável da formação no Brasil de um setor industrial, voltado à produção de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura, bem como do setor voltado à transformação de produtos agrícolas (agro-industriais).

Com a política de substituição de importações, o governo criou condições favoráveis para que grandes grupos multinacionais se instalassem no país, dominando estes setores industriais. A modernização é tanto um resultado das transformações ocorridas na estrutura industrial do país como um processo explicado pelas condições existentes na agricultura. A opção que num período parecia ser a reforma agrária, no regime autoritário foi no sentido da modernização conservadora, privilegiando assim os interesses dominantes.

As técnicas e os modelos de produção, que caracterizam o processo de modernização agrícola, não são inteiramente adequados às condições de solo e clima no Brasil, mas transplantes realizados no bojo da Revolução Verde pelos grupos multinacionais interessados em expandir sua produção industrial. Desta forma se percebe mais claramente a relação entre modernização agrícola e dependência estrutural da economia brasileira.

Na análise da modernização agrícola, porém, além da sua determinação econômica, é necessário ver as condições criadas através das políticas de Governo. Entre estas condições importa ressaltar em primeiro lugar o crédito agrícola. A política seguida de créditos subsidiados e dirigidos para os ramos de produção agrícola, que melhor viabiliza o mo-

delo modernizador, representa um papel fundamental. É devido ao crédito abundante que a agricultura pode se tornar um importante mercado para o setor industrial de equipamentos e insumos agrícolas.

Mas a política do Estado não se restringe ao crédito. É complementada pela política de preços mínimos, seguro agrícola e incentivos à exportação. Paralelamente, no período, o Estado ampliou a estrutura de transportes e de estocagem de produtos. Para facilitar a adoção de novas técnicas e novos modelos de produção, copiando a experiência Norte Americana e com financiamento de Bancos Internacionais, foi constituído um sistema de assistência técnica para a agricultura (ABCAR, hoje EMBRATER). O Estado também interferiu na comercialização dos produtos agrícolas, tanto no comércio exterior (por exemplo CACEX), como na comercialização interna (por exemplo a compra da produção do trigo pelo Banco do Brasil). Ainda com respeito a produção e comercialização, o Estado estimulou o surgimento de cooperativas, criou empresas estatais e redefiniu o papel e as funções de órgãos já existentes.

O processo de modernização agrícola se define e avança no próprio processo de reestruturação das relações entre as classes sociais e do poder no Brasil. Esboçada ainda no período populista, a modernização permanece limitada devido a capacidade de organização e luta das classes subalternas. No caso da agricultura, neste período, camponeses e trabalhadores rurais, colocam a questão da reforma agrária como reivindicação política básica, dificultando a concretização de um processo de reestruturação da produção agrícola que atendia aos interesses dos setores industriais e da classe rural dominante.

A mudança ocorrida na estrutura de poder, com o regime militar implantado em 1964, permite o avanço do projeto modernizador da agricultura, como parte do modelo do desenvolvimento capitalista que corresponde aos interesses hegemônicos. Sem dúvida a repressão sistemática às classes subalternas e a concentração de poder que o regime autoritário permite, são elementos sociais e políticos fundamentais para que a mo

modernização se torne a forma dominante de expansão capitalista na agricultura.

As indicações gerais sobre o processo de modernização agrícola não são suficientes porém para explicar a integração da população rural de Cruz Alta neste processo.

Com a criação de condições gerais favoráveis surgiram em Cruz Alta agentes interessados na modernização agrícola. Estes agentes precisam ser situados e entendidos no contexto sócio-estrutural da economia capitalista então vigente, uma economia que privilegia em primeiro lugar a acumulação.

Acima (Cap. I) procurei demonstrar que a economia agrícola dos colonos, sem alterar o sistema econômico dominante, surgiu pela incorporação das terras de mato que não eram essenciais à pecuária das fazendas. Estabelecidos em pequenas propriedades, os colonos criaram um tipo de organização econômica que ao mesmo tempo que lhes possibilitava uma variada produção de subsistência, os integrava na economia de mercado. Como pequenos produtores mercantis, participavam num sistema de relações, onde os comerciantes ocupavam uma posição relevante tanto na compra como na venda dos produtos. Desta forma a economia agrícola em Cruz Alta possibilitava acumulação predominantemente no polo comercial. Ao nível local eram os comerciantes os que mais acumulavam e diversificavam suas atividades, criando pequenos estabelecimentos industriais de transformação de produtos agrícolas, além de manter também atividades agrícolas. Por isso, em seu processo evolutivo, a economia agrícola na forma como absorvia os agentes sociais, já os diferenciava social e economicamente. São esses agentes que possuíam maiores capitais acumulados e experiência no comércio, os que se dispõem a ingressar no novo sistema produtivo "moderno" por perceberem alí maiores possibilidades de acumulação. Passam a se denominar "granjeiros".

"Os granjeiros eram antigos colonos ou descendentes de colonos que, ou pelas terras que já possuíam, ou por aliarem as lucrativas atividades de comércio rural aos seus empreendimentos, ou ainda por terem pequenos estabelecimentos industriais, puderam acumular recur

... e experiência suficientes para aproveitarem as vantajosas possibilidades de obter lucros na produção de trigo em alta escala. Uma parcela dos granjeiros foi formada por profissionais liberais (médicos e advogados, sobretudo) dos antigos núcleos coloniais do Sul" 4.

A diferenciação anterior, ocasionada pelo tipo de atividade desenvolvida, que possibilitou a um grupo maior acumulação, explica em parte porque alguns e não todos puderam aderir à modernização agrícola. Esta explicação se completa, independentemente da maior ou menor motivação pessoal, ao constatarmos que na época o financiamento era precário e exigia em troca parte dos recursos próprios e garantias como terra, casa ou outros bens que ficavam penhorados junto ao Banco do Brasil. Por isso no início do processo de modernização, quem não possuía alguma reserva financeira e não possuía experiência no comércio ou junto ao sistema financeiro, sentia-se em maiores dificuldades para se expandir sob a nova forma capitalista de acumulação.

Os agentes sociais interessados tiveram a seu favor outros fatores: a principal economia da região, a pecuária, encontrava-se em crise por falta de condições para se reestruturar em bases capitalistas mais avançadas. Enquanto que em Bagé, município da fronteira, um hectare comportava até duas cabeças de gado, na região do Planalto Médio, devido ao tipo de pastagem, era comum uma cabeça por dois hectares. Devido a isto, as terras nos campos de Cruz Alta e região, encontravam-se relativamente acessíveis e disponíveis para serem ou compradas ou arrendadas. Eram campos ondulados adequados à mecanização, com terras férteis. Estes campos estavam cercados pela experiência agrícola dos colonos. Estes possuíam conhecimento do solo, do cultivo de trigo e possuíam uma tradição de trabalho agrícola. Como vimos, antes da década de 1950 encontravam-se sem horizontes ou perspectivas de evolução caso persistissem nas culturas e técnicas tradicionais.

Outro elemento, visto como condição essencial para a adoção do novo sistema produtivo na região de Cruz Alta é o aspecto social do sistema, isto é, suas relações de produções. Havia disponibilidade de um

contingente populacional ou de um grupo social, no campo, desprovido ou em processo de desapropriação dos meios de produção. Parte deste contingente poderia, nas condições sócio-econômicas locais, ser transformada em trabalhadores assalariados, isto é, trabalhadores para os detentores de capital. Este contingente provinha ou de colonos que com o esgotamento da fronteira agrícola se convertiam em assalariados ou das fazendas, que já anteriormente com o sistema de construção de cercas liberou mão-de-obra. A libertação anterior dos escravos e o processo de caboclicização que marginalizaram muita gente nas cidades e no interior aumentava o contingente de mão-de-obra disponível.

Um outro aspecto ainda merece destaque: o surgimento de cooperativas tritícolas na região. O Governo havia construído armazéns para estocagem de produtos na região (CIBRAZEM). Promete entregá-los para os agricultores caso estes se organizem em cooperativas para administrá-los. Ocorre então que em 1957, 21 cooperativas tritícolas, surgem praticamente de "cima para baixo". Estão na origem do processo de modernização uma vez que são um instrumento de organização dos granjeiros quer para produzir e armazenar, quer para coordenar movimentos que lutam por melhores condições de financiamento, de preços dos produtos e melhorias técnicas.

É na totalidade dos aspectos abordados que se explica a opção pela modernização agrícola em Cruz Alta desde o seu início por parte de um grupo social definido. Apesar das dificuldades como a não explicitação de uma nítida política do trigo criada por volta de 1950, apesar da concorrência do trigo estrangeiro, a opção pela modernização agrícola para o cultivo do trigo começou a representar uma nova e promissora forma de acumulação de capital em Cruz Alta. Ali instalaram-se bancos financeiros, e toda a sorte de representantes de implementos, insumos e máquinas agrícolas. Cruz Alta transformou-se num centro irradiador do processo de modernização para toda a região.

2.1.1. A especialização da lavoura de trigo e soja

O trigo inicia exitosamente sua história, no Estado, com os açorianos que colhiam até 80 sacos por um de planta num alqueire de terra⁵. Em 1816 atingia 400 mil alqueires de colheita⁶. Com os problemas já citados, o trigo por volta de 1820 entra em crise. Ressurge modestamente com os imigrantes italianos, no início do século XX. Representa então uma cultura de auto-abastecimento. O empenho continuado no cultivo do trigo, prende-se a diferentes razões. Sem pretender esgotar este aspecto, pode-se destacar que o trigo representa um cereal nobre, rico em qualidades nutritivas. O trigo possibilita "o pão nosso de cada dia", alimento tradicional na mesa dos imigrantes e progressivamente de todos os brasileiros. A expansão deste produto além de representar economia de divisas, veio, como veremos, viabilizar um novo modelo de expansão da agricultura em particular na região estudada. Para o seu cultivo "moderno" passou-se a adotar toda uma nova tecnologia agrícola condizente com a política de industrialização do país e com a dependência estrutural da economia brasileira, além de atender aos interesses dos novos empresários agrícolas.

O trigo reaparece de forma mais significativa nas estatísticas, entre 1920 a 1936, quando as safras oscilam anualmente ao redor de 100.000 toneladas⁷. Neste período, o trabalho das estações experimentais, iniciado em 1919, em Bagé, prepara sementes adequadas⁸. Esta produção é resultado da pequena lavoura colonial que ao lado de outras culturas, destinava-se prioritariamente à própria subsistência, produzindo também um pequeno excedente comercializável. Tratava-se de um mercado regional.

No período de 1939 a 1955 a lavoura tritícola no Estado, que representou, entre 1936 a 1949, 80% da área plantada e da produção nacional⁹, esteve em fase ascendente, ou vejamos: houve uma progressão refletida nos índices 100 para 1939, 134 para 1944, 162 para 1949 e 222 para 1954¹⁰.

Entre 1936 a 1940 a média da produção nacional representou 11% do consumo. O restante 89% do trigo consumido neste período, era proveniente da Argentina perfazendo uma média de 1.003 mil ton. Para aquisição deste trigo o Brasil exportava para a Argentina café, madeira de pinho, mate e frutas ¹¹. O incremento da produção tritícola está intimamente relacionado com a política governamental. A política de desenvolvimento na era de Vargas, sobretudo a partir do Estado Novo, precisou ser redefinida. A importação de bens de consumo foi desestimulada com a perda no valor das exportações. A estratégia comercial que procurava internalizar e dinamizar a economia do país, repercutiu no setor agrícola. A política do trigo que se inicia situa-se neste quadro ¹².

As dificuldades em que se encontrava a lavoura de trigo como os poucos excedentes que gerava, a forma de comercialização, a concorrência do trigo importado a preços vantajosos, o pequeno porte dos moinhos e isolamento do centros consumidores, necessitava de um novo atendimento. Assim, a nova política, procurava organizar o mercado e aumentar e proteger a produção. Criaram-se estações experimentais para iniciação de novas variedades e novas técnicas de cultivo. Fixaram-se preços e normas visando proteger o trigo nacional. Com estes estímulos a produção aumentou, representando 17% do consumo do trigo no país entre 1941 a 1945. Este aumento ocorreu exclusivamente pelo acréscimo na área cultivada nos pequenos estabelecimentos rurais do Sul. Os colonos incentivados com a política de fomento adotada pelo Governo e favorecidos pelas crescentes dificuldades de importação de trigo, devido a desorganização do comércio mundial com a segunda grande guerra, especializaram-se no cultivo do cereal em pequenas propriedades ¹³.

Mas é por volta de 1950 que se implantam e se desenvolvem as lavouras mecanizadas de trigo, quando o governo libera as importações de máquinas agrícolas e adubos. A política de fomento anteriormente esboçada é melhor viabilizada quando as estações experimentais passam a produzir novas variedades adequadas às condições ecológicas, o Banco

do Brasil propicia financiamento às lavouras, as máquinas são importadas em condições vantajosas, a fixação dos preços mínimos garantem a estabilidade da lavoura e há mais ciência agrônômica a serviço da triticultura. Estas condições estimulam concretamente a uma camada de produtores, os granjeiros, que passam a ampliar as lavouras de trigo, agora em novas bases. É nesta fase que se firma o grupo dos granjeiros, que se diferenciam dos colonos (pequenos produtores que trabalham num sistema tradicional de cultivo), e dos fazendeiros (grandes proprietários dedicados à pecuária extensiva). A ocupação dos campos pelas granjas possibilita uma nova redistribuição das terras e uma redefinição no poder político e econômico. "Nesta fase as granjas de trigo surgem especialmente no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, onde os campos naturais são mais pobres e a pecuária apresenta sinais de decadência" ¹⁴ Cruz Alta como já vimos apresenta as condições necessárias. Assim, se constitui este município, desde o início, num polo irradiador da "mais moderna lavoura do país" ¹⁵. Dado o volume de sua produção Cruz Alta foi no Estado, o município de maior produção de trigo, só cedendo o lugar para Santo Ângelo nos últimos anos. Este processo de modernização se deu de forma progressiva em toda a região. Para tanto vieram afluindo de diferentes pontos novas levas interessadas em "fazer dinheiro" na triticultura. Alguns municípios da região que tinham retardado este processo, são praticamente invadidos por novos granjeiros. Assim o planalto no norte do Estado, posteriormente, em 1971, compreendia 44,3% do total dos imóveis rurais em 34,2% da área estadual e participava com 91% da produção de soja e 76% da produção do trigo no Estado ¹⁶. Com o enorme aumento na área cultivada, as grandes e as pequenas lavouras puderam diminuir a tradicional dependência brasileira de trigo importado, que entre 1955 a 1957 representava em média 10% dos gastos do Brasil no exterior ¹⁷. O incremento à produção do trigo nacional representava em 1966, 23% do consumo. Já em 1970 o trigo nacional crescia em relação ao importado, representando 61% do consumo e em 1974, quando ocorreu a melhor produtividade, a safra significou

69% do consumo ¹⁸.

Com o crescente volume da produção tritícola foram surgindo diferentes interesses. Ao lado das indústrias de máquinas agrícolas, insumos, implementos, peças de reposição, adubos, enfim toda a tecnologia empregada na produção do trigo, fizeram-se presentes os interesses da indústria de moagem. Antes da adoção por parte do Governo de uma política que facilitava a importação de máquinas para a instalação de moinhos ou melhor de grandes indústrias como a Bunge y Born, com grande capacidade de moagem, predominavam pequenas indústrias no setor. Se em 1952 havia 216 moinhos, em 1957 este número era de 579 em todo o país, sendo que 91,5% deste total encontrava-se instalado nos três estados do sul. Neste período a capacidade de moagem passou de 2.947.469 ton. para 5.939.448 ton. Em 1957, 61% da capacidade de moagem instalada encontrava-se ociosa. Como a distribuição das cotas de trigo, que a partir de 1952 eram controladas pelo Banco do Brasil, estavam condicionadas à capacidade de moagem, foi favorecida a grande indústria. No Rio Grande do Sul, de 379 moinhos instalados, apenas 88 subsistiram (por possuir capacidade superior a 10.000 quilos de moagem em 24 horas). A instalação de novos e grandes moinhos não apenas reduzia as cotas de trigo para os pequenos como ocasionava na prática o seu fechamento.

A nível de interesses mais amplos ocorreu um deslocamento, no que diz respeito às importações de trigo. A Argentina de principal país fornecedor, cedeu seu lugar aos Estados Unidos que, em 1961, eram responsáveis por 60% das importações de trigo do Brasil. Isto ocorreu devido a assinatura dos Acordos do Trigo, com base na Public Law 480, conhecida como ajuda alimentar. Os Estados Unidos, devido a super produção de trigo, empenharam-se em jogar o excedente no mercado internacional em quaisquer condições, visando liquidar com as lavouras concorrentes de outros países. Assinam acordos desvantajosos pelos quais forneciam o trigo para pagamento em moeda nacional dos países compradores,

com prazo de até 40 anos ¹⁹.

A expansão das importações após 1958 não pode ser separada da estrutura de industrialização do trigo, que procurava usar com mais intensidade a capacidade instalada. As importações na forma de ajuda alimentar se situam neste processo ²⁰.

O desestímulo ocasionado pela ajuda alimentar para a triticultura nacional, juntamente com condições climáticas desfavoráveis, principalmente no período de 1956 a 1958, a falta de variedades de sementes mais resistentes, a política cambial elevando o dólar destinado à importação de bens de produção para a lavoura, a incidência de impostos sobre adubos, a acidez dos solos exigindo aplicação de calcáreo, as terras acidentadas e os solos esgotados nas pequenas lavouras, a descontinuidade na utilização de adubos em terras arrendadas, tudo isto, ocasionou um período de crise na triticultura, na década de 1956 a 1966. Vejamos como esta crise repercutiu nos agentes interessados.

De um modo geral os estabelecimentos que produziam trigo no Rio Grande do Sul eram minifúndios. As lavouras que produziam trigo com área inferior a 10 ha representavam, quanto ao número, 89,2 em 1962, 80,9% em 1966 e 73,3 em 1970. Quanto a área cultivada, eram responsáveis por 27,4% em 1962, 21,1 em 1966 e 15% em 1970. As lavouras entre 10 e 50 ha, aumentam em número e diminuem em área neste período. As lavouras com mais de 50 ha, quando já podem ser consideradas granjas, representavam em número 3% em 1962, 6,4% em 1966 e 8,3% em 1970. Quanto a área cultivada, eram responsáveis em 1962 por 54,4% em 66 por 58,5% e em 70 por 67,2%.

Estes dados revelam que mesmo em época de crise existe crescimento para os granjeiros, enquanto os colonos diminuem. Enquanto os pequenos produtores tem sua área e produção reduzida, são os grandes produtores de trigo que aumentam em número, intensificam a sua produção e consolidam a sua posição frente aos pequenos estabelecimentos ²¹. Os granjeiros além de encontrar-se em melhor situação para su

perar a crise, são eles que recebem especial atenção por parte do Governo. Este, ao criar o Plano de Expansão Econômica da Triticultura Nacional (definida em 1957) e a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores, favoreceu o grupo de granjeiros, os quais em 1957 criaram as Cooperativas Triticolas no Estado e em 1958 seu órgão representativo a FECOTRIGO (Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo).

Este grupo consolida definitivamente sua posição quando os granjeiros e suas cooperativas, buscando alternativas econômicas que viessem maximizar a rentabilidade através dos recursos disponíveis, associam exitosamente à lavoura do trigo o cultivo da soja. No início, este cultivo é complementar e reduzido a pequenas áreas.

A soja, já em 1914 aparece no Estado, na região do Alto Uruguai, como cultura de auto-consumo, destinada ao trato de animais, mantendo-se como cultura de pequena expressão até por volta de 1947 ²². Daí em diante a soja cresceu no Rio Grande do Sul a um ritmo acelerado, sendo que de 1970 em diante literalmente invadiu os campos da região.

No âmbito estadual

"... dos 28 anos decorridos entre 1947 e 1975, a soja cresceu no Rio Grande do Sul a um ritmo de 108.125 hectares novos incorporados a 179.520 toneladas a mais produzidas, como se pode ver no quadro a seguir. Esse ritmo de crescimento, entretanto, corresponde a apenas 29% do ritmo em que cresceu a soja no período de 1970 a 1975, quando atingiu as médias anuais de 1.956.933 ha plantados e 2.492.730 toneladas produzidas" ²³.

A soja no Estado passou de 477 mil ton. em 1966 a 4.689 mil ton. em 1975, crescendo neste período 883% ²⁴.

TABELA 4 - Médias anuais e crescimento da produção de soja no Rio Grande do Sul, 1948/75

Período	Área cultivada (ha) media anual	Produção (t) média anual	Rendimento médio (t/ha)	Acréscimo anual	
				Área (ha)	Produção (t)
1948/54	40.000	58.161	1,42	8.030	13.592
1955/61	116.176	143.350	1,23	21.948	21.295
1962/69	425.552	442.434	1,04	45.971	63.132
1970/75	1.956.933	2.492.730	1,43	374.945	620.062
1948/75	444.890	784.158	1,30	108.125	179.520

Fonte: DEE/RS Anuário Estatístico, 1948 a 1975.

Este crescimento deveu-se a ocupação de toda uma infra-estrutura montada com o trigo. Sendo o trigo uma cultura de inverno e a soja de verão, possibilitou além do aproveitamentos de terras, máquinas e armazéns, a rotação de cultura, representando duas colheitas anuais. O aumento da soja relaciona-se também às más colheitas de trigo após 1975, sendo que nos últimos anos o lucro obtido com a soja é invariavelmente superior ao do trigo. A expansão da sojicultura deve-se ainda a uma política de crédito, anteriormente exclusivo ao trigo e, ainda, a preços compensadores no mercado externo.

No período áureo da soja, esta se constituiu num novo El Dorado do Sul. A euforia foi tal que pequenos cercados para vaca de leite e até hortas, transformaram-se em lavouras. Como a soja dava bem, ela devia subsidiar o leite, verduras, frutas, carne e até ovos que eram adquiridos nos supermercados.

De fato, a soja ocasionou um impacto na economia regional, representando importantes divisas para o Estado e o País. Veremos a seguir como se dá esta evolução no município de Cruz Alta e Pejuçara.

TABELA 5 - Evolução da produção e área de plantio de trigo e soja no município de Cruz Alta e Pejuçara ²⁵

Ano	Trigo (t)	Área (ha)	Soja (t)	Área (ha)
1940	775	-	-	-
1950	5.632	8.586	117	-
1960	21.000	60.000	3.000	7.000
1970	81.155	91.217	51.000	72.000
1975	55.844	97.101	174.041	140.786

Fonte: IBGE: Censo Econômico de 1950 - RGS
 IBGE: Censo Agrícola de 1960 - RGS
 IBGE: Censo Agropecuário de 70 e 75 - RGS

Percebe-se não só um aumento na área utilizada, especialmente com a soja, mas fundamentalmente um progressivo aumento na produtividade. De 1967 em diante a lavoura de trigo se recupera. As pequenas lavouras voltam a crescer mas o processo de concentração de áreas retoma impulso após 1970. A evolução da produção de trigo e soja implicou num decréscimo de outros produtos agrícolas.

TABELA 6 - Produção dos principais produtos agrícolas de 1940 a 1975 em Cruz Alta e Pejuçara

Ano	Feijão (t)	Milho (t)	Cana-de-açúcar (t)	Trigo (t)	Soja (t)
1940	1.327	20.749	22.722	775	-
1950	1.032	18.401	38.027	5.632	177
1960	714	10.800	21.000	21.000	3.000
1970	130	9.526	1.032	81.155	51.000
1975	223	7.940	207	55.844	174.041

Fonte: IBGE: Censo Econômico de 1940 e 50 - RGS
 IBGE: Seg. Anuário da Produção Agropecuária de 1961 - RGS
 IBGE: Censo Agropecuário de 1970 e 75 - RGS.

Culturas menos rendosas como feijão, milho, cana-de-açúcar e batatinha, foram substituídas progressivamente pela plantação de trigo e soja. Estes cultivos trouxeram a especialização na lavoura, agora com novas perspectivas. Paralelamente a esta especialização, ocorreu o aumento nos custos de produção sendo que em períodos recentes um fator decisivo no aumento dos custos foi a terra. Além deste, "enquanto o preço do trigo atingia 137,5 em 1959 (1955= 100), o índice médio dos preços das máquinas agrícolas necessárias para a produção do trigo passou a 416" ²⁶. Os custos de máquinas implementos agrícolas e insumos via de regra mantiveram-se a índices superiores aos produtos. Desta forma os produtores obrigatoriamente repassavam às indústrias grande parte de seu lucro. Os aumentos nos custos de produção aliados aos aumentos dos arrendamentos e das terras, praticamente impossibilitavam que outros sem suficientes recursos ingressassem neste sistema produtivo. Desta forma, os grupos rurais na nova conjuntura se apresentavam com perspectivas e funções claramente distintas: o grupo dos granjeiros e fazendeiros, de grande poder e concentração econômica, agora consorciados em seus interesses, passou a exercer sua supremacia em relação aos outros grupos. Os pequenos proprietários, os colonos, passaram a lutar com grandes dificuldades para manterem-se como proprietários e armazenar algumas sobras. Os assalariados rurais destituídos de recursos próprios e que precisam vender a força de seu trabalho para sobreviver, passaram a enfrentar novas dificuldades originadas pelo novo sistema produtivo. O espaço antes destinado ao parceiro, meeiro ou agregado nas antigas roças de mato destinadas a subsistência é redefinido. Estas áreas passam a se incorporar às lavouras mecanizadas. Assim promove-se o êxodo rural e a marginalização nas cidades como se pode constatar em todas as cidades da região.

2.1.2. As transformações ocorridas

As alterações ocorridas no sistema de produção agrícola, em âmbito regional, expressam as alterações ocorridas no contexto global. O processo de modernização da agricultura regional é um reflexo e uma tomada de posição a nível local, da política de desenvolvimento do país. Esta política de desenvolvimento por sua vez insere-se num contexto mais amplo. Os experimentos bem sucedidos da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AIA), e Conselho de Desenvolvimento Agrícola patrocinado pelos Rockefellers, que encorajaram a "revolução verde", transplantada para a América Latina, bem demonstram os interesses em jogo com uma base internacional. Dentro deste quadro, orientava-se o país a usar novas técnicas como fertilizantes, correção de solo, máquinas e equipamentos modernos para o incentivo à produção de cereais. Isto, como vimos, veio incrementar as transformações modernizadoras na área agrícola. Com a lavoura de trigo e posteriormente de soja é que estas transformações se realizaram no meio rural de Cruz Alta. Foi possível então, através de um sistema de financiamento, a mecanização agrícola, a preservação de uma estrutura de posse da terra, o desenvolvimento de determinadas relações sociais de produção e comercialização etc.

Intercalando na caracterização do real algumas observações teórico-metodológicas de caráter explicativo, destaco que com o avanço do capitalismo no campo, as relações sociais de produção mudaram e ocorreu uma profunda reestruturação social no meio rural. Uma hipótese explicativa perpassa todo o presente estudo: o modo de produção determina as formas e estruturas sociais e, conseqüentemente, o desempenho dos indivíduos. No jogo das relações sociais, o econômico é em última instância o determinante. Uma organização social é fruto das condições que esta sociedade encontra e estabelece para satisfazer suas necessidades e aspirações, isto é, um modo de produção determinado. Neste sen

tido, Engels é redundante:

"A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção, e junto com ela o intercâmbio de seus produtos, constituem a base da ordem social; em toda a sociedade que se apresenta na história, a distribuição dos produtos e, com ela, a articulação social de classes ou estamentos, se orientam pelo que se produz, pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido. Nestas condições, as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas, não devem ser buscadas na cabeça dos homens, em sua crescente compreensão da verdade e da justiça eterna, mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio; não se deve buscá-las na filosofia, mas na economia da época de que se trata" ²⁷.

O avanço do sistema de produção capitalista no campo, trouxe à luz os reais interesses de cada grupo e alterou as relações sociais de produção. Stavenhagen entende que os processos de mudanças, iniciados com a expansão do capitalismo, estão modificando as estruturas e as características das populações rurais ²⁸. As próprias relações impostas pelo sistema produtivo, leva os diferentes grupos rurais a privilegiar a capacidade de produção de cada grupo e os bens que efetivamente estes estão capacitados de gerar. Neste sistema, pela forma de acumulação capitalista, os grupos rurais sempre mais se distanciam e se distinguem uma vez que os interesses de acumulação de bens são opostos entre os grupos. Poderíamos chamar em alguns casos de relações entre exploradores e explorados. No entanto há muitos aspectos em que esta exploração é camuflada sendo difícil caracterizar os antagonismos. Com este quadro teórico pode-se analisar as transformações havidas em Cruz Alta.

No meio rural em estudo, os grupos sociais passaram por uma reestruturação geral. Os fazendeiros cuja atividade predominante é a pecuária, em 1960, dispunham de 248.330 hectares em 762 estabelecimentos então existentes. Diminuíram a área utilizada com a pecuária para 15.612 hectares em 1975. O número de estabelecimentos neste ano de 1975 era de 349, menos da metade dos que havia 15 anos atrás. Destes estabelecimentos, somente 218 possuíam área acima de 50 ha ²⁹. O lugar e relevância detido unicamente pelos fazendeiros, foi repartido pro

gressivamente com os granjeiros. Estes, se forem considerados os que trabalham na agricultura em área superior a 50 ha, em 1960 dispunham de aproximadamente 86.000 ha em 234 estabelecimentos e em 1975 eram donos de aproximados 205.000 ha em 651 estabelecimentos. Passaram a se constituir no grupo mais dinâmico da economia. A perda da liderança da pecuária para a agricultura pode ser constatada no valor da produção: em 1975, em Cruz Alta, o total da receita oriunda de animais e produtos vegetais atingiu a soma de Cr\$ 360.566.000,00. Deste total, segundo o censo de 75, Cr\$ 316.897.000,00 (80,4%) foi proveniente de produtos vegetais e os restantes Cr\$ 34.976.000,00 (19,6%) foram originados da venda de animais ou de produtos de origem animal. Isto vem demonstrar que o setor dinâmico da economia está sob o comando da agricultura.

Mas se o grupo dos granjeiros se expandiu, este crescimento deve-se em parte à diminuição das fazendas e em parte à crise ocorrida entre os colonos principalmente nos últimos anos. Se para efeitos de comparação incluirmos na categoria dos colonos todos os estabelecimentos com menos de 50 ha, em 1960 havia 1.134 estabelecimentos nesta categoria e possuíam 22.596 ha. Já em 1970 o número destes estabelecimentos era de 1.889 (incluindo Pejuçara que se desmembrou em 1965) e possuíam 37.833 ha. Constata-se assim que este grupo diante das novas condições de acumulação e em condições propícias, principalmente após 1965, expandiu-se rapidamente. Mas em 1975 constata-se que o número destes pequenos estabelecimentos diminuiu para 1.708 e sua área reduziu-se para 33.091 ha. Com os anos de crise que se sucederam após 1975 este grupo foi sensivelmente afetado em especial após 1977. Como já vimos, em períodos de crise os colonos tendem a diminuir e os granjeiros continuam crescendo. Com o crescimento dos granjeiros estes passaram a incorporar muitas áreas antes dos colonos.

O grupo dos assalariados rurais, tanto homens como mulheres, em 1960, perfazia o número de 765 trabalhadores permanentes. Neste mesmo ano, segundo o censo agrícola, o número de assalariados em trabalhos temporários era de 974. Já em 1975 os empregados em trabalhos permanen

tes, perfaziam o total de 1.702 e os empregados em trabalhos temporários eram 861. Em 1970 havia 1700 estabelecimentos sem pessoal contratado. Em 1975 estes estabelecimentos eram em número de 1594.

É importante ressaltar que entre 1970 e 1975 registrava-se um aumento no total do pessoal ocupado na agricultura: de 7.387 em 70 passava para 12.442 em 75. Com a euforia da soja esta passa não só a ocupar mais área como também pessoal. Os cuidados com a soja exigem muita mão-de-obra, especialmente nos pequenos estabelecimentos não mecanizados. As pessoas ocupadas com menos de 14 anos por exemplo, de 450 em 1970, aumentaram para 2.656 em 1975. O aumento da mão-de-obra na agricultura especializada de trigo e soja reflete não só as condições favoráveis para expansão das novas áreas para a acumulação dos granjeiros, mas, principalmente, a própria apropriação da mais valia agora em escala ampliada.

Com estes elementos pode-se já perceber que a nível dos diferentes grupos rurais a reorganização econômica implicou em profundas transformações. Estas transformações podem ser melhor entendidas quando abordadas de forma mais explícitas. Assim, passo a analisar aspectos como alteração na estrutura fundiária, valorização da terra, aumento nos arrendamentos, incremento da mecanização agrícola, reestruturação na indústria e no comércio etc.

A estrutura agrária no estado do Rio Grande do Sul, em 1960, em 13 das 24 micro-regiões, ao menos 50% das propriedades possuíam área inferior a 20 ha. Em 1970 passaram a ser 19 as micro-regiões em que ao menos 50% das propriedades tinham área inferior a 20 ha. Observa-se também que os imóveis de dimensão inferior a 10 ha, tanto em número quanto em área, foram os que mais cresceram nesta década. Cresceram em número 79,38% e em área 66,96%. Entre 1960 a 1970 registrou-se no Estado um aumento de 36,65% do número de propriedades rurais, revelando uma tendência à fragmentação das propriedades. Após 1970 no entanto, percebe-se uma tendência à diminuição das pequenas propriedades princi

palmente com a crise na agricultura devido às frustrações de safra.

A nível estadual, percebe-se também que os imóveis de 100 a 500 ha aumentaram, em número, em 51,98% e sua área se expandiu em 25,62%. Portanto as propriedades médias igualmente registraram um aumento significativo ³⁰.

Estas duas tendências aparecem claras no município de Cruz Alta e Pejuçara como se pode ver na tabela a seguir.

TABELA 7 - Evolução do número de estabelecimentos distribuídos por grupo de área, e área total de cada grupo em Cruz Alta e Pejuçara de 1960 a 1975

Ano	Menos de 10 ha	Área	10 a menos de 50 ha	Área	50 a menos de 100 ha	Área	100 a mais ha	Área
1960	323	1.675	811	20.921	284	19.488	503	316.130
1970	468	2.198	1.421	35.635	349	24.343	607	275.462
1975	500	2.111	1.208	30.980	291	20.351	622	284.321

Fontes: IBGE: Censo Agrícola do RGS - 1960
 IBGE: Censo Agropecuário do RGS - 1970
 IBGE: Sinótese Preliminar do RGS - 1975

Entre 1960 a 1970 em Cruz Alta, o número de estabelecimentos com menos de 10 hectares aumentou em número 44,8% enquanto que a área destes mesmos estabelecimentos aumentou apenas 31%. Os dados entre 1970 a 1975 confirmam a tendência do aumento em número que se dá em parte por fragmentação da área.

Já as propriedades de 10 a menos de 50 hectares cresceram em número e área entre 1960 a 1970, num período de maiores facilidades de acumulação para o colono e de relativa competição pela posse da terra.

Houve pois condições para os colonos incorporar novas áreas. Este aumento foi incrementado pela experiência de reforma agrária realizada pelo Incra em Cruz Alta, Ibirubá e Santa Bárbara do Sul, iniciada por volta de 1968, quando do reassentamento do pessoal atingido pela barragem do Passo Real no rio Jacuí. Foram 528 famílias que receberam módulos entre 27 a 33 hectares, localizadas nas Fazendas de Boa Vista e Colorado em Cruz Alta, e Itaiba em Santa Bárbara do Sul. Mas a tendência da década de 1960, inverteu-se na década de 1970. Já entre 1970 a 1975 estas propriedades sofreram uma redução tanto em número (15%), quanto em área (14%). Neste mesmo período o valor médio por hectare teve um aumento em virtude da euforia da soja de 2.833%; muitos colonos não resistiram aos altos preços oferecidos e venderam suas terras transferindo-se para outras regiões como Mato Grosso. A grande valorização da terra eliminou assim a disputa por sua posse. Com a definição e aprimoramento do novo sistema agrícola que possibilitou avanço do capitalismo no campo, as dificuldades para os colonos aumentaram. Sentiram-se sem perspectivas para evoluir ainda mais com as sucessivas frustrações de safras ocorridas entre 1977 a 1980.

As glebas de 100 a menos de 1000 hectares, áreas onde se situa a maior parte dos granjeiros e fazendeiros, aumentaram em número e área. O modelo agrícola favorece o entesouramento para este grupo, especialmente os grajeiros, que pela sua capacidade de acumulação podem efetuar grandes compras, incorporando assim novas áreas. Em 1975 foram investidos em áreas de terra (transferência de terra de um a outro proprietário), Cr\$ 20.069.000,00 o que representou 21% do total investido neste ano.

A valorização das terras veio fortalecer ainda mais a tendência à concentração das terras pelos granjeiros. É que o alto valor das terras eliminou outros concorrentes pior situados, como os colonos. Estes não só foram eliminado da competição pela posse de novas glebas como se transformaram em vendedores em potencial de suas já reduzidas pro

priedades, estimulados pela grande valorização de suas áreas. Com o dinheiro conseguido, procuravam adquirir uma gleba maior em área menos valorizada. Outros que foram estimulados a vender foram os fazendeiros. Assim, supondo-se que a incorporação de novas áreas foi proveniente de novas compras por parte dos granjeiros, em 1975 havia 148 estabelecimentos com duas ou mais parcelas de área, as quais perfaziam 21.352 hectares, segundo o censo.

Quando o cultivo da soja e do trigo passou a ser consorciado, transformou-se a paisagem da região, em função de aspectos já citados. A terra como elemento indispensável para a produção, valorizou progressivamente, sofrendo violentos aumentos. Em Cruz Alta, a valorização da terra atingiu em cinco anos até 2.833% de aumento. Este aumento máximo coincide com a incorporação de novas áreas para a soja. A tabela a seguir demonstra como evoluiu o valor da terra nos últimos 20 anos em Cruz Alta e em que porcentagens.

TABELA 8 - Evolução média do preço da terra por hectare no município de Cruz Alta de 1960 a 1980

Ano	Valor médio por ha em Cr\$ novos	% de aumento entre os intervalos
1960	4,20	
1965	40,00	952%
1970	277,00	692%
1975	7.860,00	2.833%
1980	45.000,00	572%

Fonte: Transcrições das Transmissões do livro de Registro de Imóveis - Cruz Alta - RS.

Com a valorização das terras em função do cultivo de trigo e soja, ocorreu a diminuição da área destinada à pecuária, as matas foram reduzidas e as terras tidas como incultas foram em grande parte reaproveitadas. A diminuição no número de estabelecimentos e área na tabela a seguir, deve-se aos desmembramentos de novos municípios.

TABELA 9 - Número de estabelecimentos agropecuários e área, distribuídos pelas condições de utilização em 1940, 50, 60, 70 e 75 em Cruz Alta

Ano	Estab.	Total	Áreas (ha)			
			Lavouras	Pastagens	Matas	Terras incultas
1940	4.061	527.008	31.257	410.954	48.854	29.074
1950	4.254	492.396	45.331	366.789	45.691	22.463
1960	2.021	358.214	67.566	264.849	17.842	4.257
1970	2.247	302.480	96.754	182.667	14.284	2.884
1975	2.188	299.270	144.530	126.269	-	-

Fonte: IBGE: Censos Econômicos de 1940 e 1950
 IBGE: Censo Agrícola de 1960 - RGS
 IBGE: Censo Agropecuário de 1970 e 1975 RS.

Assim como o preço da terra, também os valores dos arrendamentos tiveram altas.

"Entre 1966 a 1974 os arrendamentos encareceram 774% para as terras de lavouras, aumentando duas vezes mais que os preços dos produtos agrícolas. Só no ano de 1973 o preço médio das terras de lavouras se elevou de 100%. As altas neste ano variaram de 102% no Rio Grande do Sul a 132% no Paraná. Isto significa que são principalmente os grandes proprietários agrícolas - em suma, a cúpula do sistema latifundiário - que colhem os frutos da modernização tecnológica" 31.

O arrendamento passou a ser muito mais compensador economicamente que a criação de gado. Em 1970, arrendavam-se 86 ha de lavoura por Q\$ 1.500,00. Dez anos depois arrendava-se um ha por este valor em Cruz Alta.

"Se o proprietário de terra, que cria gado nas condições tradicionais aqui do Estado, arrendar parte de sua propriedade para a cultura de soja aos preços do arrendamento corrente em 1977, teria aproximadamente os seguintes resultados: uma quadra de sesmaria (86 ha) de soja daria uma renda semelhante a sete quadras de sesmaria com a pecuária. E a renda do arrendamento é líquida e antecipada" 32.

Por isso muitos fazendeiros preferiram arrendar total ou parcialmente suas terras na maioria dos casos para granjeiros. Em Cruz Alta, em 1960, havia 70.291 ha de terras arrendadas. Com os aumentos dos preços de arrendamentos, estes foram diminuindo, sendo que em 1970 havia em Cruz Alta 57.878 ha arrendados e em 1975, 38.827 ha. Além dos altos custos, outro aspecto que explica a diminuição da área arrendada foi que os granjeiros foram progressivamente adquirindo estas ou outras áreas.

As modalidades de arrendamento também evoluíram. Na década de 1950, arrendava-se a preço fixo, por períodos que variavam de 3 a 5 anos. Posteriormente surgiu a modalidade, que ainda persiste, de arrendamento que cobra percentagem sobre o produto, variando de 10 a até 20%. Mas a forma mais utilizada atualmente, é a do contrato por 3 a 5 anos, sendo que o valor é reajustável anualmente segundo a porcentagem do aumento do trigo. Os contratos de arrendamento por períodos muito curtos, faziam com que os arrendatários pouco se preocupassem em manter a fertilidade dos solos que se exauriam rapidamente.

Outro fator importante no estudo das transformações ocorridas foi o incremento da mecanização agrícola. Os granjeiros levados pelas novas possibilidades de lucro, são os principais responsáveis pela aquisição em número sempre crescente de tratores e máquinas agrícolas.

TABELA 10 - Evolução do número de tratores no município de Cruz Alta de 1940 a 1975

Ano	N. ^o de tratores	Índice de aumento
1940	23	100
1950	29	126
1960	249	1.082
1970	976	4.243
1975	1.978	8.339

Fonte: IBGE: Censo Econômico de 1940 e 1950 - RGS
 IBGE: Censo Agrícola de 1960 - RGS
 IBGE: Censo Agropecuário de 1970 e 75 - RGS

Com o financiamento facilitado na última década, muitos colonos também adquiriram tratores. Assim em 1975 havia 1.181 estabelecimentos com um ou mais tratores segundo o censo. Neste ano 48% do valor dos investimentos realizados foi na compra de novas máquinas agrícolas. Se levamos em conta os 121.038 ha plantados com soja em 1975 em Cruz Alta, teremos uma média de 61 ha por trator, quando o "normal" seria de 100 a 150 ha por trator. A capacidade ociosa e a subutilização das máquinas vem aumentando nos últimos anos, embora muitos colonos que adquiriram trator procuram valorizá-lo, prestando serviços a terceiros. Em 1975 dos 1532 estabelecimentos que utilizavam força mecânica (em 70 eram 798), 351 pagaram aluguel desta força. Neste mesmo ano a força animal também se fazia presente em 888 pequenos estabelecimentos. Destes, 782 possuíam arados de tração animal.

Já os que possuem colhedeiras, devido a seu alto custo, são os granjeiros. Em 1975, em 517 estabelecimentos registravam-se 713 colhedeiras. Estas ajudam no aumento do lucro dos granjeiros, os quais, para colher as pequenas lavouras dos colonos, cobram alta porcentagem sobre o

produto colhido (de 10 a 15%). Os granjeiros também possuem caminhões para o transporte de seus produtos. Assim 384 granjeiros possuíam 481 caminhões, em 1975 segundo o censo agropecuário. Segundo o mesmo censo, neste ano, registrava-se 35 silos particulares no município. A adubação química em 1970 era usada em 1.432 estabelecimentos e em 1975 em 1.657 (80% dos estabelecimentos). As práticas de conservação do solo em 1970 se faziam presentes em 171 estabelecimentos. Em 1975 estas práticas ocorriam em 1.437 estabelecimentos.

Ao lado de um incremento no uso de técnicas e insumos agrícolas, os custos de produção quase se igualavam ao preço dos produtos. Assim, na cultura mais rentável, a soja, em 1976, o preço médio por saco de 60 kg em maio foi de Cr\$ 94,00 e os custos de produção atingiram Cr\$ 78,00 por saco. Em maio de 1978 quando o preço médio por saco foi de Cr\$213,00 o custo por saco foi de 170,00 segundo cálculos dos técnicos da FECOTRI 60 ³³. Segundo os mesmos técnicos, em 1979 o custo por ha da lavoura de soja, era de Cr\$ 7.049,00. O custeio agrícola, conforme estimativa do CONCREC, do Ministério da Agricultura,

"... em 1973, de Cr\$ 10 bilhões, se elevou em 1977, para Cr\$ 70 bilhões, e em 1979, para Cr\$ 180 bilhões. No primeiro período 73/77, esse custeio se agravou em 600 por cento; e no seguinte de 78/79, de 160 por cento, excedendo de muitas vezes a taxa inflacionária, o que evidencia, por si só, que na espécie, existe profunda e desumana especulação regida por grupos poderosos e, embora conhecida e proclamada pelo Ministério da Agricultura, sem a mínima iniciativa ou impedimento dos órgãos que, ao invés de fiscalizarem e punirem, se transformaram em homologadores dessa vil especulação" ³⁴.

A modernização agrícola sempre mais difundida e progressivamente entendida como a melhor alternativa econômica, foi incorporada segundo as condições e as necessidades dos grupos mais diretamente envolvidos. Com isto foram ocorrendo profundas transformações não só no meio rural como na indústria e no comércio. O sistema capitalista organiza-se como um todo coerente onde um setor está vinculado a outro. Assim o desenvolvimento de um setor logo implica no desenvolvimento de vários setores a

ele afeto.

As empresas industriais comerciais e financeiras são instrumentos de acumulação capitalista, representando o interesse do lucro em diferentes áreas. Com o desenvolvimento agrícola foi possível o surgimento de novos consumidores e novas necessidades de consumo. Capitalistas de outros centros, aliados a capitalistas locais, criaram novas e posantes industrias frente às quais as pequenas atividades anteriormente desenvolvidas na região cederam lugar. Assim, cinco estabelecimentos em Cruz Alta passaram a representar 87,5% do valor da produção: Anderson Clayton S.A. Indústria e Comércio, multinacional que vem dedicando-se a produção e comércio de óleos vegetais; White Martins, produzindo oxigênio; Química Industrial Cruzaltense Ltda, fabricante de anil; S.A. Moínhos Rio-Grandenses - SAMRIG - voltada para subprodutos da soja; IMAK - Indústria de Máquinas Agrícolas Kursawa Ltda. Diante da política que favorecia grandes indústrias, os pequenos estabelecimentos industriais praticamente desapareceram.

O comércio por sua vez, rearticula-se e se orienta principalmente para a venda de máquinas, implementos e produtos agrícolas. Assim organiza-se para atender basicamente a dois polos de interesses: o primeiro e mais abrangente, voltado como há mais tempo, às necessidades básicas como alimento, vestuário e moradia. O segundo, voltado para a modernização agrícola, visa oferecer máquinas, implementos e insumos necessários à agricultura bem como outros produtos industrializados.

No meio rural o comércio se altera radicalmente. O antigo comerciante que permutava produtos, praticamente desapareceu com a nova organização cooperativa e as facilidades de comunicação.

A capitalização do município, como reflexo da economia agrícola, atraiu as instituições financeiras que passaram a operar intensamente no município. Assim o desenvolvimento na agricultura reestruturou as empresas industriais comerciais e financeiras.

2.2. Condições sociais da modernização

A modernização, como vimos, não foi fruto unicamente de fatores exôgenos. Desenvolveu-se da forma como foi analisada, como resultado das condições locais e sua influência no modo dos diferentes agentes sociais se organizar, atuar e lutar por seus interesses. A cooperativa e os sindicatos representam formas de organização dos grupos em aspectos distintos mas complementares. A cooperativa se constitui numa instituição de apoio ao sistema no que diz respeito a implantação das condições necessárias para a modernização. Caracterizando a ação das cooperativas, caracteriza-se o interesse de diferentes agentes sócio-econômicos envolvidos, primordialmente o dos granjeiros. Caracteriza-se igualmente a nível local, a política governamental, uma vez que as cooperativas atuam também como instrumento para sua viabilização. Os sindicatos por sua vez representam a organização de grupos na defesa de interesses próprios. A forma como se organizam e atuam, as lutas e as alianças, demonstram os objetivos e as dificuldades de cada classe.

2.2.1. A cooperativa

Com a criação de cooperativas e da FECOTRIGO (como vimos na primeira parte deste capítulo), os granjeiros que atuavam isoladamente apesar de problemas comuns, passam a desfrutar de um organismo representativo que canaliza suas reivindicações de forma privilegiada junto ao Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Governo Estadual e Banco do Brasil. Beneficiados que foram por diversas medidas oficiais, passam a se constituir progressivamente na força política e econômica mais importante.

As cooperativas inicialmente procuram consolidar sua posição através de melhorias técnicas como sementes selecionadas, difusão de técnicas de correção da acidez dos solos, nivelção, combate às pragas,

ampliação dos armazéns e silos para estocagem dos cereais.

No intuito de melhor aproveitar as terras e máquinas dos granjeiros, os esforços destes se consorciavam com os de suas cooperativas, que encontram a melhor alternativa de rentabilidade das lavouras na rotação dos produtos trigo-soja. Esta associação, sob o ponto de vista agrônomico recomendável, além de proporcionar duas colheitas por ano, baixou o custo de produção de cada cultura. A soja assim, auxilia a consolidação e a expansão das cooperativas.

Com o sucesso alcançado junto aos granjeiros as cooperativas "procuram expandir-se horizontalmente, visando assegurar o controle de maior parte da produção em suas respectivas áreas de atuação" ³⁵. Assim as cooperativas abrem as portas a todo o produtor, independentemente do tamanho de sua lavoura. As cooperativas contando também com os pequenos produtores, passam a deter o controle e o monopólio da produção. Organizam a produção, o transporte, a armazenagem e boa parte da comercialização. Mas possuem pouco controle e atuação no setor de transformação, na maior parte sob o domínio das multinacionais. Parece haver uma espécie de "divisão de trabalho", entre as cooperativas que ficam com a parte menos rentável uma vez que a transformação e em parte a exportação está a cargo de grandes empresas industriais. Nos últimos anos, as cooperativas, através da FECOTRIGO, mostram-se empenhadas também na exportação da soja agindo diretamente em outros centros do mercado internacional apesar da competição existente.

Após um período, entre 1955 a 1961, em que os preços eram desfavoráveis, devido a diversos fatores entre eles a ajuda alimentar americana, estabeleceu-se sob a influência das cooperativas, uma política de preços e créditos que possibilitou a expansão da cultura do trigo. Em 1962 47% da área cultivada de trigo no Estado era financiada e em 1966, 62% da área era financiada ³⁶. Estes financiamentos estavam, condicionados ao uso de sementes selecionadas controladas pelas próprias cooperativas e uso de adubos. Em 1970, segundo o Censo Agropecuário, 777 esta

belecimentos serviam-se de financiamento em Cruz Alta. A política de preços e créditos abundantes mais a possibilidade de duas safras anuais (trigo-soja), fez com que os pequenos e médios estabelecimentos ingresassem definitivamente no novo sistema produtivo aumentando assim o volume de produção e o quadro de associados na cooperativa. É a seguinte a evolução do quadro social e da produção da Cooperativa Tritícola de Produtores Cruzaltense Ltda. - COTRICRUZ de 1957 a 1977. A Cotricruz tem sua área de atuação nos municípios de Cruz Alta e Pejuçara.

TABELA 11 - Evolução do quadro social e da produção de trigo e soja recebida na COTRICRUZ de 1957 a 1977

Ano	Nº associados	Trigo (t)	Soja (t)
1957	62	4.535	-
1958	223	6.356	178
1959	407	8.963	106
1960	577	17.340	2.559
1961	721	8.835	5.588
1962	750	22.384	4.890
1963	920	8.889	1.553
1964	1.025	21.147	5.653
1965	1.164	21.792	10.494
1966	1.280	41.678	14.799
1967	1.390	30.062	11.758
1968	1.532	46.681	19.284
1969	1.898	66.920	20.019
1970	2.055	67.304	35.485
1971	2.278	66.561	60.226
1972	2.315	15.588	68.212
1973	2.370	76.175	100.573
1974	2.665	79.549	119.565
1975	2.826	39.501	132.583
1976	2.976	67.559	152.245
1977	3.131	22.000	-

Fonte: Boletim Informativo - COTRICRUZ em seus 20 anos de fundação ³⁷.

As cooperativas como são um instrumento do sistema vigente na implantação e desenvolvimento da modernização, passaram a desenvolver atividades práticas como auxiliar o Banco do Brasil no financiamento dos pequenos estabelecimentos através de um mecanismo de repasse ³⁸. Eram pequenas lavouras que sob o controle técnico e econômico da cooperativa especializavam-se na produção de trigo e soja. A soja que auxiliou a expansão das cooperativas e sua consolidação fez com que também os pequenos produtores se associassem em maior número nas cooperativas, promovendo assim a sua evolução.

Na caracterização das cooperativas é importante destacar o papel unificador exercido pela FECOTRIGO que em 1978 integrava 65 cooperativas as quais por sua vez contavam com aproximadamente 190.000 associados ³⁹. A FECOTRIGO possui em Cruz Alta a partir de 1971, um Centro de Experimentação e Pesquisa. Visa o melhoramento genético do trigo, soja, triticales, estudos sobre a fertilidade do solo e controle de ervas daninhas e doenças. Sua primeira grande conquista foi a compra estatal do trigo, conseguida em 1962. Os estudos dos custos da produção de trigo, realizados por técnicos da FECOTRIGO, servem de subsídios ao Governo Central para os reajustes dos preços.

As cooperativas de produtores, apoiam a integração da agricultura com a pecuária. Esta integração favorece não só os grandes produtores de trigo e soja como facilita a ação das cooperativas empenhadas em criar novas alternativas para os pequenos produtores agrícolas através da industrialização do leite. Neste empenho contam com o apoio do INCRA, do Ministério da Agricultura, para a união das cooperativas e a formação da Cooperativa Central Gaucha do Leite Ltda. As cooperativas tritícolas, possuem projetos também para a pecuária de corte. Visam incorporar na agricultura as boas terras ainda utilizadas pela pecuária e intensificar o plantio de forragens e o uso de rações. Cria-se assim um maior mercado interno para a soja e seus derivados, além de ampliar as áreas para a produção de trigo e soja. Neste processo estão também envolvidos interesses

de indústrias de tortas, farelos e rações. As feiras de terneiros organizadas pela Secretaria da Agricultura do Estado, constituem-se numa política concreta, que estimula a ação das cooperativas neste campo.

"A presença marcante das cooperativas e da FECOTRIGO no cenário econômico e sua influência na condução da política econômica dos governos nacional e estadual em relação à agricultura estão baseadas numa aliança entre grandes e pequenos produtores rurais. Os granjeiros controlam os órgãos de decisão das cooperativas e souberam, no período, aliar a coleta e a comercialização da produção a um importante setor de comercialização de bens de consumo. Os pequenos produtores libertam-se, assim, dos vínculos que os prendiam aos comerciantes tradicionais" 40.

Preocupadas com os intermediários, as cooperativas organizaram-se no sentido de fornecer a seus associados, desde sementes, fertilizantes e maquinários até tecidos, armarinhos e bijuterias.

As cooperativas procuram manter seus associados informados de novas técnicas de plantio, cuidados com as lavouras, mercado de produtos e problemas do interesse geral. Para tanto, contam com o setor de Comunicação e Educação Cooperativa. Em Cruz Alta, na COTRICRUZ, este setor responsabiliza-se pelo jornal "O COTRICRUZ", com tiragem de 5.000 exemplares. Organiza núcleos para debater e discutir problemas do interesse dos "agricultores". Estes encontros e debates, não só avivam a consciência cooperativa como despertam os associados para problemas novos como a taxa em forma de confisco sobre a soja. A reação unânime dos associados e das cooperativas fez com que o Governo suspendesse as taxas.

O sistema cooperativo representa uma alternativa de fortalecimento dos associados para enfrentar o sistema de competição capitalista. As próprias cooperativas que em sua forma de organização e desempenho ajudaram a viabilizar no início o surgimento de grandes empresas multinacionais, devido a ação das mesmas, que controlam setores fundamentais, sentem-se em dificuldades para proteger os interesses de seus associados. É no sentido de criar novas alternativas econômicas para os associados que as cooperativas se preocupam com novos empreendimentos. Nisto causam preocupação em outros setores que as acusam de gigantismo.

Mas se por um lado, torna-se clara a preocupação dos dirigentes de cooperativas em conseguir vantagens e alternativas econômicas para o sistema cooperativo, por outro lado a resistência de muitos dirigentes contra o trabalho de base junto ao produtor é o maior obstáculo para que sejam feitas mudanças mais efetivas no sistema. Alguns associados mais esclarecidos entendem que isto ocorre devido a falta de preparo e discernimento dos próprios associados. Estes possibilitam por ocasião das eleições que pessoas sem a devida competência, mas políticos hábeis, guiados por outros interesses que não os do cooperativismo, assumam setores chaves administrando em seu proveito o patrimônio comum e até mesmo desviam recursos criando assim frustrações e descrenças junto aos associados, em especial os colonos. Entre estes, considerados pequenos produtores, há um consenso de que "os grandes são mais favorecidos e iludem os pequenos em seu proveito".

Vê-se pois que a cooperativa em princípio não é um bem em si. É o que forem os agentes sociais que se estruturam nela e para ela. Ora, se remontarmos ao surgimento da cooperativa podemos perceber já em sua origem alguns problemas. Ela surgiu com os grandes e para os grandes proprietários e produtores agrícolas, os granjeiros e os fazendeiros, os quais preocuparam-se em se manter no poder e usufruir ao máximo as vantagens advindas do cooperativismo. Os colonos, procurando também beneficiar-se das vantagens do sistema cooperativo, ingressaram na cooperativa sem estruturar-se como um grupo. Como isto ainda continua na COTRUCRUZ, os granjeiros e fazendeiros exercem o poder, legislando não raro em seu proveito. Os colonos, embora sendo maioria, sentem-se relegados no atendimento de seus interesses. A assistência é prioritariamente direcionada para atender o granjeiro e o fazendeiro que tem alta produção e influência. Não há interesse a nível de direção, em acatar certas sugestões que venham a beneficiar diretamente o colono. Isto "desgosta" o pequeno produtor levando-o não raro a se afastar da cooperativa. Muitos destes, já não comparecem mais nas reuniões, onde prevalece o ponto de vista dos grandes produtores. Ao omitir-se das reuniões por descrever da validade

das mesmas, os colonos fortalecem não a si mas aos granjeiros e fazendeiros.

Assim, conforme o grau de poder e influência conseguido pelos diferentes grupos na direção da cooperativa, estes grupos são efetivamente atendidos. Atualmente os que melhor se situam economicamente, são os que de fato recebem os benefícios e detem o poder na cooperativa.

Mas apesar destes problemas o cooperativismo ainda é visto como uma alternativa também para o pequeno produtor e continua sendo um organismo com força política suficiente para defender os interesses gerais de seus associados.

2.2.2. O sindicato dos empregadores rurais

Assim como a cooperativa passou a se constituir num organismo de apoio ao sistema e de fortalecimento dos granjeiros, o sindicato dos produtores rurais, órgão de classe dos pecuaristas, com o processo de modernização também se transformou. A Federação Agropecuária do Rio Grande do Sul - FARSUL - é o órgão que congrega os sindicatos dos empregadores rurais.

Os fazendeiros, em face da política de fomento agrícola que atuava no sentido de modernizar a lavoura para adequá-la ao projeto de industrialização do país, perderam paulatinamente a liderança para os granjeiros que eram fortalecidos com políticas concretas como facilidades para importações, isenção de taxas e direitos alfandegários num período e financiamentos e preços adequados em outro. O caráter necessário das relações num momento e numa situação determinada, ocasionou a aproximação entre granjeiros e fazendeiros. Os granjeiros necessitam das terras dos fazendeiros e estes tinham nos arrendamentos uma nova alternativa econômica tranquila e rentável. O fazendeiro que não conseguia financiamento para melhorar sua propriedade a não ser via agricultura, no caso de não querer arrendar suas terras, era impelido a tornar-se fazendeiro-granjeiro.

ro ou vice-versa quando as atividades agrícolas passavam a ser prioritárias. Assim, se por um lado as áreas de pastagem foram decrescendo em função das lavouras, por outro lado, os próprios granjeiros e colonos tinham na pecuária uma alternativa econômica para valorizar as áreas de terras impróprias para a agricultura. Como os interesses entre agricultura e pecuária estavam consorciados, as cooperativas passaram a promover feiras de gado, como a feira do carneiro, e, manter em seus quadros, técnicos veterinários. Esta aproximação de interesses entre granjeiros e fazendeiros, não só fortaleceu o sindicato de empregadores rurais com o ingresso dos granjeiros, como também possibilitou a estes contar com a experiência política dos fazendeiros. Esta aproximação foi altamente favorável tanto aos grandes proprietários e produtores agrícolas que estavam em condições favoráveis de acumular capital, como ao Governo que passava a ter respaldo para novas medidas modernizadoras como a concentração da produção industrial nas mãos de grandes empresas. A estabilidade social seria importante não só para o ingresso no país de grandes grupos, como também a quem se encontrava em condições de usufruir das novas alternativas econômicas.

O sindicato dos produtores rurais que passou a congregar os fazendeiros e granjeiros, organizou-se efetivamente no sentido de defender os seus interesses. Na luta econômica, assumiu definitivamente a defesa por melhores preços para os produtos de seus associados, reivindicando medidas concretas diante de situações em que seus interesses fossem ameaçados. Como interlocutores privilegiados junto ao Governo, via de regra, os interesses de granjeiros e fazendeiros são atendidos e consultados.

Como o sistema econômico vigente lhes é favorável, defendem a sua manutenção. Opõem-se a outros concorrentes que possam afetar seus lucros. Assim, se por um lado a FARSUL, manifesta-se contrária à importação de carne bovina, por outro lado pleiteia a majoração do preço. Representam o poder constituído e lutam a favor do "status quo". Tudo o que possa representar ameaça à organização econômica vigente, merece repúdio deste

grupo. Assim, quer através de pressões, quer através da imprensa, membros da Igreja passaram a ser hostilizados quando pregaram a justiça social e uma participação mais equitativa nos frutos da produção pelo trabalhador. Quando o assalariado, que tem consciência que está sendo explorado, se preocupa com melhor remuneração e reclama junto a Justiça do Trabalho, é mal visto pelos fazendeiros e granjeiros, os quais passam a não contratá-lo mais. A própria política que mantém a eficiência da Justiça do Trabalho nas reclamatórias trabalhistas, é mal vista e combatida pelo sindicato. Se patrões e empregados são unha e carne, os interesses são opostos. Quanto menos os fazendeiros e os granjeiros remunerarem seus empregados, maior seu lucro. Esta lógica capitalista é assumida pelos empregadores que na defesa de seus interesses servem-se da pressão econômica e política. Preocupam-se com melhorias técnicas e criação de condições favoráveis para produzir, uma vez que a maior produtividade representa aumento nos lucros o que os fortalece para competir.

A proposta do sindicato dos produtores rurais a seus associados, implica pois na adoção das técnicas modernas tanto para a pecuária como para a agricultura no sentido de melhor se aparelhar para a luta da competição econômica. Não está o sindicato somente vigilante na defesa de seus associados como os orienta diante de situações concretas como em questões trabalhistas, política agrícola, etc. Há um grande empenho na coesão da classe diante de problemas comuns e reivindicações, no que se revelam solidários.

2.2.3. O sindicato dos trabalhadores rurais

A situação dos pequenos produtores, aqui mais comumente denominados de colonos, foi marcada em toda a economia agrícola do Estado, por fases de prosperidade seguidas por crises e reestruturações. A relativa estagnação da agricultura na região por volta de 1940, encontra nos estímulos dados à triticultura uma nova alternativa, em especial, para os pequenos estabelecimentos rurais, que aumentaram entre 1941 a 1945 e conti

nuaram prosperando até a década de 1970, apesar do surgimento e desenvolvimento das granjas.

"Entre 1950 e 1960, os estabelecimentos de menos de 10 ha cresceram a uma taxa média anual de 11% ao ano, no Rio Grande do Sul, passando de 48 mil a 100 mil estabelecimentos. A divisão atingiu sobretudo os antigos lotes coloniais (entre 25 e 50 ha). Se num primeiro momento isto permitiu aumentar a produção por um uso mais intensivo das terras, rapidamente os índices de produtividade baixaram" 41.

Se acrescermos a estes problemas a crise geral da agricultura, passamos a entender melhor o êxodo para outros estados iniciado neste período por pequenos produtores. Neste contexto e sob as condições políticas então vigentes no Estado e no País, em 1961, surgiu um importante movimento de pequenos e médios produtores rurais denominado Movimento dos Agricultores sem Terra - MASTER. Reivindicavam estes colonos a reforma agrária, através da divisão das grandes propriedades. Foi quando sob a influência da Igreja Católica foi criada a Frente Agrária Gaúcha, FAG. Este movimento permitiu que em 1962 surgisse o Sindicato de Trabalhadores Rurais e no ano seguinte a formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG, entidade que congrega e assiste aos sindicatos. Estes, hoje em número de 227 no Estado, contam com aproximadamente 500.000 associados.

O sindicato visava fazer frente à atuação dos agricultores sem terra, através da organização do pequeno agricultor de forma que pudesse ser atendido e assistido em suas necessidades. A combatividade do movimento porém diminuiu na medida em que os líderes foram afastados com as transformações políticas de 1964 e passava a predominar idéias de assistência técnica e cooperativismo. Em Cruz Alta o sindicato facilitou o ingresso dos pequenos produtores na COTRICRUZ sob o controle dos granjeiros.

Um outro aspecto que merece destaque é a interferência Governamental no meio rural. O Estado, tanto em época de crise ou fase de prosperidade, como em fase de reestruturação agrária, se fez marcadamente presen

te, ora regulando, ora legitimando e promovendo a organização agrária e suas relações no Rio Grande do Sul. Isto é particularmente válido no caso dos colonos, desde sua origem, nos núcleos de colonização. Após a organização dos sindicatos, a partir de 1969, estes foram duramente divididos pelo Governo na questão do módulo rural para o enquadramento sindical. Segundo a nova legislação, todos os agricultores com área de terra superior a 25 ha, passavam a ser considerados empregadores rurais embora não tendo empregados. Desta forma o sindicato dos Trabalhadores Rurais perdeu não só a coesão dos pequenos produtores como também parte de sua arrecadação, uma vez que a contribuição dos sócios com mais de 25 ha era encaminhada para o Sindicato dos Produtores Rurais. Desta forma, mais uma vez, os grandes proprietários passavam a ser favorecidos pelo Governo, enquanto que os pequenos agricultores eram desarticulados enquanto classe.

Com a extensão da assistência social para o meio rural, foi criado o Funrural. Esta organização passou a funcionar no próprio sindicato. Com o interesse do assistencialismo muitos assalariados rurais passaram a se filiar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A assistência, montada no próprio sindicato, o desvirtua de suas funções. O associado não distingue o que é Sindicato e o que é Funrural. A confusão foi tanta que nas reuniões do Sindicato estas terminavam invariavelmente com esta questão, segundo o próprio presidente do sindicato: "Não seria melhor botar mais um médico ou dentista no sindicato?" Este não é mais visto por muitos associados como um instrumento de reivindicação de uma classe mas testa-de-ferro do sistema previdenciário. Arca não só com as dependências e parte administrativa mas com mais de metade dos custos efetivos de atendimento. A visão assistencialista está tão entranhada que nos relatórios ou em anúncios, o sindicato destaca sua atuação quanto a assistência médica, odontológica, judiciária e burocrática aos seus 3.400 sindicalizados.

Mas o fato de juntar num mesmo sindicato o colono visto como um pequeno proprietário e como tal, com preocupações e interesses próprios

distintos dos interesses dos assalariados, descaracteriza a idéia de classe e dificulta a luta por objetivos comuns. Assim, já na composição do quadro de seus associados, o sindicato de trabalhadores rurais é desvirtuado como sindicato, enquanto congrega grupos com interesses diferentes. Nas próprias reuniões a divergência de interesses entre os grupos aparece clara.

Embora os sindicatos recebam orientação da Federação (FETAG) no sentido de abordar problemas como enquadramento sindical, previdência social rural, reforma agrária, êxodo rural, monocultura e preços, a nível de prática, os sindicatos estão atrelados a uma série de funções ligadas ao assistencialismo. Enquanto o sindicato não tem condições de se organizar e atuar como sindicato, problemas mais sérios são preteridos. Comenta um associado: "Enquanto os pequenos ficam brigando entre si, o latifunditário vai tranquilamente adquirindo mais terras". O pequeno produtor nos últimos anos não só não tem condições de expandir-se como luta desesperadamente para manter-se. A cooperativa querendo controlar a maior parte da produção, mascara seus interesses acenando a idéia do fortalecimento dos pequenos produtores desde que associados à cooperativa. De fato o sindicato uniu-se à COTRICRUZ incentivando seus associados ao cooperativismo. "Sindicato e Cooperativa devem andar juntos". Este pensamento geral, ainda mais dificulta a coesão e organização dos sindicalizados, que percebem que o cooperativismo está mais voltado para os interesses dos grandes que dos pequenos agricultores. Percebe-se que os pequenos produtores por estarem desorganizados enquanto classe, optam por soluções individualistas e "só reclamam quando o sapato aperta". Enquanto isto os grandes produtores rurais através de seu sindicato e da cooperativa vão planejando novas estratégias de acumulação. Uma nova estratégia das cooperativas é adquirir grandes áreas em novas frentes agrícolas como Mato Grosso e vendê-las aos colonos em troca de suas reduzidas mas valorizadas propriedades.

A fora a atuação centrada no assistencialismo, as maiores lutas

do sindicato foram contra o próprio Governo tentando revogar leis absurdas para a classe. O sindicato, apesar de seu esvaziamento político e representativo, luta em defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Assim, conta com advogados que estão a serviço dos assalariados para orientá-los quanto a seus direitos, em especial, nos casos de reclamações trabalhistas. Por ocasião da construção da Barragem do Passo Real, muitos colonos e assalariados rurais ficaram sem terra e ao desabrigo apesar das promessas de reassentamento de todos os atingidos, não cumpridas pelo INCRA. O sindicato empenhou-se em resolver a situação, conseguindo 10 anos depois estabelecer em Mato Grosso, 240 famílias por intermédio de um plano de colonização da Cooperativa Triticola de Erexim.

2.3. Recomposição na estrutura de relações entre os grupos e suas consequências

Tendo em vista o que já foi analisado neste capítulo, resta destacar ainda alguns aspectos que servem de recapitulação e conclusão do enfoque da modernização e encaminhamento ao próximo capítulo, enquanto esclarecem sobre a situação de fato que vivem atualmente os agentes sociais. Assim, após uma recomposição sucinta dos acontecimentos mais marcantes no meio rural no período da modernização, procurarei situar atualmente os grupos sociais rurais e destacar as consequências da modernização para cada grupo e região.

2.3.1. Acontecimentos relevantes na história da modernização para os agentes sociais rurais

Na história agrícola de Cruz Alta, tecida em seu todo por muitos fatos, no intuito de uma recapitulação resumida, destaco alguns acontecimentos mais marcantes que atingiram ora um ora outro grupo de agentes sociais nas últimas três décadas.

Por volta de 1950 a idéia da mecanização agrícola que começava a

ser posta em prática através de novas técnicas de produção, tirava os agentes rurais de um certo imobilismo, forçando-os a uma posição. Os financiamentos e as boas safras iniciais incentivaram os ainda indecisos a aderir a ela. Os fazendeiros por sua vez passaram a viver um dilema: arrendar ou melhorar as condições da pecuária? Como os empréstimos e as condições políticas beneficiavam o surgimento de granjas, foram co-optados a facilitar o avanço da agricultura nos campos. Os assalariados rurais por sua vez, deviam ou capacitar-se para novas tarefas em função da mecanização deixando de lado suas antigas tarefas ou transferir-se do meio rural para o meio urbano.

A fabricação em grande escala de tratores e implementos agrícolas no Brasil e as facilidades de financiamento e juros baixos, facilitou a aquisição e a incorporação de uma nova tecnologia. Esta adoção foi facilitada por políticas de fomento agrícola em novas bases, bem como os diferentes interesses em jogo.

O surgimento da Cooperativa em 1957 e a seguir da FECOTRIGO, trouxe novo alento e novas perspectivas aos granjeiros. O problema da comercialização, antes sempre sujeito a especulações de intermediários é melhor resolvido. Em 1962 as Cooperativas e a FECOTRIGO sentem-se vitoriosas com a decisão Governamental de comprar toda a safra de trigo através do Banco do Brasil.

O período de 1955 a 1965 demarca a queda da produção tritícola nacional. Este período corresponde às grandes importações de trigo americano em condições vantajosas e que veio prejudicar o desenvolvimento da triticultura gaúcha. Neste período, de um modo geral, as esperanças dos granjeiros nas épocas de plantio, passaram a ser repetidamente frustradas nas colheitas. Além de outros fatores, a política de preços, as exigências de saldar as dívidas contraídas, levaram os granjeiros à primeira greve de sua história em 1957. Como solução, surgiu a moratória, que protelava as dívidas e juros irrisórios.

A associação trigo-soja, promove um incremento no processo de de

envolvimento agrícola que implicou na valorização das terras, aumento dos arrendamentos, incentivo da mecanização, alterações na estrutura fundiária e rearticulação na indústria e no comércio.

Em 1961 o Movimento dos Trabalhadores sem Terra traz à tona sob a forma de impacto social o problema dos assalariados, agregados e parceiros. A disputa pela terra passa a ser a nova batalha silenciosa, nunca resolvida a favor dos colonos, pelo contrário, progressivamente desfavorável. O surgimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais, progressivamente envolvido com assistencialismo, não resolve os problemas fundamentais da classe. Os problemas são agravados com a construção da barragem do Passo Real que invade 24.000 ha de terra e desaloja 1.800 famílias em área onde predomina os munifúndios. O reassentamento de parte dos pequenos proprietários iniciado pelo Incra em 1970, só é continuado em 1980 pelos esforços do Sindicato de Trabalhadores Rurais e FETAG, aliados a um projeto de colonização da Cooperativa Triticola de Erechim, em Mato Grosso. As terras usadas para a primeira etapa do reasentamento são tiradas de grandes proprietários que as tinham arrendado à granjeiros, realizando assim, o INCRA, um experimento de Reforma Agrária. Isto repercutiu intensamente entre os diferentes grupos rurais, levando-os a posicionamentos opostos.

As boas colheitas de soja principalmente na última década, até 1976, possibilitaram a superação de muitos problemas tanto dos pequenos como dos grandes produtores levando-os a um relativo progresso. A partir de 1977, as más safras aguçaram os problemas dos colonos que haviam se especializado na produção de trigo e soja deixando de lado outras culturas. A crise na agricultura muito mais sentida pelos colonos, aguçou as distâncias existentes entre os grandes e os pequenos produtores agrícolas. Os problemas sociais manifestos, levaram a Igreja a se posicionar a favor dos mais carentes, o que ocasionou um atrito entre membros do clero e o Sindicato dos Produtores Rurais.

Na atual conjuntura da economia rural da região, há um quadro no

vo muito mais complexo, com uma variada gama de interesses em jogo.

"O problema deixou de ser simplesmente estimular ou desestimular a produção de trigo (ou soja) mas influir na articulação entre setores, na sua reestruturação, nas relações entre grandes e pequenos produtores entre lavoura e pecuária" ⁴².

2.3.2. Caracterização geral dos grupos rurais

É comum ouvir-se expressões como "homem do campo", "realidade agrária", "agricultor" etc. São termos genéricos que dão a impressão de homogeneidade nas relações sociais do meio rural. Encobrem contradições existentes. Objetivando evitar generalizações estereis, no presente estudo, atendo-me agora de modo mais específico na abordagem de grupos sociais determinados, embora estes grupos já venham sendo trabalhados sob diferentes aspectos no decorrer da pesquisa. Procurarei determinar quais são estes grupos, sua caracterização e desempenho atual em função da modernização ocorrida na área em estudo.

Na visão da estrutura da sociedade agrária, analisada no primeiro capítulo, foi destacado o surgimento de diferentes grupos étnicos compostos por índios, portugueses, negros e colonos que passaram a se estruturar e compor as diferentes classes sociais no campo gaúcho. Tiveram estes agentes desempenhos e contribuições específicas em diferentes momentos históricos. Presentemente, com a reestruturação do sistema agrário em função da modernização da produção, ocorreu uma rearticulação geral nos agentes sociais da qual destaco basicamente três grupos:

- a) os granjeiros e fazendeiros;
- b) os colonos;
- c) os assalariados rurais.

Esta divisão em grupos distintos não é arbitrária mas condizente com a nova organização rural. Atende às reestruturações ali ocorridas. As necessidades, interesses e expectativas próprias à cada grupo são levadas em conta.

Os fazendeiros, provindo em sua maioria da ocupação portuguesa do campo, estão se aproximando socialmente dos grangeiros que basicamente originam-se de colônias de imigrantes italianos, alemães e poloneses. "Fazendeiro o grangeiro é uma família só", observa um grangeiro. Esta a aproximação constitui-se num fenômeno recente basicamente resultante da modernização, quando a necessidade de terras por parte dos grangeiros e a possibilidade de novas alternativas de lucro para o fazendeiro, fizeram com que ambos se encontrassem no campo.

a) Entende-se por fazendeiro, na região de Cruz Alta, aquele que é proprietário de terra e atua em área de campo superior a média dos estabelecimentos da região. Utiliza a área para a pecuária, sendo esta sua principal fonte de renda. Peões assalariados, constituem a mão-de-obra essencial. O fazendeiro goza de reputação e status o que é socialmente reconhecido e perpetuado pela tradição e folclore. A maior ou menor influência em muitos casos está diretamente relacionada ao poder econômico.

Os grangeiros, como capitalistas agrários que são, surgiram como vimos quando se deram as condições favoráveis. "Os que mais se arriscaram na época hoje estão melhor situados", afirma um entrevistado. Os pioneiros encontravam inicialmente mão-de-obra abundante e barata. A pecuária extensiva em crise, possibilitava o acesso a arrendamentos baratos. A infra-estrutura de armazéns e transporte era precária, no início. Os grangeiros foram aprendendo por conta as novas funções. "Hoje todos são pais da criança", comentam eles. "Mas até pouco tempo deu-se muita cabeçada". Foram anos difíceis de penoso aprendizado sem nenhuma assistência técnica especializada. Eram eles próprios mecânicos, agrônomos e administradores. Enfrentaram anos difíceis. Em 1957 fizeram greve. "Pela primeira vez na vida, o grangeiro da região gritou". Há alguns anos que ocorriam frustrações de safra. Reuniram todo o maquinário agrícola deslocaram-se para Cruz Alta e estavam dispostos a entregar tudo ao Banco do Brasil. Daí surgiu o esquema do adiamento da dívida ou moratória. Esta,

além de parcelar e prorrogar a dívida, congelava os preços dos arrendamentos, forçando novo contrato em caso de vencimento deste antes do pagamento das dívidas junto ao Banco. Outro percalço sofrido por muitos granjeiros foi a desapropriação pelo Incra em função da Barragem do Passo Real, de áreas como Boa Vista e Colorado que estavam sendo ocupadas por granjeiros os quais tiveram que encontrar novas áreas, num período de dificuldades econômicas.

Hoje, após intercalar erros e acertos, o granjeiro tem características definidas. É o que atua em lavoura mecanizada e produz trigo e soja essencialmente para a comercialização. Faz maiores investimentos e a mão-de-obra assalariada é essencial para o andamento da granja. A terra é própria e ou arrendada. A disponibilidade de terra é superior à média dos estabelecimentos da região. Há uma larga interação com fornecedores de produtos industrializados e com fontes financiadoras. O granjeiro enquanto um grupo que explora e acumula, é dinâmico e empreendedor, dispõe de mais recursos e financiamentos. Por esta razão as crises e frustrações de safras não o abala na mesma intensidade que o colono. Atualmente os granjeiros encontram-se em situação privilegiada frente aos demais grupos uma vez que estão em condições econômicas de usufruir o que a sociedade de consumo lhes coloca a disposição. Possuem as melhores casas da cidade e as granjas gozam de todos os confortos modernos. Pela circulação de capital, aliado aos meios de produção e à apropriação da mais valia, promovem a expansão capitalista no campo na região em estudo.

b) Os colonos constituem o grupo mais numeroso. São os que atuam em área de tamanho menor, sendo muitas vezes imprópria para a mecanização. Possuem menos equipamentos que os granjeiros. Embora o estabelecimento se organize com finalidade mercantil, alguns produtos se destinam ao próprio consumo. Por isso as atividades agrícolas são mais diversificadas de um modo geral. O colono foi quem mais resistiu, insistindo em culturas pouco lucrativas. Atualmente a prioridade e ênfase também é da

da para a produção de trigo e soja. Mas há uma menor interação proporcionalmente ao granjeiro entre produção, comercialização, industrialização e financiamento. A força de trabalho é predominantemente familiar. São muito raros os casos de elementos de outras origens, como portugueses ou caboclos, que se constituíram em pequenas propriedades com características semelhantes aos colonos, na região em estudo.

A opção pelas culturas especializadas de trigo e soja exigiu a mecanização da lavoura, o que na maioria dos casos foi parcial e feita com muitas dificuldades econômicas. Os colonos quando ingressaram na mecanização agrícola, encontravam-se em desvantagens em relação ao início destas atividades pelos granjeiros. Apesar de maiores facilidades de financiamento agrícola, a situação era outra. A menor disponibilidade de terras os altos custos dos arrendamentos apresentavam-se como barreiras à expansão dos colonos. Embora encontrassem melhor assistência técnica e infra-estrutura, a competição pela terra e os altos custos do maquinário impediram sua expansão, a não ser em novas frentes, em regiões ainda não inflacionadas. Os altos custos da mecanização nem sempre se justificam em pequenas áreas em função de juros, depreciação e capital ocioso. Por isso, para os que adquiriram trator posteriormente, a situação continuou difícil.

Atualmente a situação dos colonos é de apreensão. Devido as frustrações de safras, sentem-se em situação calamitosa. Os que aderiram à modernização, em função da pequena área, precisaram produzir mais para poder saldar seus compromissos no Banco. Com isto outras atividades menos lucrativas a curto prazo, foram abandonadas. Assim em muitos casos o potreiro, a lavoura de milho, de mandioca, de feijão e até mesmo a horta transformaram-se em lavoura de soja e trigo. Pretendia-se assim o aumento da produção e produtividade que, em função dos preços, deveria suprir as atividades de subsistência.

Com as frustrações, porém, os colonos foram se endividando, ocorrendo casos extremos em que recorreram à venda das terras para saldar

seus compromissos.

Outros que, ao modernizarem-se, encontravam-se em melhores condições financeiras, permaneceram com produção diversificada. Estes encontram-se em situação mais tranquila. Em função de poupanças acumuladas, seu endividamento foi menor. Foram adquirindo experiências com os novos métodos de trabalho e progressivamente incorporaram melhorias em suas propriedades.

c) Os assalariados rurais, um grupo mais complexo, provém de diferentes origens a saber:

- Índios Pampeanos que agregaram-se às estâncias portuguesas e mais tarde Índios Guaranís que se aculturaram e se mestiçaram.

- Negros escravos usados nas lavouras de trigo dos açorianos, nas charqueadas e estâncias portuguesas. Após a libertação da escravatura muitos negros e mestiços continuaram nas fazendas e roças, iniciando um processo de marginalização ou caboclicização (como é analisado no I capítulo, ítem 1.3 a participação do negro escravo).

- Colonos que procedendo das colônias velhas, para as colônias novas chegaram sem recursos.

- Colonos que não puderam reproduzir as condições econômicas necessárias para adquirir novas áreas para os filhos.

- Colonos que, embora iniciando com algum recurso, devido a famílias numerosas, doenças, frustrações de safras, maus negócios, foram "ficando para trás", isto é, não evoluíram o suficiente para possibilitar meios de vida aos familiares de forma autônoma.

- Colonos que dedicavam-se autônomoamente a algum negócio ou indústria no meio rural, mas por diferentes razões fracassaram.

Sob a denominação de assalariado rural englobamos o meeiro, agregado, empregado ou peão, uma vez que como entende Caio Prado Junior, "são formas de assalariamento"⁴³. Formas de remuneração podem ser com produtos ou com o trabalho. As formas de remuneração não são fixas e variam às vezes de um local para outro e de uma situação para outra. Trata-se

sempre da locação de serviços. O que o empregador procura do trabalhador é a prestação de serviços de forma lucrativa. Não importa a modalidade. "Na realidade e em essência é um locador de serviços, um simples empregado perfeitamente assimilável ao assalariado de que se distingue unicamente pela natureza da remuneração recebida" ⁴⁴.

Os agregados, meeiros e posseiros se distinguem pelas formas de assalariamento.

Por agregado entende-se na região de Cruz Alta, o que reside em terras do patrão, geralmente em zona de mato. Recebe uma pequena área para o próprio cultivo. Presta serviços ao patrão quando este necessita, pelo que é remunerado por dia trabalhado. Assume o compromisso de cultivar alguma roça recebendo em troca a terça parte ou a metade da colheita. O patrão fornece além da terra e semente, os instrumentos de trabalho.

O agregado não possui vínculo empregatício, por isso é com frequência "despachado". "Já fiz perto de 20 mudanças" comenta um agregado. Foram importantes enquanto abriam novas áreas e representavam uma força de trabalho disponível.

Os agregados foram os mais atingidos pela modernização, pois o próprio trator de esteira derrubava o mato ou destocava as antigas roças sendo incorporadas à lavoura mecanizada. A valorização da terra não permitia que algumas áreas fossem "mal aproveitadas". Por isso o êxodo rural foi intenso entre os agregados.

Os meeiros, também chamados de parceiros, possuem características semelhantes aos agregados, por isso foram atingidos semelhantemente pelas consequências da modernização. Eram em número de 39 em 1970 e 29 em 1975, segundo o censo.

Residem em terras de mato e recebem uma área, geralmente mata virgem, para cultivar à meia. Não há o compromisso de prestar serviços ao proprietário da terra. Não há vínculo empregatício. Recebem geralmente do proprietário os instrumentos de trabalho. Foram, juntamente com os

agregados, os desbravadores ou agregadores de novas áreas para a agricultura.

Os posseiros estabelecem-se em terras devolutas por própria conta. Não dependem de ninguém. Sobrevivem de biscates, empreitadas, e coleta de restos de trigo e soja nas restevas das granjas. Trabalham como diaristas quando surge oportunidade. Os que se localizam ao longo da represa de Passo Real, alimentam-se basicamente da pesca. Os posseiros num total de 40, em 1970, aumentaram para 171, em 1975 ⁴⁵ uma vez que a barragem desalojou a muitos agregados e meeiros mas não reassentou a todos. A própria barragem criou áreas desapropriadas mas não ocupadas pelas águas. Os posseiros são importantes para granjeiros e colonos uma vez que se constituem em mão-de-obra barata e disponível em qualquer eventualidade. Constituem uma reserva de força de trabalho, esporadicamente usada em época de colheita e planta. Suprem, muitas vezes, desfalques ocasionais de empregados de granja.

O operário rural, comumente empregado em granja, se caracteriza pela venda de seu trabalho em troca de um salário previamente estipulado. Normalmente possui carteira assinada e o contrato de trabalho é regido pelas leis trabalhistas, o que lhe garante um salário mínimo. Seu salário é livre, isto é, recebe além dele alimentação e um local para dormir. Os empregados com maiores responsabilidades nas granjas recebem alguma porcentagem sobre a colheita, o que representa um ganho sempre superior ao montante dos salários. Mas os ordenados com base no salário mínimo constituem a maioria dos vencimentos. As granjas constituem o maior mercado de trabalho no interior. Os empregados temporários diminuíram de 974 em 1960 para 811 em 1975. Os empregados em trabalhos permanentes aumentaram de 765 em 1960 para 1516 em 1975. A utilização do trabalho da mulher como empregada nas granjas aumentou de 27 em 1970 para 246 em 1975, segundo os censos. Isto demonstra que a tendência atual nas granjas é de pagar para a prestação de serviços específicos e especializados como cozinheira no caso da mulher, e no caso de homens, mecânicos, moto

ristas de caminhões e tratoristas. Os salários tendem a variar segundo a responsabilidade da função, embora a variação seja pequena. Os trabalhadores temporários, segundo o censo de 1975, eram em maior número entre abril a junho e outubro a dezembro, o que coincide com os períodos de plantio e colheita. Estes, também denominados de diaristas, não possuem carteira assinada, recebendo uma quantia em dinheiro previamente estipulada, segundo os dias de serviços prestados.

As relações atualmente existentes entre estes três grupos distintos são desenvolvidas de forma a fortalecer um tipo de dominação econômica capitalista. Neste sentido, os operários, enquanto classe, desunidos e enquanto pessoas, as mais carentes e necessitadas, submetem-se a prestação de serviços por salários considerados irrisórios. A maior oferta de mão-de-obra em relação a procura concorre para o aviltamento dos salários.

A não inclusão do comerciante no meio rural como uma categoria específica exige uma explicação. Os comerciantes com papel importante no período colonial, deram uma contribuição destacada no início do processo da modernização quando muitos deles transformaram-se em granjeiros. Entretanto, na função específica de comerciantes, tiveram sua influência diminuída com a modernização agrícola. Se antes representavam um local obrigatório de trocas de produtos, com as facilidades de acesso às cidades e atuação das cooperativas colocando postos de venda no interior, sua importância decaiu. O interior passou a ser atendido mais diretamente pelos centros urbanos, tanto para o abastecimento, como para a venda de seus produtos. A especialização na produção de trigo e soja facilitou as vendas dos produtos e a cooperativa dispensou o intermediário e o comerciante tradicional. Em seu lugar, provindos da cidade, invadem o interior os vendedores representantes de companhias de adubo, de tratores, implementos agrícolas, inseticidas etc, bem como compradores de soja representantes de multinacionais. Assim o comércio da cidade, que é prolongamento de outros centros, se prolonga no interior, desfazendo a impor

tância do comerciante tradicional que praticamente desapareceu. Subsiste ainda o "bolicho" ou a "venda", um local de passa tempo, provido de caça, cigarros e alguns produtos de primeira necessidade, procurado e frequentado basicamente por assalariados rurais e pequenos proprietários agrícolas. Dada sua inexpressividade no contexto sócio-econômico regional, a categoria comerciante rural no período da modernização agrícola não será analisada como um grupo representativo na atual situação. Restam pois os três grupos já mencionados.

2.3.3. As consequências da modernização para a região e grupos rurais.

Pretendo de uma forma sistematizada e resumida citar as principais implicações para as diferentes situações tendo em vista o que foi analisado anteriormente.

a) Consequências para a região.

- Como a região faz parte de um contexto maior, do qual depende, a modernização não foi unicamente uma opção regional mas se deu também em decorrência da dependência econômica de outros centros onde o Brasil se insere.

A "revolução verde", a política de produtos primários traçada para o Brasil, a substituição de importações, as facilidades para as multinacionais, possibilitou o avanço do capitalismo no campo. Desta forma, a modernização agrícola atingiu um grande avanço com a adoção de fertilizantes e defensivos químicos, com a tecnologia mecânica, em especial, com o motor a explosão empregado em grande escala. Esse tipo de desenvolvimento agrícola, se por um lado trouxe um significativo aumento da produção, por outro, criou vários efeitos negativos, entre outros: a) uma crescente dependência por que passa a atividade agrícola de grandes monopólios internacionais que estão em condições de dominar a produção de insumos químicos e mecânicos agravando-se os conflitos de interesses entre eles e os grupos rurais. b) O consumo de fertilizantes, defensivos e combustí

vel derivados de petróleo por parte da agricultura tornou-a extremamente dependente das fontes de energia fóssil. c) As grandes quantidades de insumos químicos que poluem e deterioram o solo e os super equipamentos mecânicos muitas vezes ociosos que foram induzidos por uma política de venda das corporações monopolistas encareceram sobretudo as atividades agrícolas ⁴⁶.

- A agricultura de trigo e soja, propiciou o surgimento de uma economia especializada, com inclinação para o mercado externo. Na medida das exportações, aumentaram as importações internas, ou seja, uma parcela sempre maior foi canalizada para fora do Estado e do País sob a forma de compras, desde máquinas e insumos agrícolas até automóveis e eletrodomésticos. Desta forma, transferiu-se a renda do campo para o setor urbano-industrial.

- Em função do modelo econômico, o Estado assiste ao surgimento de grandes transformações ou mudanças na estrutura agrária, na modernização dos métodos de trabalho, no sistema de crédito, nas culturas agrícolas, no uso da força de trabalho que trazem como conseqüências: a) êxodo rural e marginalização nas cidades; b) problemas sociais decorrentes do empobrecimento de colonos e assalariados; c) alta concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo.

- Com a perspectiva do lucro, acenado pela modernização, o desempenho de fazendeiros e granjeiros passa a caracterizar-se pela competição e ganância pelo lucro, pelo individualismo e por um inter-relacionamento que oprime os demais grupos rurais.

- Constata-se que o atual modelo econômico privilegia os granjeiros e fazendeiros, ocasiona um empobrecimento aos colonos e marginaliza o assalariado.

b) Conseqüências para granjeiros e fazendeiros

- O sistema de exploração do trabalho pelo capital, é reproduzido aqui pelos granjeiros e fazendeiros. Estes, possuidores de condições favorá

veis, fazem com que a acumulação de capital se concentre, dificultando o acesso à terra, via competição, aos demais grupos rurais.

- No atual modo de produção, os granjeiros e fazendeiros por disporem de capital e meios de trabalho, adquirem a força de trabalho dos assalariados, organizando assim as condições necessárias para produzir de forma economicamente lucrativa.

- Este grupo que dispõe de mais facilidades financeiras e de capital, na prática, determina as condições econômicas dos assalariados rurais e indiretamente as possibilidades de crescimento dos colonos.

- O grupo dominante no campo não só se utiliza da infra-estrutura econômica para se perpetuar, mas procura fortalecer-se através das super-estruturas como a jurídico-política, família e escola.

- Os capitalistas de outros centros consorciados com granjeiros e fazendeiros que, como agentes locais, possibilitaram e promoveram este modo de produção, foram os maiores beneficiários do processo de modernização.

c) Colonos

- Os colonos atraídos pelo crédito fácil, aderiram à mecanização agrícola. Sem condições reais, prensados entre as dívidas e a difícil situação para saná-las devido às frustrações de safras, ou venderam suas propriedades, transferindo-se para a cidade e outras regiões, ou tentaram superar os impasses permanecendo no campo.

- De um modo geral ocorreu um espobrecimento e indivíduo acentuado. Em função da monocultura e da frustração de safras, os colonos passam pela pior crise já enfrentada, a ponto de nem auxílios de emergência minorar satisfatoriamente sua situação, em 1979.

- A mecanização e monocultura alteraram profundamente o processo de trabalho dos colonos. Os que não possuem maquinário procuram alugar seus serviços. O controle de inços não é mais feito na maioria das lavouras através da enxada, mas através de herbicidas. A lavoura atual libera em

parte o colono para outras atividades.

- As dificuldades em expandir-se em novas áreas, devido o alto custo e a concorrência, fez com que parte dos colonos se transformasse em trabalhadores assalariados.

- Os órgãos reguladores de preços atuam no sentido de transferir a renda do campo para a indústria. As relações dos colonos com quem lhes fornece os insumos ou quem compra seus produtos faz com que se sintam num enclave: na entrada, as indústrias de cujos produtos dependem; na saída para o comércio de seus produtos, as multinacionais que controlam os preços. Quando os preços da venda dos produtos possibilitam lucro, este lucro é repassado na próxima safra às indústrias através do aumento excessivo dos preços de seus produtos.

- Com a substituição dos produtos básicos das colônias pela lavoura de exportação, ocorreu uma alta excessiva nos preços dos alimentos. Atualmente os colonos estão sendo estimulados pelas cooperativas a retomar as culturas de subsistência, o que é visto como uma alternativa de sobrevivência. A cooperativa do leite viabilizou uma nova alternativa econômica já adotada por muitos colonos.

- As diversas mudanças analisadas, exercem, em seu conjunto. efeitos como: maior influência dos centros urbanos na produção, venda e financiamento; perda da estabilidade ou da relativa invulnerabilidade ocasionada pela economia de subsistência; predomínio do dinheiro como mediador essencial; racionalização crescente da vida, despersonalização e formalismos legais e maior individualização.

- Os colonos, que no início vieram substituir o trabalho escravo na agricultura, criaram um espaço para a agricultura familiar baseada na pequena propriedade. Modificou-se assim a estrutura da sociedade vigente, alterando as relações de propriedade e dominação pelo fim do século XIX. O novo espaço para o pobre surgiu do interesse do rico que objetivava novas alternativas de reprodução ampliada do capital, especialmente por

parte dos fazendeiros. Contudo, posteriormente, pelo poder de acumulação dos colonos, estes como que fugiram do controle dos fazendeiros e muitos colonos com a modernização agrícola transformaram-se em granjeiros. Como tais, de oprimidos, transformaram-se em opressores não só dos assalariados como também dos demais colonos. Deste grupo de pequenos produtores capitalistas, muitos se transformaram em assalariados e outros continuam lutando para evitar a proletarização, apesar do estrangulamento de suas possibilidades de expansão.

d) Assalariados rurais

- Os modernos meios de comunicação e as facilidades de locomoção entrando no meio rural, juntamente com a máquina, criaram a ilusão da cidade, para onde se dirigiram premidos pelas circunstâncias, levando os assalariados rurais a procura de melhores condições de vida.
- A mecanização agrícola dispensando o trabalho braçal, não emprega muitas pessoas que antes da modernização encontravam no meio rural alguma forma de assalariamento. Em decorrência disto cresce o número de pessoas marginalizadas ao redor das cidades da região.
- O trabalho pioneiro de derrubada de matas, exercido também por meeiros e agregados, onde surgiam as roças que mais tarde eram incorporadas à área mecanizada, é agora feito por possantes tratores, dispensando o serviço braçal. Vale dizer que quanto maior for a mecanização menor será a necessidade de trabalho braçal.
- A valorização da terra desalojou posseiros que residiam em áreas, menos produtivas e antes abandonadas pelos proprietários.
- Em Cruz Alta segundo o censo de 1975 as despesas com salários representaram o menor gasto entre todos os itens de despesas na produção agrícola. Num total de despesas perfazendo Cr\$ 278.547.000,00, os gastos com salários foram de Cr\$ 14.358.000,00 o que representa 5% do total. A desvalorização dos salários acompanhando os reajustes oficiais, implicou em perda do poder aquisitivo.

- Com a especialização da produção agrícola, as granjas são produtoras especializadas de alimentos. Neste processo atividades com produtos de subsistência exercidas pelos assalariados, são abandonadas.
- Os assalariados de granja são protegidos pela Legislação Trabalhista, o que ocorre em menor grau com os peões de fazenda dada sua maior dependência.
- Dentre os grupos rurais, o mais explorado como grupo é o composto pelos assalariados rurais, o qual não encontra forma de se rearticular como grupo nem no sindicato, onde além da idéia negativa de assistencialismo, os interesses divergentes entre pequenos proprietários e assalariados impedem que se crie um espaço para refletir seus problemas. A divergência fundamenta-se na própria situação de cada grupo. Os pequenos proprietários podem eventualmente necessitar da mão-de-obra assalariada o que implica em relações de patrão e empregado.
- Este grupo, o que mais trabalha, é o mais carente de recursos. Percebe-se que neste sistema produtivo, quem trabalha não enriquece a si mas sim aos patrões que exploram a mais-valia.

NOTAS

- 1 Francisco OLIVEIRA, A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Seleções Cebrap 1, São Paulo, Ed. Brasiliense, 2ª Edição, 1976. p. 18-22.
- 2 Francisco OLIVEIRA e H.P. REICHSTUL, Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. In: SELEÇÕES CEBRAP IV, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977, p. 135.
- 3 Ibid., p. 136-7.
- 4 Cândido GRZYBOWSKI, O Trigo no Brasil. In: NOTES DU G.E.R.E.I. Paris, nº 2, set. 1977, p. 23.
- 5 Aristides M. GOMES, op. cit. p. 54.
- 6 Danilo LAZZAROTTO, op. cit. p. 55.
- 7 Paulo SCHILLING, Crise Econômica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Difusão de Cultura Técnica, 1961, p. 28.
- 8 Aristides M. GOMES, op. cit. p. 260.
- 9 L.M. FREITAS e A. DELFIM NETTO, O trigo no Brasil. São Paulo, Associação Comercial, 1960, p. 78.
- 10 Paulo SCHILLING, op. cit. p. 29.
- 11 Cândido GRZYBOWSKI, op. cit. p. 19.
- 12 Ibid., p. 19
- 13 Ibid., p. 21
- 14 Ibid., p. 23
- 15 Paulo SCHILLING, op. cit. p. 71.
- 16 Mário O. MARQUES, Capacitação de Recursos Humanos para o Setor Rural. In: Anais do I Seminário de Modernização de Empresa Rural. Ministério da Agricultura, SUPLAM, FGV, EIAP. v. 2, p. 264.
- 17 L.M. FREITAS e A. DELFIM NETTO. op. cit. p. 70

- 18 P.A.M. MOURA et alii, Considerações econômicas e estatísticas sobre o trigo. In: Informe Agropecuário. Belo Horizonte, EPAMIG, ano 5, nº 50 fev. 1979, p. 5.
- 19 Paulo SCHILLING, op. cit. p. 89.
- 20 Cândido GRZYBOWSKI, op. cit. p. 27.
- 21 Ibid., p. 26-28.
- 22 Mário O. MARQUES, op. cit. p. 263.
- 23 Ibid., p. 263.
- 24 Cândido GRZYBOWSKI, op. cit. p. 38.
- 25 A inclusão de Pejuçara deve-se ao fato deste município ter-se desmembrado de Cruz Alta em 1965. Como este desmembramento dificulta a comparação dos dados na década de 1970, na confecção da tabela no ano de 1970 foram integrados os dados de Cruz Alta e Pejuçara.
- 26 Cândido GRZYBOWSKI, op. cit. p. 30
- 27 F. ENGELS, Anti-Duhring. México, Gribaldo, 1964, p. 264.
- 28 R. STAVENHAGEN, Les Classes Sociales dans les Sociétés Agraires. Paris, Ed. Anthropos Paris, 1969, p. 97.
- 29 Dados extraídos de Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1975.
- 30 Ricardo ROSSATTO, Estrutura Fundiária do Rio Grande do Sul: Tendências. Univ. Fed. de Santa Maria, RS, 1978, p. 50-60. Mimeograf.
- 31 A.P. GUIMARÃES, O Complexo Agroindustrial. OPINIÃO, Rio de Janeiro, 21 nov. 1975, p. 4-5. Publicação na íntegra de conferência pronunciada no ciclo de debates realizado no Teatro Casa Grande no Rio de Janeiro em outubro de 1975.
- 32 O INTERIOR, Menos terra para a plantação de soja. Carazinho, RS, ano 5, nº 213, 22 dez. 1978, p. 11.
- 33 O INTERIOR, O custo da lavoura de soja. Carazinho, RS, ano 6, nº 241, 13 jul. 1979, p. 16.
- 34 CORREIO SERRANO, Sacola agrícola para multinacionais? Ijuí, RS, 8 jul. 1979, p. 17.

- 35 Cândido GRZYBOWSKI, op. cit. 32.
- 36 Ibid., p. 33-4.
- 37 Estes dados fornecidos pela Cotricruz, são sempre inferiores aos cen_{so}s por duas razões: a) As cooperativas não detem o controle absoluto de toda a produção. b) Não há a obrigatoriedade dos cooperativados en_{tr}egar os produtos à sua cooperativa.
- 38 Só a Cotrijuí em 1976 por este mecanismo de repasse atingiu 2.729 la_{vo}uras de trigo e soja. C. GRZYBOWSKI, op. cit. p. 34.
- 39 O COTRICRUZ, Caderno Especial do Trigo. Cruz Alta, RS, ano 3, n.^o 30, out. 1978. p. XII.
- 40 Cândido GRZYBOWSKI, op. cit. p. 40.
- 41 Ibid., p. 33
- 42 Ibid., p. 42
- 43 Caio Prado JUNIOR, A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 60.
- 44 Ibid., p. 63
- 45 Dados dos censos de 1970 e 1975.
- 46 A.P. GUIMARÃES, A segunda revolução agrícola. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, v.14 p. 147-8.

CAPÍTULO III

PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO ESTRUTURAL PELOS GRUPOS RURAIS

Neste terceiro capítulo que aborda a percepção da situação estrutural pelos grupos rurais, procuro essencialmente destacar as representações que os diferentes grupos rurais fazem do processo real em que vivem, quer como fruto de inculcação ideológica, quer como resultado da percepção e consciência grupal. Neste sentido procuro inicialmente introduzir sucintamente alguns elementos que ajudam a compreensão das percepções específicas e das dificuldades dos grupos em situar-se e compreender o processo de interação social em que vivem.

Conforme abordagem introdutória, o enfoque sobre ideologia destaca, entre outras coisas, que esta pode ser vista como "o conjunto de hábitos, costumes e tendências de reagir de uma determinada maneira", ou, em outros termos, conjunto de atitudes sociais e comportamentos perante o meio onde os indivíduos atuam. O meio é a matéria-prima que serve de base para a compreensão da realidade. Mas os fatos que se originam de uma base real e concreta, podem ser interpretados segundo determinada ótica e circunstância que obedece a interesses específicos. Assim as idéias da classe dominante, como predominantes que são, contagiam as classes dominadas. Na medida em que dominam como grupo e determinam uma época histórica em toda a sua plenitude, passam a regular a produção e distribuição das idéias de seu tempo. Através de diferentes mecanismos as idéias da classe dominante passam a ser as idéias do grupo dominado. É que o grupo dominante procura representar os seus interesses como sendo os interesses comuns de todos os grupos, isto é, dá às suas idéias a forma de universalidade, representando-as como as únicas razoáveis, as

únicas universalmente válidas. Para tanto este grupo não se apresenta como classe mas como representante de toda a sociedade ¹.

É neste processo que se desenvolve a consciência social. Esta não é apenas resultado de percepções individuais das pessoas, mas resulta da interação de pessoas, grupos, lideranças e da influência de diferentes situações e acontecimentos num contexto estrutural. Desta forma "não é a consciência do homem que determina sua maneira de ser; mas sua maneira de ser social que determina sua consciência" ². A ideologia enquanto um conjunto de representações determinadas da realidade pode implicar no desenvolvimento de uma falsa consciência. A criação de uma falsa consciência é útil para o grupo dominante numa situação de conflito ou mesmo para evitar uma situação de conflito. Digamos que a mudança de uma determinada situação vigente é do interesse do grupo Y mas não do grupo X. Então tudo o que possa desviar a consciência do grupo Y da compreensão de sua posição de inferioridade estrutural, será vantajoso para o grupo X. Estas proposições podem resultar em diferentes tipos de falsa consciência a ser desenvolvidas. Coulson destaca alguns: a) Diversões que atuam como válvula de segurança uma vez que facilitam o desvio da consciência social do problema estrutural. b) Pressões sobre os grupos para que as pessoas creiam que os problemas resultam de outras causas que não a estrutural. O desemprego ou as dificuldades econômicas são apresentadas como inadequações ou incapacidades pessoais, nunca como sendo causadas pelo sistema econômico capitalista. c) Pressões no sentido de apresentar as mudanças com consequências piores do que o estado vigente. O medo do desconhecido ou as experiências negativas são apresentadas como consequências inevitáveis de qualquer mudança. d) Pressões no sentido de apresentar a situação vigente como "inevitável", "enviada por Deus", "natural", e "correta". Procura-se fazer crer que a dominação deve ser vista como um mérito, uma vez que em troca oferecem a segurança.

Este esforço de falseamento de consciência é melhor sucedido se

um número considerável de membros do grupo Y passa a acreditar nos elementos da ideologia proposta pelo grupo X, interiorizando assim as normas do grupo dominante. Isto é facilitado se o grupo X controla o sistema de informação. Quanto mais a situação se aproxima do sistema proposto, menor será a necessidade de coação. Esta para ser efetiva e duradoura deverá progressivamente se transformar em direito, obediência e dever.

No entanto, os diferentes tipos de falsa consciência, não resultam necessariamente da tentativa consciente do grupo dominante para iludir um grupo subordinado. As vezes isto pode ocorrer, as vezes ocorre apenas parcialmente, as vezes uma situação baseada na coação se transforma em aceitação. Assim as frustrações de origem estrutural podem ser deslocadas da causa real para outros objetos ou atividades³.

A maneira como as pessoas vêem a sociedade em que vivem resulta da interação entre a estrutura e a consciência social, quer tenha sido esta mais ou menos falseada ou não. Esta consciência social que pode ser distorcida nas relações de conflito entre os grupos, pode ser causa do retardamento de mudanças e da desorganização de certos grupos.

Por outro lado o lugar de relevância que um indivíduo ocupa na estrutura social determina o horizonte de suas percepções. Nas relações sociais a seletividade perceptiva leva o indivíduo a "fechar os olhos" diante de certos problemas ou aspectos negativos e ver, não raro, segundo uma visão preconceituosa, o que não se coaduna com seu ponto de vista. As experiências passadas vividas e entendidas sob determinado ângulo devido a condicionamentos, geram uma disposição para responder de forma a fortalecer as atitudes e vivências previamente armazenadas ainda mais se forem gratificantes. Os condicionamentos sociais dificultam a procura de soluções alternativas e levam à rigidez perceptiva. Isto acarreta o estreitamento de horizontes e falsas interpretações da realidade. No próprio processo perceptivo que implica na organização dos dados que os sentidos fazem chegar até o cérebro, interferem diferentes

processos psicológicos que podem alterar a compreensão de um fenômeno perceptivo. Assim, as atitudes, os valores, as necessidades, os interesses, as tendenciosidades cognitivas, os estereótipos, as possíveis disfunções mentais, a atribuição diferencial de causalidade, acarretam mudanças na cognição social ⁴. Acarretam também dificuldades de localização na estrutura social e dificuldades de compreensão dos reais entraves e condicionamentos existentes. Enquanto o grupo dominado não possui canal próprio para o fortalecimento de determinadas percepções da realidade existencial, não haverá coesão e força suficientes para qualquer tomada de posição como grupo.

Foi destacado no segundo capítulo o processo de modernização que trouxe transformações e afetou a situação dos grupos sociais rurais. Foi visto também, as consequências deste processo para cada grupo, onde a história passada repercute na situação presente. Estes atores sociais, que possuem uma história própria, viveram e vivem em condições específicas, com possibilidades específicas de desempenho sócio-econômico.

Neste terceiro capítulo refiro-me à situação atual, onde há seca, diminuição do crédito agrícola, corte de subsídio ao calcáreo, maiores dificuldades de abrir novas fronteiras agrícolas, altas generalizadas nos preços de insumos agrícolas, combustíveis, equipamentos e máquinas, inflação, dívidas, perda do valor aquisitivo, enfim, uma situação de crise que já em 1977 se fazia anunciar com as frustrações de safras.

É neste período mais recente que foi feita a pesquisa onde se deu a caracterização das percepções dos grupos. Procurei pesquisar a caracterização e desempenho dos grupos, segundo a ótica dos próprios agentes sociais. Assim os grupos foram manifestando suas expectativas, a situação de vida dos diferentes agentes sociais rurais, as relações entre os grupos, as dificuldades e tensões existentes, enfim, a percepção de seu mundo com seus problemas em diversas facetas da realidade, desde como viam a própria modernização e as transformações ocorridas.

Para a realização desta pesquisa convivi com as diferentes reali

dades no meio rural em diversas oportunidades e situações, não só no dia-a-dia das pessoas, nos períodos de planta, entre-safra e colheita, mas também em situações especiais como festas, jogos, etc. Além da observação participante foram realizadas entrevistas sistemáticas com pessoas representativas de cada grupo. Nestas entrevistas feitas num clima de confiança e descontração, as pessoas eram solicitadas a se manifestar sobre como viam os demais grupos em diferentes situações.

A elaboração deste perfil, obedece a enfoques sobre granjeiros e fazendeiros, colonos e assalariados. Na medida do possível, procuro fazer os respectivos agentes assumir um papel ativo no decorrer da explanação. Ao mesmo tempo que os agentes se manifestam procuro tecer considerações de ordem estrutural, salientando aspectos considerados importantes tendo em vista a totalidade do trabalho.

3.1. Caracterização e desempenho de granjeiros e fazendeiros

O granjeiro visto por ele próprio é o que trabalha em lavoura mecanizada. Tem maquinário completo. Não depende como o colono de empréstimos de máquinas ou implementos. Administra a granja sem que pessoalmente necessite executar tarefas. Possui empregados. Entende que "administrar os negócios é mais vantajoso que remunerar dez empregados".

Pode-se perceber que o granjeiro ao se autodefinir como quem planta segundo uma tecnologia moderna, oculta interesses mais amplos como seja o de que planta para ganhar dinheiro e caso não consiga a acumulação desejada, vende e procura outra forma mais rentável de acumular, como capitalista que é. Ele se considera superior ao colono, tendo em vista, sua melhor situação econômica. Ao destacar o fato de ser um administrador, evidencia a organização empresarial e lucrativa da granja. Destaca, racionalizando, que enquanto administrador é mais útil que como trabalhador, pois sabe que é da administração inteligente dos negó

cios e da administração da mão-de-obra que depende seu lucro. Nesta divisão entre comandar e executar tarefas, evidencia também seu desejo de status.

Na pesquisa realizada, constatou-se que o granjeiro, na perspectiva do colono, é o que planta bastante. O que possui área maior de terra e dispõe de empregados e maquinário completo. Com estes elementos o colono define o granjeiro tendo por base a comparação com a própria situação.

Na perspectiva do assalariado, o granjeiro é o que planta muito. Tem mais máquina, trabalha com muito dinheiro e pode "justar" empregado. O granjeiro é visto pelo assalariado, como quem, em função do seu dinheiro, tem poder e condições de dar serviço.

O granjeiro foi o que teve atuação mais decisiva na atual estruturação do sistema agrário. Forçou e foi forçado a novos desempenhos para se adequar às novas exigências. Constitue-se no grupo mais empreendedor. O próprio tipo de trabalho, implica num constante recomeçar: conseguir financiamento, lavrar terras, gradear, plantar, colher e após seis meses repetir a operação. Trabalha-se sempre com pressa. Normalmente dia e noite em época de colheita e planta. A variável tempo é fundamental. O atraso de um dia por chuva ou estrago de máquina, pode representar prejuízos na colheita. O ritmo até violento de trabalho por parte dos assalariados, assombrava os fazendeiros no início. "Muitos empregados não resistem ao batente", afirma um granjeiro. Há épocas em que o trator com sua tosse roufenha de tuberculoso mecânico, só pára em função da troca de tratorista ou para ser abastecido. O trator neste contexto, é um fator técnico importante para a acumulação de capital. O homem passa a depender do trator. Se este pára, tudo pára. À noite, há luzes em todas as coxilhas. Chega a ser empolgante o afã com que se dedicam ao plantio e colheita; em especial se esta for abundante. É pois a perspectiva de lucro que gera tal empolgamento. Mas o próprio lucro gerado pelo assalariado, o distancia do patrão. Este por possuir as condi

ções necessárias e por objetivar sempre a maior acumulação, explora o operário que por não ter as condições indispensáveis de produzir, só lhe resta gerar divisas ao patrão.

Já o fazendeiro, "era uma classe em decadência", entendem os granjeiros. Estavam acomodados. A atividade na estância é pacata. Lá até pouco tempo assistia-se o lento crescimento da criação em condições rústicas, sem inovação no plantel ou nas pastagens. Mas recentemente, com a valorização da terra e do gado, mudou a mentalidade. Numa quadra de sesmaria (86 ha), onde criava-se em média 30 cabeças, com pastagem artificial passou-se a criar até 150 cabeças de gado. No início, os fazendeiros não permitiam que seus campos fossem lavrados, "porque estragava a terra". Mas observando as experiências exitosas, aos poucos alguns foram aderindo. Outros, arrendavam parte de suas terras ou a totalidade delas por ser mais lucrativo que criar. "Nos últimos dez anos foi uma coisa de louco como os fazendeiros se desfaziam do gado", afirma um fazendeiro, hoje granjeiro. Em função da maior rentabilidade, foram levados a plantar trigo e soja. Vê-se, assim, que os granjeiros modificaram atitudes e hábitos em função de um maior lucro acenado pela agricultura.

Hoje granjeiros e fazendeiros em sua maioria residem na cidade. Os que residem em vilas e distritos são os líderes do local. Possuem as melhores casas e não raro outras atividades comerciais atendidas por membros da família. Por que transferem-se para a cidade? Porque assim estão mais próximos dos bancos, das cooperativas, do comércio etc. "Pode-se atender com mais eficiência os negócios. A família fica mais bem assistida. Os filhos podem ter melhores colégios e prosseguir nos estudos". Além do mais as melhorias no meio rural são recentes. Agora há luz elétrica, televisão, geladeira enfim o mesmo conforto das cidades. Tudo era "penoso" até pouco tempo. Agora há melhores estradas e a condução facilita os deslocamentos. A presença na granja ou fazenda não precisa ser constante. Lá permanece um "capataz" que responde pelo granjei

ro ou fazendeiro em sua ausência.

Mas tudo isto implica em maiores custos. Serão realmente rentáveis as atividades na fazenda ou granja? A resposta dos proprietários é sim, desde que bem administradas. Para tanto se requer conhecimento no ramo, transmitido normalmente de pai para filho pelo convívio e experiência. Mas muitos filhos de granjeiros e fazendeiros são hoje veterinários ou agrônomos trabalhando em propriedades suas ou de seus pais, onde introduzem inovações segundo técnicas modernas. Atualmente, em função dos altos custos, é preciso muito controle e planejamento, entendem os granjeiros. Por isso, muitos se assessoram de economistas ou procuram na cidade os escritórios de contabilidade rural, hoje em voga.

Com o valor das terras e das máquinas agrícolas, há granjeiros possuidores de grandes capitais. Filhos de granjeiros, hoje, já iniciam a vida com verdadeiras fortunas. Um granjeiro, ex-comerciante, comenta que "em dez anos de comércio no meio rural não fiz metade do que consegui em quatro anos na granja, embora com boa parte de terra arrendada". "A granja dá dinheiro mas se corre grandes riscos. Devido as últimas frustrações de safras é raro alguém dispor de dinheiro atualmente". Quem não ingressou neste tipo de atividade há mais tempo, hoje é praticamente impossível ingressar. O preço de uma colhedeira auto-motriz, em 1973 era de 83.000,00 cruzeiros. Em 1980 está custando R\$ 1.300.000,00. "Adubo, tudo é uma loucura! Isto está dando medo; é como antes de 1964. Agora cada 15 dias falam em alta. Isto está dando medo", afirma um granjeiro.

Neste esquema o colono não pode competir com o granjeiro. Já fugiu de suas possibilidades a compra de terra. O fazendeiro raramente se expande. É mais fácil se desfazer que adquirir novas áreas. Normalmente o fazendeiro conserva o seu patrimônio até a partilha entre os herdeiros, quando começa o retalhamento da propriedade. Junto com a divisão, inicia-se a venda de áreas que, como tem acontecido nos últimos anos, são adquiridas pelos granjeiros. De fato, entendem estes ser a compra

de terra o melhor investimento. Aplicam secundariamente na aquisição de imóveis urbanos e enquanto aguardam a oportunidade de um bom negócio, põem o dinheiro a render juros. Para movimentar suas granjas e adquirir máquinas trabalham com financiamento do Banco do Brasil. O Pró-Agro, tipo de seguro que em caso de frustração de safra cobre até 80% das dívidas junto ao Banco, fez com que os granjeiros procurassem o máximo de financiamento junto aos Bancos.

As principais preocupações dos granjeiros são com os negócios. "Um passo certo numa certa altura pode modificar tudo". Bons negócios oportunizam lucro e o lucro dá status, dá melhores condições de competir, é altamente reforçante e, conseqüentemente, torna-se motivação dominante.

Os granjeiros como fazendeiros, interessam-se pela política, dão opiniões sobre outros problemas, andam cômicos de si mesmos e de "cabeça erguida". Sentem-se importantes. Andam bem vestidos, possuem as melhores casas da cidade, os carros mais modernos, gostam de sobressair. Participam dos melhores clubes, passam férias nas praias. Alguns possuem passatempos caros como cavalos de corrida, barcos de pesca a motor. Casos mais raros são os que possuem diversas áreas de terra e adquirem avião particular "para atender melhor as lavouras". São os novos ricos da região, mas constituem-se numa minoria.

Na verdade os granjeiros e fazendeiros formam o grupo que no sistema de produção capitalista consegue usufruir das oportunidades de acumulação oferecidas pelas novas perspectivas de expansão do mercado interno e externo, mesmo em período de crise. Frente às novas possibilidades, respondem de forma a intensificar a produção na perspectiva de grandes acumulações de capital.

Como é inerente ao sistema, este grupo quando se tornou hegemônico, devido o poder de concentração econômica, procurou aliar-se a outros grupos econômicos e políticos no sentido de se fortalecer e assim se impor aos demais. Neste sentido servem-se da Cooperativa, da FECOTRI

GO, do Sindicato de Produtores Rurais e FARSUL para se fortalecer politicamente junto aos centros de decisão. Desta forma, este grupo que detém o poder econômico passou também a deter o poder político. Assim tornou-se facilitada sua ação de pressionar e controlar as possibilidades de expansão econômica dos demais grupos.

3.2. Caracterização e desempenho dos colonos

Os colonos vistos pela sua própria ótica, possuem pouca área de terra. A mão-de-obra é basicamente familiar. As atividades agrícolas em muitos casos ainda são mais diversificadas; em outros casos possuem equipamentos modernos, como trator, etc e há grande dependência dos Bancos.

O granjeiro entende ser o colono aquele que trabalha em pouca terra ainda com métodos atrasados, com o pessoal da família. Pode dispor de máquina mas não se considera nem é considerado granjeiro. Fica mais em casa, em contacto com a terra. É chamado pejorativamente de "grosso". O termo colono, origina-se de colônia, área de terra que inicialmente os imigrantes europeus recebiam ao chegar nos locais de colonização.

Para o assalariado, colono é o que planta pouco, está pior equipado e tem poucas condições de pagar empregados.

Contudo, este perfil do colono é impreciso, pois colono representa a síntese de uma diversidade de situações. Há uma variada gama de situações específicas como tamanho da propriedade, número de filhos, localização da área, disposição para o trabalho e poupança, técnicas assimiladas, cultura, etnia etc. Estas situações alteram as condições específicas fazendo com que sob a denominação de colono haja uma diversidade de situações.

Os colonos mais antigos se percebiam no início como jogados à própria sorte, sem amparo nem raízes. Sentiam-se sozinhos e para vencer na vida contavam somente com o próprio esforço. Era preciso muito suor para conseguir alguma melhoria de vida. "Tudo era muito difícil, muito

diferente de hoje em dia" comentava um colono. Atualmente, dado as facilidades de financiamento e a mentalidade que invadiu as colônias, são poucos os que persistem com métodos tradicionais do trabalho. O boi, o arado e a enxada são vistos como coisas do passado. "Na enxada a gente se judiava muito". Um presidente de cooperativa comenta: "para fazer um colono sorrir, só com trator". Os que não o possuem arrendam seus serviços para preparo da terra e planta. Assim há menos "penosidade" para trabalhar na agricultura, entendem os colonos. Um deles afirma: "Hoje se trabalha sentado. O trator leva a gente. Se meus filhos fossem trabalhar com boi e enxada morreriam de fome. Da foicinha para a auto-motriz é muito "desparecido". Para voltar ao boi teriam que fazer limpeza do maquinário. Então eu ia trabalhar só para comer". O trator faz uma planta parelha; um serviço bem feito. Com boi é vagaroso, "não se faz uma planta que presta". O boi tem hora, ocupa espaço, trabalha o máximo oito horas por dia. Precisa trato, dá serviço e pouca renda. O boi já foi e sem deixar saudades. Só saudosismo. "O trabalho na agricultura da região será com trator elétrico antes do boi".

Nas pesquisas realizadas ficou claro que para o colono e principalmente para o granjeiro a mecanização agrícola é irreversível. As facilidades, a rapidez e o melhor serviço, depõem em favor da máquina. O fato de maior penosidade e desgaste físico no sistema anterior, é lembrado pelos colonos como coisa do passado.

Até a década de 1970 o colono era polivalente. Depois foi cativado pelo binômio: trigo-soja, o que representou uma alternativa ao empobrecimento. A história de Josias e Osvaldo é ilustrativa. Ambos possuíam 30 ha de terra em 1971. De suas propriedades extraíam tudo o que é possível na colônia. Criavam galinhas, porcos, duas vacas de leite, possuíam uma junta de bois. Viviam tranquilos com mesa farta, sem muitas preocupações. Em 1972 Josias decidiu plantar soja. Dava dinheiro, ouvira dizer e, não era tão trabalhoso como a roça de milho, que nunca o deixara rico. A inovação é condenada pelo vizinho, mas Josias põe em prática sua idéia. A colheita de soja dá lucro. Josias vai à cidade, com

pra uma televisão, um carro zero quilômetro e eletrifica sua propriedade. Osvaldo não acredita no que vê. Pode ser sorte. Melhor é continuar longe dos Bancos, sem muito dinheiro, mas também sem apertos. Em 1973, Josias prossegue, e tem sucesso na plantação da soja. Compra trator, colhedeira e até uma casa na cidade para onde a família se transfere em nome da vida boa e dos bons colégios para os filhos. Osvaldo já não critica mais o vizinho. Em 1974 passa a imitá-lo. É bem sucedido como os demais na colheita seguinte. Mas em 1977 sofre pela primeira vez os danos causados pela seca e conseqüente falta de produção. Eles endividados, arriscam tudo em nova tentativa. Mas uma segunda seca em 1978, uma terceira em 1979, os coloca em situação difícil como acontece com tantos outros.

Embora tenham aumentado seu capital, hoje "um monte de cacaria e ferro velho", estão sem dinheiro e, pior, endividados. "A agricultura beira à estatização com a dependência do crédito agrícola ao Banco do Brasil" ⁵. "Hoje nós somos escravos do banco" comentam os colonos. O presidente de uma cooperativa testemunhou o caso de um colono que começou a chorar quando na hora do acerto de contas não conseguiu nem sequer pagar suas dívidas junto à cooperativa.

A crise dos colonos ocupou manchetes nos jornais em 1978 e 1979. Eis algumas:

- "Paiol vazio, bolso furado. Exige-se urgente reformulação no modelo agrícola".
- "Há crise em todo o Estado. Ninguém segura o colono que, fuge, com fome".
- "Nos rostos tristes e magros, as marcas da crise do Rio Grande do Sul".
- "No desespero, a volta ao arado, à junta de bois, aos porcos, às galinhas e às hortas". ⁶

Em entrevistas com colonos, ouve-se expressões e depoimentos como:

- O minifúndio não tem mais condições de sobreviver, continuando as coisas como estão atualmente.

- A monocultura leva o produtor a gastar mais para poder manter a família, comprando os alimentos no supermercado da cidade.

- As facilidades de crédito liquidam o colono.

- Enquanto o preço da soja aumentou 12% em saco de 1977 para 1978, um trator aumentou 85%. (Soja em 1977 Cr\$ 191,60; trator Cr\$ 133.000,00. Soja em 1978 Cr\$ 213,60; trator Cr\$ 243.000,00).

- Há 20 anos quando casei, não tinha nada e em 4 anos consegui 43 ha de terra com o trabalho meu e de minha mulher. Hoje com 4 filhos, trabalhando junto conosco, acho que perderei os 43 ha e tenho um parque de ferro velho em casa.

Estas manchetes e depoimentos demonstram a falácia da política econômica que se implantou aos colonos da região. De produtores e supridores de grande parte de suas necessidades, foram transformados os colonos em consumidores equiparados aos dos centros urbanos. Aderindo à mecanização, foram forçados a adotar a monocultura, ficando totalmente à merce do resultado destas safras e do crédito. Como o trator exigia maior produtividade para seu pagamento, a propriedade toda foi transformada em área de trigo e soja na maioria dos casos. Como as atividades de subsistência foram supressas, ficaram na dependência de um único produto para tudo. Com as frustrações das colheitas, a situação se tornou insustentável. Foi quando ficou evidenciado a fragilidade de um sistema econômico organizado em função da concentração de bens e da dependência. Dependência não só da monocultura, mas, principalmente de uma organização econômica que transfere para outros grupos e outros centros os lucros gerados pelo colono. Ingressando num sistema produtivo controlado por grupos multinacionais, passaram a ser explorados tanto na compra de instrumentos de trabalho como na venda de seus produtos cujos preços não acompanhavam os aumentos de insumos e instrumentos agrícolas modernos. Este sistema econômico e a monocultura com frustrações sucessivas de safras, acarretou graves problemas para os colonos. Tão sérios, que

nem um auxílio de emergência conseguiu, em 1979, eliminar a fome e o medo de muitos colonos. As frustrações de safras aliadas a um sistema de exploração econômica, fizeram com que as histórias de colonos fortes, sadios e ricos pareça ser algo do passado. O agricultor minifundiário não se orgulha mais de sua situação. Longe vão os tempos em que havia fartura de vinho, salame e queijo em abundância. O porte indolente, passivo e pacato com dentes em falta, pés irreverentemente soltos em chinelos de borracha, calças mal remendadas, é hoje uma paisagem frequente não só entre os assalariados. Pior que o empobrecimento, é o estado de desalento dos colonos. Sentem-se tão dependentes, explorados e impotentes que parece que nada será capaz de devolver-lhes o entusiasmo. "Constituem hoje um verdadeiro exército de 'jecas tatus', que tônico algum, parece, poderá restituir a força e colocar num lugar de destaque na estrutura de nossa agricultura" ⁷. Esta visão deprimente do colono, embora chocante, é real em muitas regiões do Estado. Na região de Cruz Alta, a situação comumente encontrada, é mais alentadora entre descendentes de italianos e alemães.

A organização atual da agricultura cria um impasse no que diz respeito às atividades e ocupação do tempo dos colonos. Os que possuem trator só trabalham em época de planta e colheita. Muitos dos que não o possuem, arrendam seus serviços. É mais racional, eficiente, e a planta nasce parelha. Parece que a máquina aposentou compulsoriamente o colono. Há diferentes percepções do problema: "Quando se plantava milho todo o tempo era ocupado na lavoura. Com a soja o agricultor terminou com os porcos, vacas de leite, apesar de sobrar mais tempo. Isto que estamos fazendo é coisa 'pra grosso'", interpreta um colono. Outro situa o problema dentro do novo sistema produtivo: neste salto da carroça de boi para o avião a jato, parece que o colono sofre uma vertigem em seu equilíbrio íntimo: "é alguma coisa com o trator que deixa o homem preguiçoso; o gás da máquina, o barulho, não sei. Não sei em que ponto estamos; até o corpo muda. Duvido que alguém resista a sete aplicações de veneno" ... A quimificação da agricultura e a tecnificação, acontece

ram sem dar tempo de parar para pensar. Alguns possuem consciência do fenômeno: "a culpa não é do colono. Levaram ela pela mão. Ofereceram crédito, facilidades. Ele se atirou ao trator mesmo sem ter terra suficiente porque ouviu dizer que sem trator não há progresso. Podia capinar mas vai à cidade pagar caro pelo herbicida".

A ocorrência frequente de casos de suicídios, mortes, desavenças, conflitos familiares e distúrbios, leva a supor que são muitos os casos de colonos com desajustes psíquicos. Em muitos casos, as causas são atribuídas à nova forma de vida. O consumismo, o endividamento, as delusões de progresso, a piora nas condições de vida, as preocupações com os problemas familiares e a falta de perspectivas, parece que levam o colono a perder o gosto de viver. Não há entusiasmo ou crença em dias melhores. O mais que se observa são atividades rotineiras feitas no sentido de um descompromisso. A dedicação ao lazer ou à alienações alegres, como televisão, jogo de cartas, jogo de bochas, bolão, futebol, baile, bebida e mulher, ocorrem numa quase indiferença. Estas condutas visam transferir ou "esquecer" as preocupações fundamentais ligadas a situação estrutural como a falta de perspectivas econômicas. Na atual conjuntura, uma das preocupações básicas dos colonos é manterem-se como proprietários, ou seja, conseguir evitar a proletarização. Esta preocupação, manifesta no receio de endividamento, resulta da percepção do próprio empobrecimento constatado nos casos de vizinhos que venderam a propriedade e transferiram-se para a cidade a procura de novas alternativas como última forma de sobrevivência.

Pela pesquisa realizada, pode-se perceber que os colonos mostram-se mais solidários entre si em comparação com os granjeiros, em coisas de interesse imediato. É que necessitam um do outro. Há troca de serviços ou implementos agrícolas. Percebem que a tendência é diminuir em número e em área de terra, embora mais terra seja sua grande aspiração. Preocupam-se muito com a saúde, vista como o maior valor. Percebem que a falta de saúde levou muitos a perder tudo. A doença causa pânico, não tanto pela doença em si mas pelas possíveis consequências econômicas.

Aspiram um "progresso" entendido como passar bem na vida. A preocupação pela poupança persiste mais acentuadamente entre colonos de origem italiana. Em caso de alguma sobra de dinheiro, como não podem investir em compra de terra, fazem melhorias em suas propriedades ou adquirem terrenos na cidade onde, dependendo da situação e condições, constroem casa para os familiares. Assim vai se preparando a transferência para a cidade. Os colonos melhor situados economicamente, agora solicitados por novas necessidades de consumo, empenham-se em adquirir bens que representam status, como automóvel, casa na cidade, televisão e toda a sorte de eletrodomésticos. Constata-se assim o processo de diferenciação dos colonos.

A nível de perspectivas mais amplas, o céu continua cinzento. O colono em troca de um modernismo que resultou economicamente empobrecedor, sacrificou sua situação anterior de relativa independência econômica. "Acorrentado à monocultura, dependente de negócios que nunca entendeu, ele, ao se livrar dos intermediários domésticos caiu no jogo das multinacionais" ⁸. Há uma consciência vaga por parte de muitos que estão sendo submetidos a um sistema econômico desfavorável para sua situação, embora assumido com êxito pelos granjeiros. Reagem de forma individual quando pressionados e explorados economicamente. "Só gritam quando o sapato aperta", comenta o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Muitos percebem parcialmente os problemas, mas não possuem visão global da situação. Há grupos que refletem sistematicamente sua realidade. Estes possuem uma visão mais coerente. Percebem, por exemplo, que as relações, de um lado, com os possuidores de insumos necessários à lavoura, e de outro com os compradores de seus produtos, faz com que sejam estrangulados na medida em que tem pequeno poder econômico para enfrentar uma estrutura mais forte da qual dependem: o capital industrial e comercial.

Como vimos no primeiro capítulo, o colono que se estabeleceu no Estado, encontrou uma pequena abertura na estrutura das relações so

ciais para evoluir economicamente. As possibilidades econômicas oferecidas aos colonos foram em parte gerenciadas pelos próprios fazendeiros que assim visavam a reprodução ampliada do capital. As pequenas propriedades vistas como "uma concessão necessária dos grandes fazendeiros à presumíveis aspirações dos emigrantes"⁹, com o passar do tempo foram transformando-se e evoluindo. Muitos colonos pelo seu poder de acumulação fugiram como que ao controle e aos objetivos iniciais dos que promoveram a colonização. Foi assim que do grupo dos colonos surgiu a maior parte dos granjeiros, que equipararam-se em poder econômico aos fazendeiros.

Mas estes granjeiros não aliaram-se ao grupo de origem, os colonos, mas sim, ao grupo de maior poder econômico, os fazendeiros. Assim relacionados, passaram os granjeiros a pressionar economicamente os colonos por duas vias: a) Impedindo a estes de adquirir mais terra e se expandir uma vez que não podiam competir em capital com os granjeiros. b) Em situação de estrangulamento econômico, como na crise atual, vêem-se forçados a vender suas propriedades aos granjeiros. Assim, percebe-se que os colonos, enquanto grupo, não evoluíram economicamente de forma homogênea. Muitos foram marginalizados economicamente sendo que neste grupo, encontram-se situações extremas constituindo-se uns em empregadores e outros em empregados.

Os colonos que num contexto de modernização, diante de perspectivas de maiores lucros, optaram pela tecnificação da lavoura, também se encontram, como vimos, em situação economicamente difícil. As condições adversas de pouca terra, monocultura, altos custos, dependência de crédito, frustrações de safras, numa "conjuntura econômica" desfavorável, faz com que nova leva de colonos seja "engolida" pelos granjeiros e outros encontrem-se em situação de insolvência ou na eminência de proletarização.

Hoje, como alternativa, propõe-se a volta imediata à diversificação de culturas e volta-se a pensar na possibilidade de Reforma Agrária.

3.3. Caracterização e desempenho dos assalariados rurais

O operário rural se caracteriza pela venda de seu trabalho em troca de dinheiro ou produtos agrícolas. Normalmente possui carteira assinada e o contrato de trabalho é regido pelas leis trabalhistas, o que lhe garante um salário mínimo.

O termo "empregado" é o mais usado e preferido pelos assalariados. É atribuído ao trabalhador fixo que estabelece residência no local de trabalho. Já o termo "peão", é próprio do trabalhador de fazenda. Mas este termo é usado também na agricultura e atribuído aos diaristas, empreiteiros, safristas ou bóias-frias. A remuneração usual é em dinheiro. Estes não tem carteira de trabalho assinada.

O bom empregado, no entender dos trabalhadores assalariados, é o que procura fazer todo o serviço como o patrão quer e faz o serviço render.

Percebe-se assim que há a consciência entre os assalariados de que devem ser produtivos no sentido de dar lucro ao patrão. Os empregados não discutem o direito de mando do patrão. Achem que se ele paga tem direito de solicitar o desempenho de tarefas que bem entender. Os tipos de atividades a desempenhar não são especificados na hora do contrato. Apenas o empregador procura se inteirar das capacidades do empregado antes de contratá-lo.

Para o colono, é bom empregado o que tem boa vontade, sujeita-se às ordens recebidas e dá seguimento ao trabalho. Não deve ser vagaroso, desleixado ou "estourado".

Percebeu-se, pelas entrevistas e convivência com os colonos, que estes consideram importante o cumprimento das ordens, a obediência, a resignação, e atitudes de subordinação por parte dos empregados. Os colonos como os granjeiros manifestam-se satisfeitos quando os operários sentem-se agradecidos. Desta forma sentem-se tranquilos e fortalecidos

em sua atitude de exploração da mais valia.

O granjeiro considera um bom empregado o que tem conhecimento, sabe seu lugar e sua função, se interessa pelo trabalho e zela pelas máquinas. É importante que tenha determinação. O bom empregado acompanha o andamento do serviço, vê como está sendo feito e cumpre as ordens do patrão. Deve ser honesto e se preocupar com os interesses do patrão.

As diferenças na caracterização do empregado por parte de colonos e granjeiros prende-se às expectativas diferentes de desempenho. As atividades na granja exigem habilidades mais específicas que na colônia. São atividades que implicam em responsabilidade na operação de máquinas de grande valor. Mas o maior mercado de trabalho no interior são as granjas. Estas empregam em média uma pessoa por 120 ha.

Uma constatação óbvia por parte dos empregados é que "há mais em pregado que serviço". Perguntados se preferem ser empregados de granjeiros ou de colonos, entendem que os granjeiros tem mais condições e mais força para "ajudar". O colono raramente necessita de empregados. Quando isto ocorre é para atividades temporárias. Entre granja e fazenda, os assalariados preferem o trabalho da granja por ser essencialmente mecanizado e melhor remunerado. É mais estimulante e gratificante trabalhar com trator que a cavalo.

Entre as granjas há muita diferença de um proprietário para outro no tratamento, nas condições de trabalho e na remuneração. "Não há dois patrões iguais", opinam alguns assalariados. Há granjas onde não para empregado. São sugados ao máximo. Exige-se deles "entusiasmo, suor e sangue"; e quando esmorecem são mandados embora". A gente vê a experiência. Ajuda, faz o que pode, desgasta saúde, energia, mocidade e quando diminui o ritmo é jogado fora. Arranjam um mais novo. A gente é bagaço, chutado pra maloca". Há patrões que podem pagar melhor mas não o fazem. O empregado enriquece o patrão, as vezes o ajudou desde o início, mas o patrão não reconhece. O empregado permanece na mesma. Ao invés de receber uma mão do patrão, quando não serve mais é mandado embora. "O

empregado devia participar nos lucros", comenta um empregado.

Nesta caracterização do perfil ideológico do assalariado, evidencia-se como ele percebe e vive a exploração.

Os fazendeiros não se interessam por seus empregados. "Peão de fazenda é meio escravo", comenta um granjeiro. Por falta de outras oportunidades e preparo entendem os assalariados que sair da fazenda ainda seria pior. Alí encontram outras compensações como vínculos de amizade e apreço.

Os empregados de granja mais procurados são os solteiros. É menor o compromisso do patrão. Embora o casado pare mais no emprego, para o solteiro não precisa dar casa. Ajeita-se uma cama em qualquer galpão e pronto. O salário do solteiro é menor. Mas há necessidade de, ao menos, uma família residir na granja para fazer comida, lavar roupa, tomar conta e zelar pelos pertences do patrão.

Os empregados são unidos? Entendem eles que não. "Entre nós cada um limpa sua barra. Se arrumo um para vir trabalhar e faz uma coisa mal, fica ruim pra mim. Mas assim a gente só pensa pra gente". Cada qual vive a seu modo se defendendo como pode. Mas quem cria problemas dura pouco. Sabem vagamente que possuem direitos mas não sabem precisar. Mas quando sentem-se lesados recorrem à justiça do trabalho. A forma mais comum de reivindicar é mostrar sua insatisfação abandonando o emprego. Os aumentos surgem mais por iniciativa do empregador que por empenho do empregado. Muitos granjeiros valorizam seus empregados em função da responsabilidade do serviço. Se por um descuido qualquer ocorrer o estrago numa máquina, o prejuízo para o patrão é elevado.

"Precisávamos do trabalho, mas infelizmente este trabalho veio com pessoas. Compramos o trabalho mas eram gente. Daí o problema. Conviu-se com o empregado como pessoa não só como trabalhador. O trabalhador é humano; pode sofrer doença e precisa ser atendido. Como é pessoa come-se na mesma mesa, a mesma comida, na mesma hora. Quando há festa

ou churrasco todos participam. Paga-se bem, mas são selecionados. Assim sai mais barato. O que se paga a mais, ganha-se em produção e tranquilidade. Os brasileiros (negros), são muito instáveis. Parece que a mistura não deu certo. Os caboclos são muito acomodados. Na minha granja todos os empregados são de origem alemã e italiana. São os mais procurados por serem os mais responsáveis e persistentes".

Percebe-se que o granjeiro sente-se suficientemente forte para nem precisar ocultar que para ele o que interessa é a força de trabalho. Por isso afirma sem nenhuma vexação que esta "lamentavelmente vem com gente". Na verdade, o granjeiro ao comprar a força de trabalho usando-a segundo sua conveniência, transforma o trabalhador numa coisa, num objeto de uso.

Outro empregador entende que "a política agrária criou uma legislação complicadíssima. Complicou tanto que não se pode contratar um empregado. Para desfazer-se dele após um ano, a rescisão deve ser feita na junta do trabalho. Está-se dispensando gente que se podia ter e não se tem. O êxodo se dá muito em função daí. Depois, na justiça do trabalho o que o empregado disser é verdade; o que o patrão afirmar terá que provar".

O "problema" da justiça do trabalho, leva o Sindicato dos Empregadores Rurais a combatê-lo. Os empregadores procuram dar a entender que fazem um favor ao admitir o empregado. Desta forma estariam sendo cidadãos preocupados com os problemas sociais e até ajudariam a diminuir o êxodo rural. Sentem-se "traídos" e magoados quando precisam comparecer à justiça do trabalho.

Até pouco tempo, havia grande rotatividade entre os empregados rurais. Nem o empregado nem o empregador possuíam experiência. Os casos de justiça do trabalho eram diários. Muito empregadores começaram a se acautelar. Atualizaram-se nas leis, passaram a pagar melhor e selecionar seu pessoal. Isto concorreu para uma maior estabilidade. Por outro lado, os empregados foram percebendo que, com o aumento do custo de

vida e diminuição de oportunidades, a vida na cidade tornava-se mais difícil. Muitos entre os que abandonaram o campo em busca de melhores oportunidades, mostraram-se desiludidos. E como novas granjas já não surgiram para absorver mais pessoal, o emprego passou a rarear. Além do mais, o trabalho assalariado no interior, que em sua grande maioria era executado por pessoas sem preparo, foi exigindo uma melhor qualificação. Devido à motivos já descritos, elementos de descendência italiana e alemã passaram a procurar emprego no campo. Por razões de afinidade cultural com o patrão, "mais experiência e responsabilidade", tornaram-se os mais procurados. Tudo isto concorreu para um afunilamento de oportunidades, determinando na atualidade uma relativa estabilidade no emprego.

Quanto a remuneração, o empregado estaria satisfeito com a remuneração de seu trabalho? É uníssono por parte dos assalariados que o que ganham, mal dá para viver. Precisam ser melhor remunerados. Contudo entendem que "quem trabalha não enriquece". Fazem serviços desgastantes em época de planta e colheita. Trabalham dia e noite, até 16 horas por dia, no calor, no frio e na poeira. Lidam com venenos fortíssimos, sem preparo nem proteção, arriscando até a vida em muitos casos. Anualmente, não são raros os casos de morte por intoxicação na região e continuam frequentes os internamentos em estado grave. Nem mesmo este tipo de trabalho implica em melhor remuneração. Entre os melhores salários, em meados de 1979, a remuneração oscilava em torno de três a três mil e quinhentos cruzeiros sem incluir, em boa parte dos casos, cama e comida. Mas a base salarial mais adotada é o salário mínimo. Aos que assumem maiores responsabilidades, como o capataz de granja, em geral casado, é comum receber pequena porcentagem sobre a produção. "Os que se aclimatam e param no emprego, nestes casos, fazem algum futuro", entendem os granjeiros.

Os patrões observam que pouco adianta pagar melhor. "O dinheiro que ganham é todo gasto com cigarros, bebida e mulher. Para os solteiros

ros principalmente parece que o dinheiro queima". Segundo o ponto de vista dos granjeiros, os empregados não possuem qualquer planejamento ou perspectiva. Quando fazem alguma compra, esta se resume em roupas, remédios, calçados, revólver, espingarda, faca, rádio, toca-fitas e alguma mobília, no caso dos casados. Estes gastam ainda com o sustento da família. No período de euforia do automóvel muitos empregados, contagiados pelos patrões, compravam carros velhos fora de linha segundo suas posses. "O dia em que puder ter um carro sou gente"; mas foi mais uma desilusão para os empregados. Há os que, interiorizando a mentalidade do patrão, deixam o dinheiro a juros na mão do patrão. "Não adianta. Eu nasci para ser pobre. A cabeça não ajuda. Ovelha não é pra mato. Se soubesse me administrar não estaria aqui". Entretanto, pondera outro empregado: "Eu gostaria de ter um pedacinho de terra, ter a colocação da gente mas com o salário que a gente ganha é impossível. O salário de um ano integral não compra um hectare. Se desse não se encontraria onde comprar. Quem tem não vende e quer comprar mais".

Pelos dados revelados pela pesquisa, pode-se constatar que a estrutura produtiva capitalista introduzida no campo estabelece um tipo de relação de trabalho que, longe de promover o trabalhador, o torna mais dependente devido a exploração econômica de que é vítima. Comenta um patrão: "Se o empregado consegue economizar e investir, quando estiver bem ele vai embora". Deste modo o patrão revela como percebe o pagamento da força de trabalho, isto é, deve ser de tal ordem que reproduza o trabalhador vendedor da força de trabalho, sem lhe possibilitar outra alternativa.

Quando o patrão procura promover um bom relacionamento com o empregado, pela estrutura existente, o patrão espera com este relacionamento conseguir do assalariado uma maior produtividade. O comportamento do assalariado em relação ao patrão também é contraditório: se as vezes ele deseja sinceramente ser amigo e cooperar com o patrão, em outras vezes sente que não há reciprocidade e teme ser enganado e explorado. A

ênfase num bom relacionamento humano, embora superficial, compromete o empregado a estar bem com o patrão e por decorrência ser produtivo no trabalho. Entre os assalariados é comum um certo descontentamento, nunca explicitado. As relações são mistificadas. O patrão, quando está na granja, faz questão de ser igual, de realizar com eles algumas tarefas. Objetiva com isto mostrar que ele também "trabalha no pesado" e se tem alguma coisa é porque trabalhou. Mas há diferenças básicas na motivação e perspectivas.

Pela observação participante pude constatar relações de amizade, embora raras, entre patrões e empregados. Estes patrões mais amigos dos empregados, para economizar mão-de-obra, zelar mais de perto pelo seu capital, ou por hábito de trabalho, executam as mesmas tarefas que os assalariados. Estes patrões, prestando ajuda e favores a seus empregados, participando das mesmas dificuldades e tendo ao seu lado o empregado nas horas boas, procuram fazer crer que realmente estimam o empregado como pessoa. Desta forma não só encobrem a estrutura de dominação e exploração, como conquistam a confiança do empregado que passa até a dar proteção ao patrão em qualquer eventualidade. Assim o empregado torna-se mais participante e responsável nas tarefas da granja e há maior facilidade para atrair bons empregados quando isto se fizer necessário.

No trabalho, a função de tratorista é desempenhada por empregados que não possuem preparo especial. Aprendem por conta, observando os demais. Um capataz de granja observa: "Os que se saem bem e tem queda pra coisa, podem evoluir para a função de motorista de caminhão. Outros que se interessam pela parte mecânica, mais tarde, tentam a sorte em oficinas na cidade".

Com a modernização mudaram as condições de trabalho do dia para a noite. Tudo se tornou mais facilitado e criaram-se novos hábitos. Assim se expressa um granjeiro sobre o trabalho dos empregados: "Fora do trator, o trabalho braçal é visto como uma certa humilhação. Numa enxada ou numa foice o homem se termina". As mudanças do cavalo para o auto,

do arado do boi para o trator, da carroça para o caminhão, da foicinha para o auto-motriz, são bem vistas pelos empregados que vêem nelas melhores condições de trabalho. Estão já acostumados com o trator, assumindo até um ar de importância quando dirigem um trator novo.

Os assalariados casados, em geral, possuem famílias numerosas. Não fazem controle de natalidade como os granjeiros, fazendeiros e muitos colonos. Ressentem-se de que "a família não fica mais unida". Dispensam-se para ganhar a vida e poder sobreviver. Longe, encontram outros amigos, outras influências e "ficam diferentes de como foram criados. Há uma quebra no valor da família", na concepção dos empregados.

Percebe-se que os empregados vêem com pessimismo sua nova situação de vida em face da totalidade das transformações havidas. Antes havia mais fartura para o empregado e a família vivia em situação mais estável e unida. No sistema agrícola onde predominava o trabalho braçal, a situação do empregado era outra. Havia serviço para todos. O pai levava os filhos e as vezes a família inteira para a roça. O filho antes de ser uma boca a mais era visto como dois braços em potencial. "Quanto mais foice mais roçado", se dizia. Atualmente, o patrão não quer que o empregado tenha a sua roçinha, nem mesmo galinha porque "vão estragar o trigo do patrão". O trabalho em máquina exige menos gente, mais conhecimentos e o patrão "não arrisca deixar uma máquina de um milhão de cruzeiros nas mãos de um menor". Por isso o filho tem que sair a cata de outras oportunidades.

Percebeu-se que melhorar de vida é a aspiração básica do assalariado. Isto significa melhorar financeiramente. Gostariam, segundo depoimentos de empregados, de ter um pedaço de terra. Ter a colocação própria, não depender dos humores do patrão. Mas as perspectivas de concretizar estas aspirações são inexistentes. Pela pesquisa realizada, manifestam uma percepção de que o campo não lhes oferece meios razoáveis de vida, nem alternativas para sair desta situação. Procuram então a cidade como uma nova alternativa. Uma pesquisa de campo ¹⁰, destaca entre

os principais motivos atribuídos para a saída do meio rural: 1) A procura de melhores condições de vida. 2) A falta de terra. 3) O desemprego rural em consequência da mecanização. 4) Doenças e procura de assistência médica. 5) Educação para os filhos. Constatou-se entre os que optaram pela alternativa êxodo, que a expectativa de melhores condições de vida não se realizou. Constatou-se também na pesquisa feita que o maior contingente dos que se transferiram para a cidade foi composto por meeiros, posseiros, agregados e pequenos proprietários de terra que não conseguiram sobreviver no meio rural. As dificuldades de vida para o assalariado, quer no campo quer nas cidades, hoje cercadas por um cinturão de favelas, leva ao roubo e violência. O sistema de vida, que lhes é imposto, é violento e agressivo. Os assalariados parece que desesperaram de esperar. Constatam que não lhes resta mais alternativas nem ilusões. Percebem que o próprio trabalho torna-se difícil.

Embora em função do aumento das granjas tenha ocorrido um relativo aumento no número de empregados rurais, diminuíram as oportunidades de trabalho na cidade devido ao fechamento, em grande número, de pequenas fábricas. No atual modelo, que privilegia os grandes grupos, os colônos estão se proletarizando e o operariado rural e urbano partindo para soluções de desespero.

Atualmente os posseiros, os meeiros e os agregados estão em condições precárias, lutando contra a fome. "Sobrevivemos de teimosos", afirmam. Porque não recorrem à alternativa do êxodo, a exemplo de outros tantos que estavam na mesma situação? Argumentam que este é seu mundo; ali foram criados, é disto que entendem. "Somos parte desta terra e ela faz parte de nós". Apesar das pressões para desocupar uma nesga de terra, um posseiro desabafa: "Para a cidade eu não vou. Lá não dá para criar galinha que é a riqueza do pobre".

Não se confirmam as afirmações do presidente de uma indústria multinacional de tratores de que de qualquer jeito eles iriam para a cidade uma vez que no interior a situação é precária e não atrai ¹¹. Muí

tas pessoas, embora na cidade, prefeririam o campo se ali houvesse condições razoáveis de vida. Outros, embora sem condições, permanecem no campo. Não se confirmam também as afirmações da mesma fonte de que a mecanização não promove o êxodo rural. Ao contrário, apesar do relativo aumento no número de empregados, devido principalmente a abertura de novas granjas, em todas as cidades da região onde se implantou o mesmo modelo técnico na agricultura, constata-se um aumento de vilas e favelas ao redor das cidades, compostas basicamente por pessoas provenientes do meio rural. As estatísticas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cruz Alta, revelam que, em média, nos últimos anos, 100 famílias anualmente transferem-se para a cidade e 25 para outras regiões.

Pela análise da situação dos assalariados percebe-se que no sistema capitalista, quem tem mais, pode mais e domina melhor. Neste contexto, o assalariado desprovido de organização e poder está a mercê de um sistema econômico voltado para a exploração da mão-de-obra. Esta exploração para tornar-se eficiente e duradoura serve-se de mecanismos de mascaramento da realidade, de inculcação de falsas percepções e da formação de falsas consciências. Apesar destes mecanismos mais ou menos conscientes entre os dominadores, os dominados, que vivem uma realidade cada vez mais adversa, passam a perceber, ainda que de forma desarticulada e vaga, que sua situação está piorando, enquanto a situação de outros como granjeiros e fazendeiros continua de boa para melhor. É do conhecimento do assalariado que quem trabalha não enriquece. Apenas sobrevive. O granjeiro e fazendeiro, por exemplo, que estão em condições de remunerar melhor, são os que mais relutam em pagar o mínimo estabelecido em lei. Por isso, em especial os granjeiros, frequentemente estão envolvidos com problemas de justiça do trabalho.

Nas relações de trabalho, o trabalhador é transformado numa coisa, tratado e manejado como uma coisa, já que as "relações humanas" ali estabelecidas, são desumanas uma vez que são relações coisificadas e alienadas. Tão coisificadas que o capitalista, ao comprar a força de

trabalho, a usa como lhe convém. Como esta não se acha separada do trabalhador, adquire de fato o trabalhador.

3.4. Como os diferentes grupos percebem os conflitos e tensões

A reestruturação do sistema agrário, com o avanço do capitalismo no campo, alterou a composição anterior dos grupos e suas relações. O surgimento do grupo dos granjeiros, o gradativo desaparecimento no meio rural da figura tradicional do comerciante, a nova organização nas condições de trabalho etc, acarretaram entre outras coisas, espaços novos, novas exigências e novos desempenhos. Como já vimos, no segundo capítulo, as relações que se estabeleceram nesta nova organização dos grupos rurais, resta, como objeto da presente abordagem, a análise de como são percebidos os conflitos e tensões existentes.

As contradições existentes entre os grupos podem ser percebidas sob ângulos diferentes. Podem mesmo ser ocultadas ou não ser sentidas por um determinado grupo. Mas isto não equivale a dizer que não existam. Não é porque os granjeiros deixam de falar na exploração que ela deixa de existir.

Os problemas, embora comuns a cada grupo e originados no mesmo contexto estrutural, apresentam-se muitas vezes na pluralidade e diversidade de situações, como problemas individuais. A ideologia, apesar da realidade comum, quer fazer crer que cada um vive um mundo muito pessoal e único. Por isso, os problemas são ocultados e não afloram via de regra no relacionamento formal. Neste relacionamento formal, embora seja comum o contato superficial do "tudo bem", as pessoas procuram naturalmente "o seu lugar", entre as pessoas da mesma classe social. A própria situação de vida de cada grupo leva as pessoas a procurar os relacionamentos e convivências onde há afinidades de interesses, problemas, perspectivas e formas próprias de comportamento. As diferenças entre os

grupos, são mais acentuadas nos últimos anos, que, há uma década atrás. Embora no convívio social aparente se diga que todos se comprimentam e se respeitam, percebe-se que quando se trata de defender o próprio interesse, os conflitos ocorrem até mesmo entre pessoas da mesma família. O individualismo, fruto da forma de produção do sistema capitalista, leva a expressões como estas: "O relacionamento entre os agricultores é superficial. Falta união entre os agricultores. É cada um por si, defendendo o próprio interesse".

São os granjeiros e fazendeiros, os que a nível de interesse "falam a mesma linguagem". Eles exercem efetivamente a dominação sobre os demais grupos. São eles os responsáveis pelo antagonismo fundamental: o sistema de produção que está organizado para seu benefício, possibilita-lhes grandes acumulações. O lucro permite que os granjeiros e fazendeiros mantenham sob controle, as condições de vida e sobrevivência de outros grupos, como por exemplo, os assalariados. O sistema de acumulação faz com que se concentre ainda mais a riqueza e se estrangulem as perspectivas de melhores condições de vida para colonos e assalariados rurais. Estes últimos que dependem totalmente de granjeiros e fazendeiros, revelam nas próprias condições de vida as dimensões em que são explorados. A idéia de injustiça social é aguçada se compararmos a riqueza de uns, gerada por quem vive na pobreza.

As dificuldades de sobrevivência não atingem unicamente os assalariados como vimos no estudo da situação dos colonos. Até há algum tempo era raro uma pessoa de origem italiana e alemã trabalhar como empregado no campo. Atualmente é comum. Isto é: muitos colonos não conseguiram fugir da proletarização. A mecanização num sistema que por si só favorece a concentração, aumentou as dificuldades para a autonomia de muitos colonos. Os interesses opostos entre granjeiros e colonos pela posse da terra ou de mais terra, gera conflitos de interesses. A posse de terra é vista por todos os grupos como uma condição básica e essencial no meio rural para evoluir economicamente e melhorar a qualidade de vi

da. Mas na medida em que um grupo apenas se capacita à adquirí-la, este grupo frustra as aspirações dos demais que concretamente estão alijados da competição pela posse da terra. A lógica do sistema capitalista aparece clara: se a terra é um bem, um valor, deve-se lutar para acumular e ter condições de adquirí-la. Não são levados em conta os prejuízos sociais da acumulação. Segundo um colono, sintetizando o pensamento comum, "é a lei de quem pode mais chora menos".

Os colonos que tentaram apropriar-se de tecnologia e crédito sem as condições adequadas, como terra suficiente, estão, como já vimos, em situação de insolvência. Nestes casos, como há o limite do crédito bancário, alguns colonos para se livrar das dívidas, vendem tudo e transferem-se para a cidade. Os granjeiros aguardam a situação de quase desespero do colono quando este "tem que vender por qualquer preço". O temor de muitos colonos é cair em tal situação. Temem um dia vir a ser empregados urbanos o que "seria um crime, um atentado, forçar um homem de campo a se deslocar para a cidade sem o devido preparo", afirma o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cruz Alta. Estas situações de "becos sem saída", se dão em grande número. Os colonos, por sua vez, reagem de forma desarticulada por exemplo: "O grande produtor está terminando com o pequeno e o pequeno produtor está indo para as favelas à beira das cidades". "Os granjeiros são os novos ladrões da agricultura. O que aconteceu com eles em função do adubo papel? Nós estamos arrependidos de não ter feito o mesmo, pois estamos sofrendo as consequências pelos desvios que eles fizeram".

Alguns granjeiros procuram desfazer a idéia de exploração ou de que agem por maldade. "Se nós não agirmos assim, seremos nós os que se transformam em assalariados". Na verdade, estão agindo segundo as regras de um sistema econômico que está sendo visto como "capitalismo selvagem" por membros do governo e como um "sistema pecaminoso", por membros do clero 12.

O granjeiro, o maior beneficiado no atual sistema, se coloca co

mo o modelo a ser seguido. Para ele o sistema é bom pois possibilitou-lhes melhorias efetivas. Por isso o modelo deve ser seguido. Como efeito demonstrativo, cabe a ele empolgar os outros grupos. Sua influência é exercida neste sentido. Um dia, com muito esforço, outros poderão estar tão bem quanto ele. Enquanto isto mais pessoas se desfarão de suas terras e maior será a herança que deixará para seus filhos, devido seu poder de acumulação. Isto como vimos ocorre não por maldade mas por incorporar a filosofia vigente no atual sistema produtivo. Nesta filosofia, os empregados são instrumentos de produção do lucro, utilizados no sentido da maior concentração de bens. Serve para elucidar o problema o conflito ocorrido entre a Igreja de Cruz Alta e os grandes proprietários rurais. Tudo teve início com o discurso de boas vindas proferido por um sacerdote ao novo bispo de Cruz Alta: "... O Bispo encontrará famílias ricas mas gananciosas e homens individualistas que tem o poder de decisão em suas mãos; verá granjas de soja e trigo que mantem muitos peões escravos, e muitos homens sem terra ao seu redor" 13. O Sindicato dos Produtores Rurais, sentiu-se atingido e reagiu, na voz de seu presidente, afirmando, entre outras coisas, que se estava fomentando a discórdia e a desconfiança. Mas a afirmação básica não foi refutada. A polêmica clarificou a situação. Serviu como o divisor de águas. Ficou claro também que qualquer trabalho objetivando explicitar as contradições, apontando para problemas existentes, não é bem visto pelos granjeiros, fazendeiros e elite dominante.

O advogado contratado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais para prestar assistência aos associados, em 1978, atendeu 1.095 casos, em grande parte, problemas de justiça do trabalho.

O consumo exagerado de bebidas alcoólicas pelo assalariado, a agressividade manifesta nos momentos de menor controle, espelham o grau de revolta latente. O folclorista cruzaltense Rubens Dario Soares, em sua sensibilidade de poeta, mostra sua revolta que é compartilhada pelos trabalhadores assalariados do meio rural nestes versos:

"... No fundo dos rincões, olhar parado,
 o índio pobre, centauro denodado
 vai curtindo miséria junto aos filhos!
 - e, aguarda o fim que se aproxima,
 olhos mirando essa coxilha acima
 com um caudal de lágrimas nos cílios! ...

E, despilchado, a vagar na indecisão
 com a alma a sangrar, e o coração
 estropiado por tanta iniquidade!
 - nem o rancho sequer lhe foi poupado,
 pois outro dia, um trator endiabrado
 o derrubou também... QUE CRUELDADE! ..."

O desencanto e até revolta tem início já na mutilação das paisagens, ocasionadas pelos tratores, o que é associado ao rápido empobrecimento ocorrido. Sentem que desta transformação e riqueza os assalariados não participam. Assim como é verdade o caso do "trator endiabrado", pode-se também constatar a pobreza e a miséria existentes. "Não há dinheiro para comprar leite em pó", lamentam-se esposas de assalariados. Assim as crianças, para que cessem o choro, recebem chimarrão.

Mas os granjeiros percebem a situação diferentemente. Entendem que a vida de um modo geral melhorou para todos. É só querer e ter força de vontade para progredir. "No meio rural tudo melhorou. Regularizou-se a situação, não há mais o incômodo dos posseiros". Mas há o incômodo do acerto de contas. Em acertos de contas entre patrões e empregados já registraram-se muitas brigas, ocorrendo casos de ferimentos. É um dia de dor de cabeça para o patrão. Há granjeiros que já anteriormente procuram conseguir a assinatura do emprego em branco, para posteriormente preencher da forma mais conveniente. Exploram assim a boa fé e a confiança do assalariado.

Mas para minorar as tensões e agruras promove-se, em certas épocas

cas, um churrasco na granja. Objetiva premiar o esforço dispendido na colheita ou planta e "confraternizar".

Tanto o fazendeiro como granjeiro, em seu relacionamento com os empregados, dão grande ênfase à saudação. A super-valorização de certos gestos naturais entre pessoas, objetiva ressaltar a "humildade", "bondade" e a "camaradagem" do patrão. A melhoria da situação do empregado não interessa ao patrão. Quando, por exemplo, surge a oportunidade para fazer curso de operador de máquina ou curso semelhante, os patrões não mandam os empregados com receio de que estes peçam aumento ou aconteça de outro granjeiro "roubar" o empregado, oferecendo mais por seus serviços.

Uma expressão é significativa: "Eu posso me permitir certas liberdades com meus empregados porque eles são educados: sabem qual é o seu lugar, ficam na sua posição".

Qual a posição dos empregados? A que o próprio patrão lhes impôs e foi consagrada pelo contexto social. Assim a situação do escravo para o peão ou assalariado mudou pouco porque em ambos os casos, não se lhes deu condições de exercer o status de cidadão. Ambos não tiveram chances econômicas para assumir plenamente sua cidadania. Desempenharam e desempenham seus papéis segundo as expectativas e o local de relevância que lhes foi destinado. Embora se afirme que o assalariado é um trabalhador livre, na prática, ele só é "livre" para se adequar às expectativas existentes.

Neste contexto é oportuno desmistificar as relações entre fazendeiros e peões. Estas relações originam-se no período da escravatura. O estancieiro, no ponto de vista de seus afins, foi forjado ou nas lutas à peito descoberto, usando a lança e o cavalo, ou nas lidas violentas do campo. Formou um caráter altivo, enérgico, mas acolhedor. Entendem eles, que habituaram-se a tratar os soldados e peões como companheiros e amigos. Na estância, afirmam os fazendeiros antigos, intercalado ao

trabalho duro, havia momentos de alegria e descontração onde todos participavam. As atividades na fazenda eram alegres e envolventes. Um fazendeiro e escritor relata:

"Não havia cenas de barbarismos, banditismo, nem espancamentos ou misérias. O peão da estância, o posteiro ou o agregado, foram sempre "índios" altivos, francos e livres, tanto que os patrões não necessitavam de armas para dirigir vinte ou mais peões. Em trabalhos rigorosos, dormiam no meio deles, até debaixo duma árvore de campo, tomavam mate e churrasqueavam juntos. Até mesmo em época de cativeiro, o estancieiro era brando e generoso com seus cativos. Tanto que na Revolução Farroupilha, forças de ambos os lados, ao passarem por fazendas de contrários, convidavam os negros para os acompanhar, com promessas de liberdade e do sôldo e geralmente, os cativos não abandonavam o "sinhô" ... Quando levados presos, na primeira oportunidade retornavam" 14.

Esta visão da generosidade do patrão e apreço do peão, não é compartilhada por outros escritores como Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário, estes ao relatar fatos de estâncias, ressaltam aspectos de crueldade de um estancieiro, de explorações de moças, filhas de capataz, posteiro ou peão, pelos moços, filhos do patrão, da miséria da família do agregado refugiando-se na cidade como marginal e que forçado pela fome dos filhos roubava ovelhas do próprio ex-patrão.

Se no entender de Aristides de Moraes Gomes, falecido em 1965, "estes eram casos esporádicos que aconteciam também na cidade", hoje não se pode mais dizer o mesmo, isto é, são casos frequentes. É uma constatação popular que o fazendeiro explora seus subalternos. "Em região de fazendeiro ou se é rico ou se é pobre".

Mas se a relação patrão - escravo já era questionada pois há quem afirme que o negro chorou quando foi libertado, este questionamento pode ser encaminhado na ótica da ideologia. Se o fazendeiro explora o peão, por outro lado, cria outras formas de pagamento. O patrão é o seu compadre. Seu filho ganha presentes. Quando necessita de algo recorre ao patrão. Ganha do fazendeiro dinheiro para ir à festa. Recebe de presente um par de botas no ano novo. Em época de marcação um terneiro

recebe a sua marca, embora acabe sendo "vendido" ao patrão. Como a criança que teme perder o apreço do pai, sente-se magoado e ofendido quando o patrão o repreende. A dependência cultural e afetiva acarreta marcas profundas. Os presentes fazem parte dos mecanismos que ajudam a tornar possível e viável a exploração. Na percepção do peão, aparecem como ligados à bondade e humanidade do patrão. Cria-se assim a ilusão da igualdade e dificulta-se a formação de consciência de classe do peão.

O granjeiro também tenta mostrar que sua remuneração é condigna. Por ser um patrão como o fazendeiro, também assimilou formas de legitimar a exploração. Faz isto para assegurar o mecanismo básico da extração da mais valia. Este mecanismo é tão forte que não raro o empregado não percebe que está sendo explorado e iludido. Os granjeiros e fazendeiros qual mágicos, desenvolveram a habilidade de iludir e ainda ser reverenciados. No uso de mecanismos que tornam viáveis a exploração, os granjeiros também são compadres dos empregados, dão presentes, fazem visitas e até vão tomar chimarrão na casa dos empregados. Mas há uma diferença: embora de uma forma desconexa e às vezes com atitudes tempestivas, o assalariado rural reivindica do granjeiro seus direitos. Já o peão de fazenda não o faz.

O que determina tal diferença de atitude? Há várias razões: a relação de trabalho na granja, é uma forma de extração capitalista mais avançada. O mercado de trabalho é mais organizado. O trabalhador não se sente ligado a nenhum patrão. Se sente um vendedor da força de trabalho. O peão de fazenda por sua vez se sente empregado com expectativas já estabelecidas. Possui toda uma tradição de dependência, laços afetivos e respeito ao patrão. Vive uma vida pacata quase monótona. Mora na fazenda onde se sente estabilizado. Está disperso e isolado dos demais. Não possui uma tradição de independência. Ao contrário, suas raízes remontam à escravatura, onde as relações de dominação eram absolutas.

O assalariado de granja, em alguns casos, já foi proprietário e quando reivindica o faz movido por um desejo de justiça e liberdade que

conheceu. Mesmo não sendo atendido pouco tem a perder, tendo em vista sua situação. Além disto, aprendeu desde cedo a fazer a própria vida. Conhece muitos ambientes e realidades. Vê nos pais, apesar do trabalho, a experiência amarga da pobreza. A proximidade do barraco do vizinho mais que as conversas, ajuda a revelar a própria miséria. O ritmo desgastante do trabalho na granja, a importância atribuída a sua função operando com grandes capitais, tudo isto contribue para dar ao assalariado rural uma maior consciência.

A consciência das contradições só não se aguça porque o desenvolvimento de uma falsa consciência a cargo da ideologia, as percepções diferenciadas da realidade e a organização política propensa a repressão, impedem outras formas de posicionamento. Desta forma, "tudo está no seu lugar, as coisas se desenvolvem como devem, a ordem natural das coisas é esta".

Com as diversas justificativas devidamente racionalizadas e valorizadas, os patrões não sofrem sentimentos de culpa, considerando-se líderes realizadores e construtivos que proporcionaram generosas oportunidades aos menos capazes, tudo de acordo com as condições econômicas do sistema capitalista simplesmente inviável sem as gratificações reforçantes do lucro e da mais valia.

NOTAS

- 1 K. MARX e F. ENGELS, A Ideologia Alemã e outros escritos. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965 p. 45-6.
- 2 K. MARX In M.O. MARQUES, Sociologia Geral. Ijuí, Fidene, 1974 p. 13.
- 3 M. COULSON e D. RIDDELL, Introdução Crítica à Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 5ª ed., 1979 p. 114-20.
- 4 A. RODRIGUES, Psicologia Social. Petropolis, Ed. Vozes, 1972 p. 222-35.
- 5 C.A. KOLOCZA, O colono ainda ama a terra? Zero Hora, Porto Alegre 19 abr. 1979, p. 29.
- 6 ZERO HORA, A crise dos colonos. Caderno Especial, Porto Alegre 15 jul. 1979 p. I-XI
- 7 Ibid., p. X
- 8 ZERO HORA, A crise dos colonos. op. cit, p. III
- 9 J.T. SANTOS, Os colonos do Vinho. São Paulo, Hucitec, 1978. p. XI.
- 10 Pesquisa de campo realizada na região pelo Prof. Nelson Batista Jochims da FIDENE em 1979.
- 11 J. ENGELBRECHT, Tratores Movidos a Álcool? O Interior. Carazinho, RS, 20 jul. 1979 p. 14.
- 12 FOLHA DE S. PAULO, Nosso regime é pecaminoso diz D. Aloísio. Ano 59, São Paulo, quinta-feira, 4 dez. 1980 p. 1.
- 13 J.A:D. COSTA, As boas vindas ao bispo. Diário Serrano. Cruz Alta, RS, n. 9.916, 12 out. 1976 p. 2.
- 14 A.M. GOMES, Fundação e Evolução das Estâncias Serranas. Cruz Alta, Ed. Dal Forno, 1966 p. 205-6.

CAPÍTULO IV

O SIGNIFICADO DA ESCOLA PARA OS GRUPOS RURAIS NUM CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA

O trabalho que ora desenvolvo, teve início com a formação da estrutura agrária de Cruz Alta, na qual mereceu especial destaque os agentes sociais da conquista e ocupação do espaço agrário, desde a contribuição dos índios, negros e a formação dos latifúndios pastoris pelos portugueses, até o período de estagnação dos minifúndios agrícolas dos colonos.

Analisei a seguir, o processo de modernização agrícola em Cruz Alta, processo este, que implicou na transformação e modernização da estrutura produtiva, e as influências nas relações entre os grupos agrários, isto é, o modo como se relacionam, se organizam, vivem e percebem a sua situação estrutural, os diferentes agentes sociais do meio rural de Cruz Alta.

Com bases nestas análises e percepções, resta caracterizar a instituição escolar, uma vez que ela foi percebida pelos grupos rurais como uma alternativa viável de ascensão social. Na medida que o sistema fechou as possibilidades de evolução via aquisição de terra para colonos e assalariados, restou a escola como última alternativa para estes grupos melhorar sua situação de vida. Por isso, já que não podem mais dar terra aos filhos, os colonos, especialmente, se preocupam em dar educação. Assim é tarefa deste capítulo, não só situar o desempenho do ensino formal num contexto de reestruturação agrária, mas destacar as expectativas, as funções e papéis atribuídos à escola segundo às percepções dos diferen

tes grupos rurais.

O tipo de abordagem que farei me leva pois a considerar por um lado, a escola nesta estrutura, ou seja, o desempenho do ensino formal num contexto de reestruturação agrária, e por outro, situar ao mesmo tempo, como a escola é percebida pelos grupos rurais e como é efetivamente a escola para estes grupos em sua estrutura real (valores e expectativas dos diferentes grupos rurais em relação à escola). Até que ponto a educação formal pode ser vista como uma alternativa para melhores perspectivas de vida pelos diferentes grupos rurais?

O presente capítulo se embasará em quatro postulados analíticos sendo que os três primeiros serão mais desenvolvidos no ítem 4.1. e o quarto merecerá mais atenção no ítem 4.2.:

1) A infra-estrutura econômica, que em última análise é a determinante da forma de organização social, é reforçada e fortalecida pelas super-estruturas como a jurídico-política e escola enquanto é, segundo Althusser, "o aparelho ideológico número um" ¹. Neste contexto, pretende-se reforçar a idéia de que a escola, como uma super-estrutura, não pode ser vista a partir dela própria, mas do contexto em que se insere.

2) A escola tem por finalidade: a) reproduzir as condições sociais de produção no sentido de acumulação de capital; b) reproduzir as condições sociais com vistas a assegurar a continuidade dos grupos dominantes. Como mantenedora do status que, não pode ter o mesmo significado para as diferentes camadas sociais, por isso, inculca pela homogeneização o repertório comum e pela diferenciação o repertório específico, enquanto, possibilita para alguns melhores condições de ascensão social pela educação.

3) No que depende do sistema oficial de ensino a escola rural segue o mesmo padrão da escola urbana com prejuízo para o efetivo aproveitamento dos usuários rurais, devido a falta de adequação às realidades de seu meio.

4) As diferentes visões e percepções da escola pelos grupos sociais rurais são consistentes com a posição econômica e de classe que esses grupos ocupam na estrutura social da área em estudo.

4.1. O desempenho do ensino formal num contexto de reestruturação agrária e a situação da escola rural em Cruz Alta

Vimos como os grupos se percebem, os conflitos e tensões em que vivem nas relações sociais de produção capitalista. Nas análises já feitas, depreende-se que numa sociedade capitalista concreta, as contradições resultam basicamente das oposições de interesses entre capital e trabalho. Como relações de força, as relações entre grupos são organizadas através do aparelho estatal que desenvolve formas de dominação social e um processo de legitimação de poder através do direcionamento a alianças entre classes. Tal direcionamento se realiza pela elaboração e reelaboração continuada de um projeto social hegemônico que serve-se da ideologia para dar unidade e consistência ao desempenho das instituições públicas e privadas como a escola. Os interesses e as formas de relações entre as classes que são apoiadas pelo Estado, e que se tornam hegemônicas numa conjuntura determinada, visam em última análise salvaguardar o processo de acumulação. Isto se concretiza na medida em que haja legitimação social. Esta legitimação procura servir-se de ideologias específicas como a ideologia da segurança e integração nacional².

A infra-estrutura econômica que organiza a sociedade global e a determina em última instância, viabiliza-se estrategicamente, através das super-estruturas como a jurídico-política, escola etc, que se organizam ideologicamente para dar sentido e consistência ao sistema. Isto é, as super-estruturas que mantêm entre si inter-dependência e gozam de uma autonomia relativa, se articulam em função dos interesses econômicos da classe dominante, modelando um tipo de relação que consagra interesses específicos. Dentro deste contexto é que se procura entender a escola.

Procura-se ver a escola não a partir dela própria já que não é um organismo isolado, mas faz parte de um contexto onde se insere, isto é, numa sociedade capitalista determinada. Como as transformações ocorridas na região deram-se devido o avanço do capitalismo no campo, estas transformações seguem os parâmetros do modelo capitalista. Assim é natural que as pessoas estejam imbuídas de uma consciência de competição, produção, lucro, individualismo e consumo já que neste sentido é orientada a organização sócio-econômica vigente.

Qual o papel desempenhado pela escola diante deste contexto? Como a atuação da escola não se dá no vazio e a escola como super-estrutura tem a função de corroborar a infra-estrutura econômica, ela reforça e reproduz o modelo capitalista. A educação não está fora do processo, atuando como causa ou meramente sofrendo as consequências. Ela é absorvida no processo em que se insere. Atua de forma a consolidar as expectativas vigentes. Daí porque a escola antes de ser um determinante da atitude modernizadora, foi absorvida pelo processo econômico capitalista, atuando no sentido de reforçá-lo e reproduzi-lo.

A educação não fica diminuída ou relativizada com isto, mas continua tão abrangente como sempre esteve, isto é, exercendo sua função proeminente de soma com a estrutura econômica. Embora possa ser aproveitada para questionar a conjuntura onde se insere, a sua justificação primeira é no sentido de reprodução social pela reprodução cultural.

A nível de prática educativa, as finalidades mais condizentes da escola com a realidade mais ampla podem ser assim destacadas: a) reproduzir as condições sociais de produção no sentido da acumulação de capital. b) Reproduzir as condições sociais com vistas a assegurar a continuidade dos grupos dominantes.

Para cumprimento destes fins três funções podem ser destacadas: a) aprimoramento técnico da força de trabalho necessária para a produção; b) credenciamento de trabalhadores e não trabalhadores via diplomação; c) inculcação da ideologia dominante. Por ideologia dominante enten-

de-se aqui

"... uma mensagem sistemática capaz de dar um sentido unitário à vida, propondo uma visão coerente do mundo e da existência humana e por sua vez, fornecendo os meios para realizar a integração sistemática de sua conduta cotidiana capazes pois de possibilitar justificações de existir tal como existem em uma posição social determinada" ³.

A ideologia pois, diz respeito às interpretações das situações que vivemos no dia-a-dia. A explicação dada à realidade corresponde à visão que determinado grupo tem sobre a realidade.

Na sociedade em estudo encontramos um grupo que produz (os trabalhadores) e um grupo que se apropria da produção (os granjeiros). Os produtos do trabalho dos assalariados são produtos sobre os quais os assalariados não decidem. Não lhe pertencem nem a seu grupo. Isto frustra para os trabalhadores o sentido da produção que de móvel da atividade humana se transforma em controladora das condições de vida das pessoas. A partir daí, os grupos veiculam ideologias que interpretam a realidade em consonância com sua situação no processo de produção: o grupo dominante apresenta esta situação como natural, boa e justa. Esta ideologia supervaloriza a família a fim de que o homem encontre nela um refúgio às suas tensões. Ensina através da escola, a transmissão de uma ética que incorpora as qualidades de submissão, repressão, resignação, disciplina e obediência aos trabalhadores. Ensina que quem estuda triunfa a se alguém se encontra em condições econômicas precárias é um problema de ignorância, originado pela falta de estudo. Ensina que a história é feita por grandes indivíduos, como se não existissem interesses de grupos que explicam suas ações.

Fica claro que uma das funções de educação, geralmente omitida nas de grande importância para a compreensão do papel da escola, consiste justamente na transmissão da ideologia. A ideologia que se encontra nos discursos e comportamentos, encontra-se também na personalidade dos professores, na cultura familiar levada pelos alunos à escola, nos li

vros utilizados, nos conteúdos abordados ou omitidos em sala de aula. Assim procura-se mostrar coerência às propostas subjacentes ao programa oficial. Na educação oficial aparece clara a idéia de que o Estado é bom e o indivíduo é quem precisa de melhoria. O indivíduo precisa ser modificado, não a sociedade. Jamais a escola analisa as situações fundamentais de vida como as relações de produção, relações onde ocorrerá efetivamente o desempenho profissional.

A escola rural em Cruz Alta, enquanto inserida neste contexto uma vez que participa da rede oficial, está aparelhada de modo a cumprir os fins e funções a que se destina. Para tanto os professores são instrumentalizados para perpetuá-lo. Por isso há todo um esquema normativo que regula seu desempenho. As expectativas de muitos usuários devido a inculcação oficial estão também direcionadas neste sentido. Daí a necessidade do sistema educacional vigente atuar de forma centralizada e possuir todo um sistema de controle para ser executado segundo suas diretrizes. Quando se pensa a escola dentro de um sistema que a determina e que lhe confere as condições de possibilidade para realizar suas funções, percebe-se os limites a que está sujeita ⁴.

Quanto a estrutura do ensino não há distinção do meio urbano.

"Os professores, as normas, os materiais de ensino e, em alguns casos até a construção escolar e os equipamentos são representantes legítimos de padrões e valores urbanos, que podem agredir a cultura de áreas rurais. Todavia, não estão usados, intencionalmente, como objetivo de mudança dessa cultura. Agridem e não mudam" ⁵.

Com isso promovem o êxodo rural.

Nem sequer a nova situação resultante de problemas urbanos, de necessidade de alimentos e de êxodo rural para as cidades não é suficiente para a procura de alternativas educacionais mais condizentes com as necessidades do meio rural. Não se percebe da parte dos responsáveis pela educação uma preocupação em estudar mais detidamente as necessidades dos diferentes grupos rurais em especial os mais carentes. O que se percebe na educação rural é que ela favorece os interesses do desenvolvimento ur

banos 6.

O ensino é padronizado. Os livros utilizados são os mesmos adotados para o ensino urbano. Analisando os conteúdos do material utilizado em escolas rurais não foi encontrado absolutamente nada que dissesse respeito especificamente à vida rural. Ao contrário, os valores urbanos são enfatizados. Embora, em tese, os professores sejam livres para realizar seus planos de aula, a nível de fato, recebem os programas prontos. Na reunião mensal realizada em Cruz Alta para o planejamento do mês, os programas e planos são redefinidos. Nestas reuniões os professores recebem aulas para renovar os conhecimentos e orientações para desenvolver o programa traçado. Neste programa os livros textos são valorizados. As crianças de terceira e quarta série, de posse destes livros, na primeira semana aprendem o que lhes interessa saber em casa. Preenchem antecipadamente as lacunas, já que a maioria dos exercícios pede para completar letras, palavras ou frases. Assim a curiosidade e o interesse desaparecem, prejudicando até a "qualidade" e "eficiência" do ensino atual.

Para manter a disciplina "a professora usa uma vara de vime". Ou senão, "puxa as orelhas da gente". "São uns cabeça de vento. Estão sempre distraídos", comenta uma professora. Mas outra professora acrescenta: "quando extra-curriculo se fala de problemas concretos da vida, nem piscam". A realidade onde a escola está situada, é um corpo estranho nos programas de ensino rural. A escola parece estar pairando sobranceira às vicissitudes do meio rural. A realidade não é abordada em aula, pois, "não é do programa". Os professores cumprem o seu dever, não se identificando com a realidade. A escola rural acadêmica, atua como uma tampa redonda numa lata quadrada. O próprio calendário escolar, o mesmo para a cidade, é inadequado ao meio rural, embora neste particular a legislação possibilita mudanças ⁷. Como os períodos de atividade intensa não coincidem com as férias, muitas crianças abandonam a escola em época de safra. Nesta época "os pais não gostam de mandar os filhos para a escola. Preferem colocá-los no serviço", afirma uma professora. Embora não haja dados

precisos de evasão, estima-se que esta oscila entre 20 a 30 por cento entre as transferências de domicílio, e o abandono puro e simples. As repetências são elevadas. Não são raros os casos de alunos subnutridos com incapacidade ou deficiências crônicas de aprendizagem.

A situação das professoras no meio rural é caótica. Com salário base inicial de Cr\$ 2.100,00 em 1979, as professoras rurais (a quase totalidade são mulheres), não tem o menor incentivo para a função. Há casos em que professoras rurais procuram emprego de domésticas na cidade. Uma justificativa de um vereador local "é que são semi-analfabetas. Há professoras sem sensibilidade cívica, religiosa e sem criatividade. Professora de categoria não se submete a ganhar salário mínimo. Sei de casos em que com gastos de transportes e alimentação, professoras trabalhavam por um saldo de Cr\$ 300,00 em 1977". Como estes problemas persistem, a diretora do ensino municipal observa que, as vezes, escolas ficam fechadas por não encontrar quem se disponha a ir lecionar em locais isolados e distantes onde surge mais o problema da hospedagem da professora.

Quando alguém do local se dispõe a lecionar é bem aceito embora sem o devido preparo. Há grande rotatividade de professoras. Um aluno comentava: "só este ano tive três professoras".

Em sua quase totalidade as escolas rurais atendem da primeira à quarta série do primeiro grau, com uma única professora, em escolas de sala única. De 80 escolas no meio rural de Cruz Alta, apenas duas oferecem o primeiro grau completo. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 5.692 de agosto de 1971), o ensino é gratuito e obrigatório dos sete aos quatorze anos de idade. Significa que a escola deverá oferecer oito anos de escolaridade, isto é, da primeira à oitava série⁸. A escola com quatro anos de duração não oferece o primeiro grau completo. É pois falha no meio rural de Cruz Alta em 98,4% dos casos.

É o seguinte o número de alunos, de professores e de escolas nos últimos três anos no meio rural de Cruz Alta.

TABELA 12 - Número de professores, alunos e escolas no meio rural de Cruz Alta de 1977 a 1979

Ano	N.º de Prof.	N.º de Alunos	N.º de Escolas
1977	255	3.632	80
1978	249	3.670	80
1979	260	4.254	80

Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação.

Se compararmos com 1970, quando havia 1.806 alunos matriculados nas 54 escolas rurais, segundo dados dos arquivos da Secretaria Municipal de Educação, constatamos que houve um acréscimo na demanda escolar. Este acréscimo deve-se ao aumento do número de unidades escolares (de 54 unidades em 1970 aumentou para 80 em 1977), as pressões legais e sociais sofridas pelos assalariados, e devido a algumas melhorias nas escolas como a ativação da merenda escolar.

O artigo 59, parágrafo único da Lei 5.692/71, obriga os municípios a aplicar pelo menos 20% do montante de sua arrecadação com educação. A prefeitura de Cruz Alta não cumpre a lei, uma vez que vem aplicando uma média de 17% em educação na última década.

A distribuição das escolas no meio rural, obedece a ordem de importância econômica e política dos distritos e o número de pessoas a serem beneficiados pela escola. Desta forma as duas escolas da 1.ª e 8.ª série estão situadas nas sedes de distritos. Das 24 novas escolas surgidas na última década, a maior parte delas localizam-se em novos núcleos de terminados pela confluência geográfica de novas granjas. Se um novo núcleo consegue ter escola, isto representa status, progresso, reconhecimento e notoriedade para este local. A escola atrai a loja, o campo de futebol, a capela e passa a ser um centro de convergência da população

vizinha. Além disto a escola representa facilidades de deslocamento aos usuários. Assim as novas escolas dependem em grande parte das condições do novo centro e principalmente do interesse e liderança dos granjeiros. O interesse dos granjeiros origina-se do fato de que a escola, destinada principalmente aos filhos dos empregados dos granjeiros, torna os usuários segundo expressões dos próprios granjeiros, mais "maleáveis" e mais "educados". Além disto a existência da escola é um fator que ajuda a a traír mão-de-obra.

Pequenos lugarejos distantes da área de abrangência de outros centros, também foram favorecidos com o novo critério municipal, que considerava o local em condições de ter escola, desde que comprovasse a existência, não mais de 25, mas de 8 alunos interessados.

Mas o fator decisivo na implantação de uma nova escola continua sendo as conveniências políticas.

Uma escola depois de construída, tendo professora, alunos, quadro e giz, é considerada em condições normais de funcionamento.

Percebe-se que quanto mais pobre a clientela, pioram as condições e a qualidade de atendimento. Mas por falta absoluta de condições são os que menos reclamam. Parece confirmar-se o pensamento de Manfredo Berger quando diz: "Nas sociedades dependentes o sistema educacional é sempre funcional para as camadas superiores e disfuncional para as camadas inferiores" ⁹.

Apesar destes problemas, o termo escola, continua em alto conceito e significado no meio rural. A iniciativa privada de colonos e especialmente de granjeiros, possibilita novas escolas. Providenciam terreno, mão-de-obra, material para poder usufrir da escola. Em regiões povoadas por colonos o empenho pela escola é mais acentuado que entre fazendeiros. "O empenho do fazendeiro é o gado. É desligado de atividades que visem promover outras pessoas", comenta um político local. Mas um fazendeiro justifica dizendo que como as fazendas abrangem maiores áreas, a densidade

de populacional é menor e as distâncias tornam inviável a escola em região de fazenda. Mesmo assim, embora raras, existem algumas escolas nessas regiões. Mas não possuem a tradição pela escola como os colonos. Os fazendeiros ocupavam vastas regiões com uma só família. Os colonos ocupavam áreas mais inóspitas geralmente em grupos. Havia necessidade de auxílio mútuo. Possuíam não raro vínculos de parentesco ou procediam do mesmo local. Assim que se estabeleciam procuravam construir uma escola e uma igreja. Era o ponto de encontro, o local de socialização dos filhos, o centro de recreação e vivência dos valores herdados.

No atual contexto, a escola rural não corresponde às necessidades dos usuários. Funciona como um corpo estranho. Foi a única instituição a não mudar no meio rural. A escola não só não promoveu as transformações, como não teve condições de acompanhá-las ou orientá-las.

Ao contrário, as agências informais de ensino como a cooperativa, os sindicatos e organismos oficiais como a EMATER, tiveram um papel importante na implantação das transformações. Estes organismos dão respostas concretas a necessidades concretas do sistema. Atuando de forma integrada, desconhecem a escola no empenho em promover as transformações; mas servem-se dela com vistas a seus objetivos. Assim a escola é usada pela cooperativa como local de distribuição de jornais e material de propaganda. A EMATER usa a influência das professoras para seus fins. A escola é instrumento de penetração nas famílias pelas agências informais de ensino.

A nível concreto, a escola rural não foi mobilizada para inovar. Vem sequer no sentido de readaptar as pessoas ao novo contexto. As transformações parecem não ser da competência da escola, tanto a nível de função quanto a nível de expectativa, uma vez que embora a escola não tenha mudado, continuou sendo prestigiada e procurada. Algumas questões parecem se impor:

- a) A escola continuou sendo procurada igualmente por todos os grupos?
- b) Se a escola é a mesma mudaram as expectativas dos grupos em relação a

ela ou mudaram as formas destes grupos servir-se dela?

c) A escola permanecendo a mesma não favoreceu a determinados grupos? A escola não mudou para assim manter o status ou não mudou por incapacidade de absorver as transformações?

4.2. Valores e expectativas dos diferentes grupos em relação à escola

Nesta parte serão utilizados os dados e informações colhidas nas entrevistas realizadas com os agentes sociais do meio rural. Neste ítem procurarei espelhar as expectativas e percepções dos grupos em relação à escola e como é efetivamente a escola para estes grupos em sua estrutura real.

4.2.1. O significado da escola para os diferentes grupos: a) Granjeiros e Fazendeiros; b) Colonos; c) Assalariados

a) Os granjeiros e fazendeiros entendem que a escola serve de base. É um grande passo. Ajuda no relacionamento, na ascensão social. Ajuda a viver melhor. Facilita as coisas. "Nós chegamos a entender que estudar é bom e necessário". Mas os primeiros granjeiros e fazendeiros tiveram pouco estudo. Os mais antigos em sua maioria não concluíram o primário. "Naquela época havia muita dificuldade. Gostaria de ter tido mais estudo". Ressentem-se de sua falta nas atividades de comércio, bancos, repartições públicas, relacionamento social e orientação dos filhos. "Sem escola é problema, ainda mais hoje em dia". Por isso sempre deram grande importância à escola. Ainda hoje os granjeiros empenham-se em criar escolas até mesmo em suas granjas ou próximo a elas, onde os filhos dos empregados podem estudar. O estudo é visto como um complemento necessário. É mais uma segurança na vida profissional. Daí a preocupação pelo estudo dos filhos. "Qual será o futuro de meu filho na escolinha do interior? É importante bons colégios. Não importa o preço. Lá

fora (no campo) não se tem opção; o negócio é cidade mesmo". Este é o ponto de vista da maior parte dos granjeiros em relação à educação de seus filhos.

Antigamente quando as granjas estavam nascendo e as dificuldades em pagar os estudos eram maiores, só da antiga Paróquia de Sede Aurora, 36 rapazes foram encaminhados ao seminário. Na época, era uma maneira barata de propiciar estudo aos filhos. Destes, dois tornaram-se padres, dois são professores universitários e os 32 restantes transformaram-se em novos granjeiros. Atualmente muitos filhos de granjeiros e fazendeiros frequentam faculdades de medicina, veterinária, agronomia etc, transformando-se em bons profissionais. "Tenho três filhos formados e todos aplicam seu estudo". Os filhos de granjeiros e fazendeiros podem escolher a profissão que gostam. Em caso de não dar certo, tem na lavoura uma alternativa segura. Se muitos rapazes continuam na lavoura o trabalho do pai, as moças quase obrigaroriamente ingressam num curso superior. Procuram mais um título que uma oportunidade de trabalho. O diploma representa status. Percebe-se assim que os granjeiros investem nos melhores colégios porque este investimento redunda efetivamente em novas alternativas profissionais.

Os colonos entendem que os granjeiros são os mais interessados pela escola porque a escola é para eles mais um meio de projeção. Para os assalariados, os granjeiros são os que podem mandar os filhos para diante nos estudos; podem fazer o filho virar doutor.

b) Para os colonos a escola é fundamental. É um meio de melhorar de vida. Antigamente podia-se dar terra como herança; mas atualmente, "como não tenho terra para dar, então dou estudo". A escola é quase tudo para o colono, já que pode propiciar uma profissão fora do meio rural. Se não conseguir um emprego através do estudo, terá que viver da agricultura em condições precárias. Um curso superior seria o ideal. Há colonos que vendem a própria terra com esta finalidade. Transferem-se todos para a cidade. Sofrem desilusões, problemas de adaptação mas "sa

crificam-se pelos filhos". Uma das principais razões sempre aludida entre os que se transferem para a cidade, é educação para os filhos.

Como as situações econômicas dos colonos são diversas, há uma diversidade de expectativas e alternativas frente a escola. Se há os que se transferem para a cidade, há os que permanecem no campo, propiciando aos filhos os cursos, ao alcance no próprio meio rural, ou mandando-os para a cidade estudar. Isto é mais comum com os filhos de colonos melhor situados economicamente. Os estudantes provenientes da colônia, procuram algum trabalho para sustentar-se e pagar os estudos. As moças nesta situação são em maior número. Nestas condições não podem frequentar os melhores colégios. Como o filho do colono frequenta uma escola "regular", também sua ambição será para uma profissão "regular", quer dizer, nem boa nem ruim, que paga mais ou menos".

Os colonos em geral ressentem-se da falta de mais estudo. "Sei a falta que faz. Dá mais desembaraço; ajuda para compreender melhor tudo. Ajuda a se virar na vida". Os filhos no entender dos pais, precisam de boa vontade e persistência. "É uma grande coisa ver o filho indo para a escola se preparando para o futuro. Pode aprender melhor a se defender na vida. É uma esperança. É uma pena que muitos não podem continuar". Como as escolas do interior só vão até a 4.^a série fundamental, muitos interrompem forçosamente os estudos no período dos 10 aos 14 anos.

Os granjeiros entendem que os colonos são os que mais precisam da escola. "É a única saída para muitos colonos". Os empregados também acham que os colonos precisam mais da escola, "porque os filhos, mais adiante, podem pegar emprego melhor".

c) Já para os assalariados, a escola tem função relativa. Há um consenso entre os assalariados que "empregado não vence na vida pela escola; empregado tem mesmo é que trabalhar no pesado".

"A escola ajuda um pouco. Meu filho frequenta há dez anos a escola e está na mesma situação. Escola é para rico". Mandam os filhos à es

cola por diferentes razões, entre elas a merenda escolar. Há uma pressão legal e social que faz com que os pais sintam-se cumprindo uma certa obrigação mandando os filhos para a escola. É com orgulho do dever cumprido e não como quem acredita em novas perspectivas que se houve dizer: "Eu botei os filhos para estudar". Mas a escola é vista também como um bom complemento. "Ajuda a pessoa a se defender melhor. Faz falta no trabalho. Ajuda a se comunicar, dá boas maneiras". Aprender a ler, escrever e contar é interessante mas "de pouco adianta". Alguns, contudo, são da opinião que "a escola pode significar muito. O pai sofre mas quer que o filho tenha mais meios; que não aconteça a mesma coisa que aconteceu com o pai". Em geral os assalariados ressentem-se da falta de estudo. Mas não sabem precisar em muitos casos a determinante. Quando isto ocorre referem-se a falta de condições econômicas e necessidade de ir ganhar a vida.

Embora os filhos dos empregados estejam frequentando em maior número a escola, não se percebe que haja expectativa de melhoria de vida através da escola. Por outro lado, "não se sentem bem, nem à vontade na escola; por qualquer coisa se evadem", comenta um granjeiro.

No entender dos granjeiros, falta instrução para tudo. Como em geral possuem muitos filhos, as dificuldades aumentam. "Alí falta tudo. São tão pobrezinhos que nem percebem que estudar é bom e importante". "Com mais escola seriam mais maleáveis, mais tratáveis e entenderiam melhor o ponto de vista do patrão". Por esta afirmação fica claro que alguns granjeiros tem presente a função da ideologia transmitida através da escola. Para o grupo dos granjeiros seria interessante que os assalariados não fossem analfabetos mas entendessem de técnicas agrícolas. "O capataz principalmente é importante que seja um elemento preparado". Empregados com mais estudo não poderiam fazer maiores exigências salariais do patrão? "Sim, mas a produtividade também seria maior". Contraditoriamente, alguns granjeiros impedem que seus empregados façam cursos de especialização em máquinas agrícolas, preocupados com possíveis exigências salariais. Os colonos entendem que os assalariados são muito pa

rados, isto é, mostram pouco interesse em mandar os filhos para a escola.

O ponto de vista que os diferentes grupos acabam de manifestar sobre os valores e expectativas em relação à escola, caracteriza sua posição social. A escola reproduz pois as condições sociais e visa assegurar a continuidade dos grupos dominantes. Inculca o repertório comum a todos os grupos e o repertório específico aos grupos dominantes. Há uma educação para o dominante e outra para o dominado.

Pelas expectativas dos grupos e pelo que efetivamente os grupos usufruem da escola, se percebe que "a escola é igualmente de classes"¹⁰. Nesta sociedade a educação não poderá ser a mesma para todas as classes sociais. Assim é compreensível que a escola não atue no sentido de que todos os grupos rurais tenham oportunidades efetivas. "Na estrutura econômica da sociedade subdesenvolvida, a ignorância desempenha um papel fundamental estrutural e perfeitamente definido"¹¹; isto é: convém que o grupo oprimido não perceba o que efetivamente interfere para tal situação. Por outro lado a educação para o dominado deverá ser primordialmente uma educação para o trabalho. Isto não significa apenas dar conhecimentos e habilidades para o exercício de uma função útil, mas transmitir uma série de hábitos que facilitem o ingresso e o desempenho disciplinado nas atividades produtivas já organizadas nas relações de classe existentes. Desta forma com a ideologia do trabalho, devem os assalariados se organizar e tentar sobreviver incorporando-se ao sistema de valores e representações do sistema dominante.

4.2.2. As mudanças na escola relacionadas com as mudanças tecnológicas.

a) No entender dos granjeiros e fazendeiros a escola mudou em algumas coisas. Entendem que em muitas delas as mudanças se deram independentemente das mudanças tecnológicas, isto é, por outras causas como a própria necessidade de aperfeiçoamento do aparelho escolar para sua maior "eficiência". Neste sentido, hoje, a escola apresenta-se menos di

retiva. Adotou-se a matemática moderna, novas matérias como Organização Social e Política Brasileira, Educação Física. Há agora o Círculo de Pais e Mestres que foi uma inovação considerada positiva em especial pelo diálogo entre pais e professores, entendem os granjeiros. "Não é mais aquela lenga-lenga". Mudou o método de alfabetização. Agora para os alunos da 6.^a à 8.^a série do ensino fundamental, em algumas sedes mais desenvolvidas do interior, há a Unidade Móvel de Iniciação ao Trabalho-UMIT. Esta inovação parece ser resultado da modernização da lavoura que passou a exigir um caráter mais técnico da escola ¹². Contudo a UMIT por falta de verba não é mais uma "unidade móvel", e onde existe está sendo desativada.

Por outro lado alguns granjeiros mais esclarecidos que acompanham de perto a aprendizagem dos filhos não concordam com o atual andamento da escola e fazem críticas como: "piorou o rendimento dos alunos; decaiu a qualidade dos professores. Estes são menos responsáveis. Não lecionam por vocação mas por interesse econômico. Antes havia mais autoridade. Agora é uma "esculhambação". As coisas andam mal".

No interior mudaram as condições para funcionamento da escola rural. Antes, só a partir de 25 alunos. Agora com 8 alunos já pode funcionar. Isto possibilitou o surgimento de novos prédios em locais menos povoados..

Se a escola mudou em algumas coisas secundárias e em muitas para pior, não mudou na qualidade e adequação do ensino. O currículo do ensino rural deixa muito a desejar entendem os granjeiros e fazendeiros.

b) Quanto aos colonos, de um modo geral, embora algumas mudanças são citadas, entendem que a escola não mudou. "A escola rural no primário está meio igual". A escola mudou algumas coisinhas mas não no sentido de conscientização. Não reflete problemas da vida. Antes exigiam mais do aluno; agora vão para marcar presença. O ensino agora é mais fraco. Criaram a profissionalização mas está enchendo o tempo. É profis

sionalizante e não dá profissão. Não criou estrutura de emprego. Há casos de pensamento divergente: "A escola mudou muito. O que as crianças fazem eu não sei fazer. Os professores são mais estudados".

c) No entender dos assalariados a escola é a mesma. Oferece as mesmas perspectivas. Mudou quanto ao acesso à escola. Surgiram facilidades quanto ao deslocamento. Na última década surgiram 24 novos prédios escolares. A procura da escola pelos assalariados rurais aumentou. Aumentou não tanto devido uma certa necessidade sentida pelos pais em dar escola aos filhos, mas devido a pressão legal e social sentida pelos pais, devido o interesse pela merenda escolar ("as crianças choram quando não há merenda"), as facilidades de acesso, o interesse das próprias crianças em trocar o trabalho na roça pelo convívio e jogos com colegas.

Pela pesquisa realizada na área em estudo, constatou-se que as mudanças ocorridas na escola são insignificantes, o que ficou claro nos depoimentos dos entrevistados. Mesmo as pequenas mudanças havidas não decorreram da escola em si mas são expressão de transformações sociais globais resultantes da interação de múltiplos fatores. Entre eles merece destaque a ação da ACAR.

A assistência técnica prestada por órgãos oficiais como a antiga ACAR hoje EMATER, após a segunda guerra, passou a preocupar-se não só com o solo, plantas, animais mas também com o homem. Passou a desenvolver uma assistência técnica educativa. O movimento extensionista surgiu como uma reação ao malôgro da educação rural sendo encarado como um processo de educação extra-escolar ¹³. Seu ponto de partida era a noção de "comunidade rural", vista como organização social homogênea e não estratificada, sem conflitos internos de interesses. Isto comprova a preocupação em ocultar os problemas e tensões existentes entre os grupos. A melhoria do padrão de vida é proposto pela EMATER via aumento da produção. A ênfase dada à produção relega ou omite reformas econômicas (redistribuição da renda agrícola) e reformas de cunho político-social (alteração da estrutura de poder) no meio rural. Assim como a influência

da EMATER para promover mudanças tecnológicas atuaram neste sentido os meios de comunicação social, propaganda, enfim, todo um aparato que ser via de sustentação ao avanço do capitalismo no campo.

Assim as alterações ocorridas na escola deveram-se mais a fato res estruturais da sociedade que a esforços específicos da escola. Isto vem reforçar a idéia de que a escola rural não é agência de transforma ção mas reflete o contexto onde se situa.

4.2.3. Adequação da escola no meio rural

a) A escola é adequada ao meio rural no entender dos granjeiros e fazendeiros? "Não é adequada, tanto que quem pode foge dela". Atende melhor o filho do colono e do assalariado porque são os que a procuram. Mas não prepara para nada. "Ensina a ler, escrever e contar se é que en sina".

Afirma um fazendeiro que o afluxo de granjeiros para a cidade é impressionante. As pessoas mais esclarecidas não dão bola para a escola rural porque é perda de tempo. Nem sequer discute os problemas da vida no meio rural. A escola da cidade é transplantada para o campo. Não há diferença". Isto é visto como positivo para os que se transferem do cam po para a cidade porque podem acompanhar o programa. Mas o aproveitamento no campo não corresponde ao da cidade. "A escola, como no quartel, ajuda a pessoa a ir para a cidade. O currículo da escola rural é muito falho".

b) A escola não ajuda as pessoas a se desenvolver no campo entendem os colonos. "Não ajuda a ser um bom profissional no campo". Inculca o gosto da cidade ao invés da vida rural. As professoras muitas delas provenientes da cidade, valorizam os modismos e a linguagem urbana. Daí facilita o êxodo rural. "A escola não está sendo um ponto de apoio para todas as classes. Se gostaria que a escola orientasse os pais que fosse um ponto de união da família; mas isto não ocorre".

"O mundo da escola não é o mundo real" Se a escola estivesse realmente preocupada com a situação dos colonos podia ajudar a melhorar. "No primário em todo o caso podia ser melhor". Alguns entrevistados, entendem que a escola está bem assim.

c) Os assalariados acham que a escola não ajuda as pessoas a se desenvolver no campo, mas ajuda a se transferir para a cidade. "A escola aqui é mais em função da cidade. A pessoa não se prepara para viver no campo mas para viver na cidade. Não se diferencia entre escola do campo e cidade". A diferença "é que no campo a escola e a igreja é uma coisa só. Na cidade é só a escola".

A escola não aceita a criança como ela é. Enchota a criança. Muitos fogem da escola porque o mundo da criança não entra na escola.

A situação de inferioridade do campo em relação à cidade fez com que o ensino rural se transformasse em agência de urbanização da população rural, complementando a atuação dos meios de comunicação.

A crescente concentração de renda no setor industrial e de serviços, após 1940 ao lado do decréscimo progressivo do setor primário, alterou a estrutura da economia possibilitando a concentração demográfica nas cidades. Para diminuir este êxodo para as cidades foram tomadas várias medidas pelo governo federal. A partir de 1946 foram criadas escolas agrícolas e nível médio e superior. O Ministério da Educação passou a promover a expansão da rede de escolas primárias rurais. Criou órgãos de emergência como a Campanha de Educação Rural que funcionou de 1952 a 1962 e a Campanha de Educação de Adultos ¹⁴. Apesar dessas tentativas "na prática o ensino primário rural ... não se distinguia do urbano, exceto pela sua persistente insuficiência qualitativa e quantitativa" ¹⁵.

A saturação do mercado de trabalho urbano não diminuiu o êxodo rural, ao contrário, intensificou. "Uma causa importante dessa intensificação foi o processo de modernização do próprio setor agrícola, modernização que se vem efetuando sem a participação do sistema de educação escolar" ¹⁶.

4.2.4. Igualdade da escola em relação aos diferentes grupos

a) A escola é igual para todos? Granjeiros e fazendeiros entendem que não. A escola discrimina pela qualidade. O ensino é centralizado em Cruz Alta. Não há um único 2.^o grau interior. Um dos dois colégios de 1.^o grau completo que existe no interior está ameaçado de fechar por falta de condições. Assim está discriminando. Quem mora no interior não tem direito de estudar. Desta forma o ensino responde melhor aos interesses dos granjeiros e fazendeiros que podem transferir-se para a cidade. A escola está ao alcance de qualquer um, mas não são todos os que podem usufruir dela.

"A escola do interior é adequada às pessoas com menos recursos. A professora é uma abnegada mas não é formada. É menos qualificada. Por falta de preparação deixa muito a desejar".

A escola não é igual para todos a nível de objetivos. Quem procura mais a escola, quem realmente se serve da escola primária, média e superior, com proveito, são os filhos de granjeiros. Estes frequentam sistematicamente as melhores escolas. A escola oportuniza uma profissão. O granjeiro e o fazendeiro podem dar-se ao luxo de trocar de profissão. Está motivado para a escola porque a escola em boa parte responde às suas expectativas. Não é um paleativo ou uma mera esperança de melhores oportunidades como é o caso dos assalariados.

b) Na opinião dos colonos a escola devia ser igual para todos. Mas não é igual para todos no interesse. A nível de empenho, os granjeiros e colonos são os mais interessados para conseguir escola e dar educação aos filhos. Já os empregados são desinteressados. Desta forma a escola atende mais aos interesses de uns que de outros.

A escola é a que menos contribue para uma consciência dos problemas. Não reflete sobre o mundo em que as pessoas vivem. Por isso não é igual para todos. "Assim contribue para que não haja mudanças e quem se

beneficia com isto são os que estão sendo favorecidos".

Os mais ricos tem o melhor ensino e os melhores professores. As escolas do interior, com raras exceções, terminam na 4.^a série primária. Em vilas ou distritos às vezes funciona o 1.^o grau completo. As crianças de muitos colonos após a 4.^a série primária, ainda pequenas e em condições de estudar estão privadas de dar seguimento ao estudo. Para que possa estudar ou a família se transfere para a cidade ou em caso de haver parentes na cidade, manda o filho para lá.

c) Os empregados não entendem o mundo da escola como sendo o seu mundo. Não se sentem a vontade naquele convívio onde tudo é diferente. A limpeza, a linguagem, os interesses são divergentes. "Pobre é educado para ser empregado. Rico é educado para mandar". No interior "os mais pobres ganham mais castigo. Os filhos dos ricos são melhor atendidos. São os protegidos da professora". Estas entendem que a maioria dos seus alunos são carentes e subnutridos. "A merenda é a principal refeição de muitos alunos da escola rural". A maioria dos pais são empregados. Assim há uma desigualdade de aproveitamento e interesse. Os que frequentam a escola em função da merenda tem poucas condições de ter um aproveitamento igual a colegas bem alimentados. O problema do vestuário e de certas taxas mensais, afasta muitos alunos de assalariados das escolas rurais.

Pode-se perceber na pesquisa realizada que devido a posição econômica e de classe os interesses e a busca da escola variam segundo as categorias sociais. Assim o grupo assalariado que atua em condições de extrema precariedade reflete na escola sua instabilidade, desequilíbrio afetivo e percepção da violência em suas relações. A posição subordinada se reflete profundamente em sua formação não lhe sendo permitido um papel ativo e decisivo na direção e controle do tipo de educação. Seus interesses não são viabilizados na escola. A educação não dá uma resposta a sua situação pois não altera o quadro das relações sociais da sociedade no seu todo.

Dentro deste quadro, os filhos dos ricos obtêm uma educação diferente dos filhos dos pobres. A posição econômica dos pais é que determina o tipo de educação dos filhos. Assim as crianças são respeitadas não apenas devido a seus próprios méritos mas também devido a riqueza de seus pais. Os filhos dos granjeiros e fazendeiros adquirem uma crença de que são superiores aos filhos dos colonos e assalariados. Há um certo empenho em fazer que os filhos de assalariados se julguem inferiores aos filhos dos ricos. Isto não se dá por maldade de uns, mas em decorrência de uma sociedade de classes.

Onde existem desigualdades e injustiças, quem obtém vantagens tende a proteger-se de um sentimento de culpa por teorias que sugiram que ele é melhor que os menos afortunados. Isto leva à oposição à justiça, a uma tendência a defender o status quo. Com isto os grupos mais afortunados se transformam em adversários de mudanças que podem ameaçar seu conforto. Por outro lado os menos afortunados devem padecer de tal atrofia intelectual a ponto de não perceberem as injustiças de que são vítimas e padecer de tal perda moral de auto-respeito a ponto de estarem dispostos a curvar-se diante dos poderosos. Toda a injustiça tolerada tem pois consequências para o grupo dominante e para o grupo dominado. Assim numa sociedade baseada na injustiça, o aspecto ético da educação jamais pode ser o que devia ¹⁷.

4.3. Considerações finais

Algumas constatações parecem oportunas:

1 - Para se entender a função da escola deve-se partir da realidade mais ampla onde ela se situa, já que seu desempenho não é arbitrário nem se dá no vazio mas no contexto que até certo ponto a determina. A escola antes de ser vista como causa ou consequência de uma organização social determinada, deve ser entendida como um instrumento do sistema. As propostas divergentes encontram barreiras por parte do sistema e por parte das pessoas que o internalizam. Assim atuações divergentes

das funções pré-determinadas podem prosperar a curto prazo enquanto ocasionam impacto. A longo prazo ou são absorvidas ou desarticuladas.

2 - A escola rural foi a única organização onde não ocorreram mudanças expressivas em face à modernização. A escola rural estruturalmente não se diferencia da escola urbana.

No atual contexto de atuação da escola seu desempenho justifica o "arbitrário cultural" na expressão de P. Bourdieu. A escola é uma agência de urbanização:

"O sub-grupo de ensino primário desempenha funções explícitas e implícitas. Sua função explícita consiste na transmissão do setor da herança sócio-cultural, composto pelas técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo, e por elementos da chamada "cultura geral" - ciências físicas, higiene, história, preceitos e valores morais e cívicos, artes, etc. A análise desse conteúdo cultural com um estilo urbano de vida, possuído principalmente por tais camadas. A transmissão desse conteúdo implica, portanto, a comunicação de um estilo urbano de vida social, cultural e econômico. Assim sendo, o sub-grupo de ensino primário atua, nas comunidades locais rurais e semi-rurais, como agência de desintegração de um estilo não-urbano de vida e ao mesmo tempo, como agência de urbanização" 18.

A escola, assim como a família, os amigos, os meios de comunicação social, etc transmite valores com um fundo comum que reforça uma determinada maneira de encarar a realidade. Esta maneira de ver a realidade, constitui o suporte ideológico que nem sempre é transmitido conscientemente. A realidade social em que se vive privilegia certas representações que dão uma imagem do mundo na medida das conveniências de certos setores¹⁹. A função ideológica da escola faz com que determinados conteúdos não possam ser veiculados e outros conteúdos sejam privilegiados. Além disto, a escola enquanto salvaguarda do sistema, deve transmitir valores homogeneizantes. Ela cumpre uma de suas funções, a de ser a mesma, enquanto incute valores comuns.

3 - Se a escola é a mesma porque é desacreditada no meio rural e valorizada no meio urbano? Para Durkheim a escola tem duas funções: a função homogeneizadora e a função diferenciadora. Pela primeira função

que inculca o repertório comum, são interiorizadas nos educandos as normas para todas as situações. Este processo garante a organização social e induz à sua perpetuação. Pela segunda função, complementarmente, a escola ensina não o que é comum, mas o que é distinto. As características distintivas exigem conceitos e graus de sistematização próprios, pré-estabelecidos no código do grupo dominante. Os que se familiarizam com as situações estruturadas, são credenciados pela diplomação a ocuparem os postos disponíveis. A escola no meio urbano capacita tecnicamente para estas funções. Para tanto, conta com mais recursos e os melhores professores. No meio rural pela própria forma como se estrutura a escola, ela se mantém alheia a capacitação profissional. Assim realiza sua função diferenciadora. É eficiente no cumprimento desta função. Problemas como menor capacitação dos professores que realizam trabalho precário no meio rural, ausência de preocupação com a realidade na qual a escola atua podem ser melhor entendidos neste contexto.

4 - Os grupos rurais analisados possuem uma visão e percepção da organização escolar conforme a situação de relevância econômica em que se situam na estrutura social.

Para os granjeiros e fazendeiros a escola é um instrumento próximo de realização profissional. É uma via de influência social, de conquista do poder e status. Como não há empecilhos econômicos para frequentar as melhores escolas, se candidatam às oportunidades mais disputadas no mercado de trabalho, as quais são absorvidas pelas pessoas de melhor preparo. Os mecanismos de dominação assim são aperfeiçoados.

Aos colonos, a realização profissional via escola, é uma conquista difícil. Apesar de exigir muito esforço e sacrifício para o colono, nem sempre o estudo é uma herança tão valiosa quanto a terra no que diz respeito às possibilidades de realização econômica. Mas persiste a possibilidade de passagem pela porta entre-aberta das oportunidades profissionais. Como a escola é uma boa oportunidade para se aprender a lógica do sistema, resta a possibilidade de "se defender melhor na vida", ten

do frequentado a escola.

É contra a lógica do sistema o assalariado "vencer na vida" através da escola. Ao sistema é importante que ele frequente ao menos por alguns anos a escola. Assim poderá incorporar o "repertório comum" desejado pela classe dominante. Os granjeiros percebem este aspecto e esforçam-se em criar escolas para os assalariados até nas granjas. Assim eles se tornam mais "maleáveis" obedientes e dóceis. Para que o assalariado não se afaste da escola criou-se a merenda escolar que tem também a função de aliciamento. Desta forma ambas as partes são atendidas. Por isso a educação é vista pelo assalariado como um meio de comunicação e expressão, como um instrumento que facilita o relacionamento social, como uma agência que não proporciona profissionalização. Imprimem à educação forte conotação moral.

NOTAS

- 1 L. ALTHUSSER In: J.D. SOBRINHO, Universidade e Classes Médias: Aspectos do Caso Brasileiro. Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez e Moraes/Cedes Ano I n. 4 set. 1979, p. 111
- 2 C. GRZYBOWSKI, Pesquisa sobre formação profissional. p. 47-8. (mimeog).
- 3 P. BOURDIEU In: A. BOGGIO, Questa Arriba o questa abajo. Campodoméni co ediciones, Lima 1973, p. 106.
- 4 A. MASSAROLLO, op. cit. p. 155
- 5 A.B.S. FOCHA, Educação nas áreas rurais brasileiras - realidade e prospecção. Informativo MAI de ensino do Estado de Minas Gerais. B. Horizonte, Lancer, Ano VI n. 4 1979, p. 55
- 6 Ibid., p. 55
- 7 A Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional - de n. 5.692, de 1971, faz referência a zona rural no art. 11, § 2º: "Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino".
- 8 Art. 18 da Lei 5.692/71.
- 9 M. BERGER, Educação e Dependência. Síntese apresentada por GOERGEN, P. rev. Educação e Sociedade, n. 1 set. 1978, p. 192.
- 10 M. GADOTTI, Ação pedagógica e prática social transformadora. Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez e Moraes/Cedes, Ano I, n. 4 set. 1979 p. 12.
- 11 C. PINTO, In: O. QUEDA e T. SZMRECSANYI, O papel da educação escolar e da assistência técnica. Vida Rural e Mudança Social. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1976, p. 222.
- 12 A. MASAROLLO, Op. Cit. p. 155
- 13 O. QUEDA e T. SZMRECSANYI, Op. Cit. p. 219
- 14 Ibid., p. 225
- 15 Ibid., p. 225

- 16 Ibid., p. 225
- 17 B. RUSSELL, Educação e Ordem Social. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, p. 127.
- 18 L. PEREIRA, Rendimento e deficiência do Ensino Primário Brasileiro. In: Estudos sobre o Brasil Contemporâneo. São Paulo, 1971, p. 179.
- 19 A. BOGGIO, et alii. Op. Cit. p. 11.

CONCLUSÕES FINAIS

A forma expositiva seguida neste trabalho, possibilitou que os principais resultados ficassem evidenciados no decorrer dos capítulos. O método de interpretação adotado em especial no final dos principais temas, obrigou a uma constante retomada de problemas em questão, ampliando desta forma a análise do assunto. Na metodologia utilizada, o que serviu de guia foi a apreensão das relações de produção no tocante às forças produtivas, às técnicas empregadas e as relações sociais de produção nas diversas fases evolutivas da sociedade agrária em estudo.

É importante ainda destacar que embora a investigação tenha se limitado à Cruz Alta, os resultados do trabalho podem, dentro dos limites de generalização próprios do método de interpretação adotado, servir para a caracterização de grupos rurais que tenham passado pelos mesmos impactos da modernização agrícola. Isto é válido particularmente para a região do Planalto Médio porque, apesar das peculiaridades próprias dos municípios que compõem esta região, a ocupação histórica, o surgimento dos grupos, a homogeneidade geográfica e as influências sofridas por outros centros para a introdução da modernização, se deram de forma semelhante, sob um mesmo modelo econômico.

Neste trabalho partiu-se do ponto de vista de que a forma como

se produz bens materiais segundo o sistema econômico de uma determinada sociedade, condiciona em grande parte as demais estruturas daquela sociedade. Isto vale dizer que o sistema de produção determina a organização social e conseqüentemente o desempenho dos diferentes grupos. É pois, na estrutura econômica que se procura buscar "o fio condutor" para a explicação dos fenômenos sociais e de super-estruturas como a escola, ainda que não se possa dizer que a organização social seja um simples reflexo da economia. Desta forma nega-se a posição idealista que vê na vontade, no pensamento ou na consciência dos homens a causa dos fenômenos sociais, bem como a força propulsora e determinante do desenvolvimento da sociedade. Já o materialismo dialético entende que a história, o desenvolvimento das sociedades, fundamentalmente se dá por força das relações de produção e nas contradições que atuam em seu seio.

No surgimento e interação dos diferentes grupos analisados, o que sempre esteve presente como um elo de ligação soldando um tipo de relacionamento específico, foi o interesse econômico configurado no modo de dominação capitalista. Isto aparece claro já nos primórdios da atuação dos estancieiros portugueses, que com seu poder político e econômico, organizaram com os demais grupos um tipo de relacionamento segundo suas conveniências. Vimos mais hodiernamente, que, em função do mesmo interesse econômico, os granjeiros e fazendeiros controlam até certo ponto as condições de desenvolvimento econômico de colonos e assalariados. A sociedade rural e urbana se organiza em função do lucro, isto é, ter mais equivale a poder mais para dominar melhor.

Como uma célula não se explica por si própria, assim um grupo social não pode ser compreendido se isolado dos demais grupos, da região e do estado. Esta preocupação determinou o estudo inicial dedicado ao surgimento e ocupação na região e no estado dos diferentes grupos. Antes da modernização da agricultura, a região se organizou socialmente de forma específica. Em cada fase evolutiva a sociedade esteve fundada sobre relações de produção próprias àquele período e assim com forças

produtivas e relações sociais de produção correspondentes.

Com a introdução progressiva da tecnologia moderna, foram ocorrendo mudanças nas condições sócio-econômicas dos grupos rurais. Com o avanço do capitalismo no campo esta reorganização atingiu mais intensamente os colonos, uma vez que daí surgiu basicamente o novo grupo dos granjeiros que passaram a competir com os que permaneceram como colonos.

Pelo sistema econômico capitalista a modernização agrícola possibilitou maior acumulação de valor aos grupos privilegiados ao mesmo tempo que acarretou um maior distanciamento e até empobrecimento aos grupos mais carentes. Neste processo interferiram fatores estruturais mais amplos como a industrialização, a política de crédito agrícola, novos mercados para exportação, introdução da mecanização agrícola, infraestrutura, relações de mercado etc.

No atual estágio da agricultura capitalista ocorre uma nítida diferenciação entre os grupos. Os granjeiros e fazendeiros atuando na grande empresa agropecuária estão operando em atividades altamente subsidiadas pelo Estado e com produtos com demanda assegurada a altos preços nos mercados mundiais, como ocorre com a soja.

Dessa especialização resulta, do lado dos granjeiros e fazendeiros, a utilização de tecnologias sempre melhoradas e poupadoras de mão-de-obra, a concentração da propriedade agrária, a centralização de capital. Por sua vez os colonos, com pequenas e médias explorações, procuram superar suas dificuldades, utilizando alguma melhoria técnica, usando insumos mais baratos, recorrendo ao emprego do trabalho familiar. Como seus produtos são comercializados a preços politicamente reprimidos, são forçados a renunciar muitas vezes ao lucro de suas atividades, recebendo uma margem de retorno que apenas equivale à remuneração de sua força de trabalho. Nestas condições os colonos estão se proletarizando. Os assalariados por sua vez com as dificuldades de emprego devido o aumento da competição, os baixos salários e o aumento do custo de vida, encontram-se totalmente à margem do processo.

A exploração do trabalho pelo capital, a apropriação da mais va lia, aguça os antagonismos entre os grupos. O lucro acumulado pelos granjeiros e fazendeiros permite-lhes que mantenham sob controle as con dições de sobrevivência e as perspectivas de expansão de colonos e assa lariados. A posse de terra é vista por todos os grupos como condição bá sica para evoluir economicamente mas, na medida em que um grupo apenas se capacita a adquiri-la, este grupo frustra as aspirações dos demais e promove tensões sociais.

Neste contexto, a escola se situa como uma super-estrutura que corrobora a infra-estrutura econômica, reforçando e reproduzindo assim o modelo capitalista. A escola se apresenta para os grupos menos favorecidos como uma saída ou alternativa de reintegração econômica. O colono que não pode dar terra como herança vê com bons olhos esta alternativa e propõe estudo aos filhos como via de sobrevivência e ascensão social. No entanto cedo percebe que na prática, as oportunidades mais compensa doras são desfrutadas pelos filhos de granjeiros e fazendeiros que estu daram em melhores escolas e constituem o grupo melhor preparado para as sumir as oportunidades que se apresentam econômica e socialmente vanta josas. O assalariado que desacreditou de acreditar, não espera da esco la profissionalização. Espera adquirir alguma compreensão da realidade como saber ler, escrever, contar, se "defender" melhor na vida, adqui rir bons modos para se relacionar melhor com o mundo ambiente e se pos sível conseguir o instrumento que define competência, "o papel", isto é, o diploma para conseguir um emprego "mais leve". Se não conseguir o di ploma atribui a si mesmo o fracasso nunca ao sistema vigente. A própria evasão escolar ainda que por necessidades de sobrevivência, é vista com sentimento de culpa e de fracasso. Desta forma a educação rural para os assalariados não logra maiores influências em suas relações sociais e econômicas.

A escola que não pode ser vista a partir dela própria mas do con texto em que se insere, apresenta-se a nível de propósito com fins e

funções diferentes dos da prática.

O sistema oficial do ensino no meio rural segue o mesmo padrão da escola urbana com todas as deficiências agravadas. A inadequação com a realidade agrária resulta em prejuízo para o efetivo aproveitamento dos usuários rurais. Desta forma, se por um lado, o ensino oficial agride a cultura local promovendo os valores urbanos, por outro, perpetua e conserva a cultura local. Isto ocorre não como uma opção pelos valores dessa cultura que passariam a ser objeto da educação, mas porque o ensino dos números, escritura e leitura, pouco influencia os indivíduos e o meio social, tornando os usuários da escola mais "maleáveis" e dóceis à inculcação do "repertório comum". A inadequação do ensino rural, é mais sentida pelos colonos que possuem maiores expectativas em relação a escola, do que pelos assalariados, já socialmente conformados com a educação recebida, entendida como suficiente às suas aspirações. Confirma-se assim o ponto de vista de que as diferentes visões e percepções da escola pelos grupos rurais são consistentes com a posição econômica e de classe desses grupos. As expectativas em relação a escola pelos grupos acaba sendo a forma como a escola efetivamente os instrumentaliza para as relações sociais de produção.

Como possibilidades de novos estudos destaco dois aspectos:

- A abordagem dos grupos rurais, embora imperfeita, pode servir de ponto de partida para novos estudos, talvez menos abrangentes, mas que possibilitem de forma mais sistemática novos enfoques. As contradições e conflitos entre os grupos, por exemplo, não são manifestas mas veladas. A não explicitação dessas contradições resulta em parte da falta de consciência das mesmas. Daí a dificuldade em captá-las e aprofundá-las. Um estudo mais minucioso desses aspectos poderia detectar em que dimensões os conflitos são conscientizados pelos grupos e de que forma os grupos menos favorecidos poderão superar suas dificuldades sócio-econômicas e educacionais.

- O ensino rural, da forma como acontece, não é alternativa de ascensão social nem de realização profissional para os grupos menos favorecidos, embora a escola seja procurada pelos usuários basicamente com estes fins. Um trabalho complementar de pesquisa poderia abordar uma proposta alternativa de possíveis desempenhos da escola caso se quisesse promover transformações ou um desenvolvimento efetivo para todos os grupos rurais. Neste caso dever-se-ia levar em conta que:

- . um trabalho educativo que objetiva promover determinado grupo, deve partir do contexto onde este grupo se situa, levando em conta suas necessidades e o tipo de vida que irá seguir na própria localidade.

- . É importante dar prioridade aos problemas percebidos pelos grupos rurais e dimensioná-los a partir de sua realidade.

- . Qualquer inovação antes de ser proposta deve ser analisada à luz da realidade mais ampla, dos condicionamentos sociais e dos interesses em questão.

- . São válidas de atividades extra-classe, que fazem com que a escola atinja a própria vida das pessoas, melhorando e enriquecendo os hábitos da vida doméstica e da vida social.

- . Através de reuniões, conferências, festas e criação de instituições sociais de caráter educativo, pode-se transformar a escola num centro irradiador e numa força social, o que facilitaria o exercício de suas funções e estimularia as demais forças sociais econômicas e culturais.

BIBLIOGRAFIA

1. AZEVEDO, Thales de. Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, A Nação, 1975.
2. BEZERRA, Aida. As atividades em educação popular. LEI - Suplemento 17, Rio de Janeiro, Tempo e Presença, abril 1977 - p. 35-57.
3. BERGER, Manfredo. Educação e Independência. Porto Alegre, Difel - URGs 1976.
4. BOGGIO, Ana et alii. Cuesta Arriba o Cuesta Abajo? Uma análise crítica de los textos de lectura de primária. Lima, Compadonico Edicione 1973.
5. BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. La Reproduction éléments pour une théorie du système d'enseiement. Paris, les Editories de Munnuit, 1970.
6. BRASIL, Ministério da Agricultura. INCRA. Estatística Cadastrais/1. Recadastramento 1972. Brasília 1974.
7. BRASIL. Fundação IBGE. Censo pecuário. Rio Grande do Sul. VII - Recenseamento julho 1970. Rio de Janeiro 1974.
8. BRASIL. IBGE. Superintendência de Estatística Primária. Sinópsse Preliminar do Censo Agropecuário 1975 - Rio de Janeiro 1977.
9. BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE. Departamento de Custos. VIII Recenseamento Geral - 1970.

10. BRASIL. IBGE. Sinótese Preliminar do Censo Demográfico 1970 - Rio Grande do Sul - Rio de Janeiro, IBGE, 1971.
11. BRASIL, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Estrutura Fundiária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, IBRA 1967.
12. CAFRUNI, Jorge E. Passo Fundo das Missões - Estudo Histórico do Período Jusuítico. Passo Fundo, 5ª ed. 1966.
13. CÂNDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas cidades, 1971.
14. CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
15. CHARLEVOIX, P.F. Xavier. História do Paraguai. Paris, 6 vols. Tomo 1. 1747.
16. CORREIO SERRANO, Ijuí-RS, anos de 1978 e 1979.
17. COSTA, Luiz Alberto. O trigo nosso de cada dia. O Cotricruz, Cruz Alta, RS. Ano III nº 30 out. 1978.
18. COTRIJORNAL, Ijuí, Rs, anos de 1978 e 1979.
19. COUGSON, M.A. e RIDDEL, D.S. Introdução crítica à sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
20. CUNHA, S.A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
21. DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo, Difel, S/d.
22. DEAN, Warren. Rio Claro - um sistema brasileiro da grande lavoura. 1820-1920. São Paulo, Paz e Terra, 1976.
23. DIÁRIO SERRANO, Cruz Alta, RS, anos de 1978 e 1979.
24. DUARTE, João Carlos e QUEDA, Oriovaldo. Agricultura e Acumulação. Debate e crítica - São Paulo (2): 90-7 junh./jul. 1974.
25. ENGELS, F. Anti-Duhring, Gribaldo, México, 1964.
26. FAGUNDES, José. BOZANO - uma escola da comunidade. Ijuí, RS Tese de Mestrado - Rio de Janeiro, FGV, IESAL, 1977.
27. FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus, USP 1967.

28. FETAG. Rio Grande do Sul. Relatório de Atividades - Porto Alegre-1978 (mimeog.).
29. FORTES, Amyr Borges. Compêndio de História do Rio Grande do Sul. 5ª ed. Porto Alegre, Sulina, 1960.
30. FORTINI, Archimedes. O passado através da fotografia. Porto Alegre, Papeleria Andrade, 1959.
31. FOSTER, George. As culturas tradicionais e o Impacto da Tecnologia. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
32. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade - 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
33. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
34. FREITAG, Bárbara: Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, Edart, 1977.
35. FREITAS, Luiz Mendonça e DELFIM NETTO, Antônio. O trigo no Brasil. São Paulo, Associação Comercial, 1960.
36. FUKUI, Lia. Educação e meio rural: breve contribuição visando a proposição de temas para a pesquisa sócio-educacional. SBPC Ciência e Cultura. V. 30 n.º 2 fev. 1978.
37. GERTH, Hans e MILLS, Wright. Caráter e estrutura social. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
38. GOMES, Aristides de Moraes. Fundação e Evolução das Estatísticas Serrena. Cruz Alta, RS. 1966.
39. GRZYBOWSKI, Cândido. Estudo da Participação em Grupos de Existência de Educação Comunitária de Ijuí - RS - Brasil - Ijuí, Fidene, 1973.
40. GRZYBOWSKI, Cândido. O trigo no Brasil. in: NOTES DU G.E.R.E.I. Paris, n.º 2, set. 1977.
41. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
42. HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. O Rio Grande do Sul a Terra e o Homem. 2ª ed. Porto Alegre, 1960

43. HARRISON, Albert. A psicologia como ciência social. São Paulo, Editora Cultrix, 1975.
44. HEATHER, Nick. Perspectivas Radicais em Psicologia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
45. IANNI, Octavio. A contribuição do proletariado agrícola in SZMRECSANY, T. e QUEDA, O. A Vida Rural e Mudança Social. São Paulo, Ed. Nacional, 1973. p. 184-98.
46. JÚNIOR, Caio Prado. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979.
47. JUNKER, Buford H. A importância de trabalho de campo. Rio de Janeiro, Lidador, 1971.
48. LANDO, Aldair Marli e BARROS, Eliane Cruxên. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul - uma interpretação sociológica. Porto Alegre, Ed. Movimento/SEC - 1976.
49. LAUSCHNER, Roque. Estratégias de Desenvolvimento Agroindustrial na Região Sul do Brasil. Porto Alegre, S/ed. 1976.
50. LAZZAROTTO, Danilo. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Sulina, 3ª ed. 1971.
51. LENNIM, Vladinir Ilitch. O problema agrário - I - Textos. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1978.
52. LEVIN, Helena. A Temática do "Mundo Rural" nos Planos Brasileiros de Desenvolvimento Econômico - Revista Debate e Crítica. nº 4 - nov. 1974.
53. LUGON, Clóvis. A República "Comunista" Cristã dos Guaranís. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed. 1949.
54. MACHADO, Lia Pinheiro. Alcance e limites das teorias da modernização. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - 10 (3): 169-192 - Jul/set. - 1970.
55. MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações Econômicas, Políticas e Culturais. Porto Alegre, Grafosul, 1975.
56. MARQUES, Mário Osório. Capacitação de Recursos Humanos para o Setor Rural p. 258-279 - Separata de Anais do I Seminário de Modernização da Empresa Rural. Ministério da Agricultura, SUPLAN, FGV, & IAP, 1979.

57. MARQUES, Mário Osório. Trigo e Região. Ijuí, FIDENE, 1973.
58. MARX, Ingrid Helene. Marginalidade econômica e implicações sociais, em Candelária, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre, UFRS, 1972.
59. MASSAROLLO, Adelino. A evolução no meio rural de Barreiro. Ijuí, RS. FGV IESAE, 1976.
60. MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
61. MENEZES, Cláudio. A mudança: análise da ideologia de um grupo de imigrantes. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976.
62. MOURA, Paulo Augusto Monteiro et alii. Considerações econômicas e estatística sobre o trigo. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, EPAMIG, Ano 5. (50): 3-8, fev. 1979.
63. NIDELCOFF, Maria Teresa. A escola e a compreensão da realidade. São Paulo, Brasiliense, 1979.
64. NOGUEIRA, Gracy. Pesquisa Social. São Paulo, Nacional, 1968.
65. NUNES, Marcia B.M. e SCHUARTZMAN, Simon. Estratificação Social e Educação: Caminhos e alternativas para o Homem do Campo. Revista DADOS. Rio de Janeiro, n.º 16 Instituto Universitário de Pesquisa, 1977.
66. OLIVEIRA, Francisco. A economia Brasileira - Crítica à Razão Dualista. São Paulo, CEBAP. n.º 1. 2ª ed. 1976.
67. OLIVEIRA, Francisco e REICHSTUL, H. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil, São Paulo, CEBRAP n.º 4 - 1977.
68. O COTRUCRUZ, Cruz Alta, RS. anos de 1978 e 1979.
69. O INTERIOR, Carazinho, RS. anos de 1978 e 1979.
70. PEBAYLLE, Raymund. Eleveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil) Paris Universidade de Paris, 1974.
71. PESSOTTI, Alda Luzia. Escola da Família Agrícola: uma alternativa para o ensino rural. Tese de Mestrado - Rio de Janeiro FGV, IESAE 1978.
72. PEREIRA, F. e FORRACCHI, M.M. Educação e Sociedade. São Paulo, Nacional, 1964.

73. PINSKY, Jaime. O capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, 1977.
74. POULANTZAS, Nico. As classes sociais no capitalismo de hoje: Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
75. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato Brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1973.
76. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros Rurais Paulistas. São Paulo, Duas Cidades, 1973.
77. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil. São Paulo, LTC/E DUSP, 1978.
78. REFORMA AGRÁRIA - Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA - Ano VI nov/dez 1976, nºs 11-12, Brasília 1976.
79. REICH, Ben e ADGOGK, Christine. Valores, atitudes e mudança de comportamento. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
80. REIS, Ana Maria Biachi. Integração do operário de origem rural na sociedade urbana industrial de grande Porto Alegre, estudo preliminar de um modelo de interpretação. Porto Alegre, UFRGS, 1971. Tese (MS) FFRS.
81. RIBEIRO, Darcy. O Processo Civilizatório. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
82. RIO GRANDE DO SUL. SEC. Diretrizes Curriculares para o Ensino de 1º Grau no Meio Rural. Porto Alegre, SEC. 1974.
83. ROCHA, Anna Bernardes da Silveira. Educação nas áreas rurais brasileiras. Separata de Informativo (MAI) de ensino de Estado de Minas Gerais. 4 (4): 55-64. Belo Horizonte 1979.
84. ROCHA, Prudêncio. A história de Cruz Alta. Cruz Alta, Del Forno, 1964.
85. ROCHE, Jean. A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Globo, 1962.
86. RODRIGUES, Aroldo. Psicologia Social. Petrópolis, Editora Vozes, 1978, 7 ed.
87. ROSSATTO, Ricardo. Estrutura Fundiária do Rio Grande do Sul. Tendências UFSM./Rs. 1978 (mimeog.).

88. SANTOS, José Vicente Taveres dos. Colonos do Vinho. São Paulo, Hucitec, 1978.
89. SAVARY, Roger. L'éducation pour l'développement rural: entre la tradition et le changement. Perspectives, Paris, 3 (2): 225- 31, été 1973.
90. SCHILLING, Paulo. Crise Econômica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, difusão de Cultura Técnica, 1961.
91. SCHUARZMAN, Simon et alii. A vivência da educação curricular e alternativas para o homem do campo. Rio de Janeiro, Eciel, 1977. 62 p. (mimeog.)
92. SELLTIZ, Claire et alii. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo, Herder, 1976.
93. SHOTTER, John. Imagens do homem em pesquisa psicológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
94. SILVA, Francisco Simonini da. Aspectos sócio-econômicos e educacionais de um grupo rural e seu conceito de educação, na região de Primeiro de Maio, Estado de Paraná. Tese de Mestrado, São Paulo, Piracicaba, 1978.
95. SILVEIRA, Emérito José Velloso de. As missões orientais do Uruguai. Porto Alegre, Globo, 1967.
96. SOARES, Mozart Pereira. Santo Antonio da Palmeira, Palmeiras das Missões, R.S. Eals, 1974.
97. STACEY, Barry. Psicologia e estrutura social. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
98. SZMRECSANYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo. Vida rural e mudança social. São Paulo, Nacional, 1976.
99. STAVENHAGEN, R. Les classes sociales dans les sociétés Agraires. Paris, Editions Anthropos, 1969.
100. TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. São Paulo, Nacional/MEC, 1976.
101. TROLLER, Neiva. O papel da comunicação coletiva na modernização dos agricultores. Porto Alegre, UFRS, 1969.
102. WHELDALL, Kevin. Comportamento Social. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

103. WILLEMS, Emílio. Uma vila brasileira, tradição e transição. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1961.
104. WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo, Nacional, 1946.
105. VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo, Difel, 1976.
106. VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
107. ZERO HORA, Porto Alegre, anos de 1978 e 1979.

Tese apresentada aos Srs.:

Flora Lima

Nome dos

Rutoviana de Sá Pereira

Componentes da

Adelino Passarolo

Banca Examinadora

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, ___/___/___

Maria Inês Costa Alves
Coordenador Geral de Pesquisa

Newton Louçã
Coordenador Geral de Ensino